



CABO VERDE

Julho de 2022

PEDIDO DE UM ACORDO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO AMPLIADA — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO, ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR

No contexto do pedido de um acordo ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada (ECF, na sigla em inglês), os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 15 de junho de 2022, após as discussões concluídas em 26 de abril de 2022 com as autoridades de Cabo Verde sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada. O relatório do corpo técnico foi concluído em 3 de junho de 2022 com base na informação disponível na altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e da Associação Internacional de Desenvolvimento.
- **Declaração do Administrador para Cabo Verde.**

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Website: <http://www.imf.org>
Preço unitário: 18 USD

Fundo Monetário Internacional
Washington, DC



Conselho de Administração do FMI aprova acordo de 60 milhões de USD com Cabo Verde ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- O Conselho de Administração do FMI aprovou um acordo ECF de três anos com Cabo Verde no montante de 45,03 milhões de DSE (cerca de 60 milhões de USD), dos quais 11,26 milhões de DSE (cerca de 15 milhões de USD) estão disponíveis para desembolso imediato.
- O pacote financeiro ajudará a atenuar o impacto persistente da pandemia de Covid-19 e as repercussões da guerra na Ucrânia, reduzir o défice orçamental e preservar a sustentabilidade da dívida, proteger os grupos vulneráveis e apoiar uma agenda de reformas que conduza a um crescimento mais forte e mais inclusivo.
- As principais medidas de política no âmbito do programa incluem o estímulo à mobilização de receitas e à maior eficiência das despesas, o fortalecimento das empresas públicas para atenuar os riscos orçamentais, bem como a modernização contínua do quadro de política monetária e a preservação da estabilidade financeira.

Washington DC, 15 de junho de 2022: Em 15 de junho de, 2022, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de 36 meses com Cabo Verde ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), num montante equivalente a 45,03 milhões de DSE (190% da quota, ou cerca de 60 milhões de USD). O acordo ECF ajudará a reforçar as reservas internacionais, preservar a sustentabilidade da dívida, aumentar a resiliência a choques, inclusive aqueles ligados às alterações climáticas, e tornar o crescimento mais inclusivo. O programa ajudará a colmatar os défices de financiamento, juntamente com o apoio financeiro contínuo dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

A aprovação do acordo ECF permite o desembolso imediato de 11,26 milhões de DSE (47,5% da quota, ou cerca de 15 milhões de USD), os quais podem ser empregados na sua totalidade para financiar o orçamento, a fim de apoiar a implementação das reformas. O acordo sucede o apoio emergencial prestado pelo FMI a Cabo Verde em abril de 2020 no âmbito da Facilidade de Crédito Rápido (100% da quota ou 23,7 milhões de DSE, equivalentes a 32,3 milhões de USD à data da aprovação).

A economia de Cabo Verde enfrenta desafios consideráveis associados aos efeitos persistentes da pandemia global, além da subida dos preços dos alimentos e combustíveis devido à guerra na Ucrânia e ao impacto da seca que já dura cinco anos. A economia recuperou fortemente em 2021 após a grave recessão de 2020 provocada pela Covid-19 (contração de cerca de 15%), e registou crescimento de 7%, apoiado pela flexibilização das restrições às viagens internacionais e pelos excelentes resultados do programa de vacinação do país (um dos mais bem sucedidos de África). Contudo, as repercussões da guerra na Ucrânia deverão enfraquecer a recuperação económica, razão pela qual a previsão de

crescimento foi revista em baixa, de 6% para 4% em 2022. A alta dos preços dos produtos de base e as perspectivas para o setor do turismo, menos positivas do que anteriormente previsto, deverão resultar num agravamento significativo do défice da balança corrente para cerca de 14,1% do PIB em 2022, bem como na diminuição das reservas internacionais. O défice orçamental global deverá continuar a melhorar, de 7,3% do PIB em 2021 para 6,3% do PIB em 2022.

O acordo ECF tem quatro objetivos principais, os quais estão alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) do governo para o médio prazo: primeiro, fortalecer as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública e alargar a rede de proteção social; segundo, reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas e melhorar a sua gestão financeira e transparência; terceiro, modernizar o quadro de política monetária e aumentar a resiliência do sistema financeiro; quarto, elevar o potencial de crescimento e reforçar a resiliência a choques por meio de reformas estruturais e da diversificação económica.

Concluídas as discussões, o Sr. Bo Li, Subdiretor-Geral e Presidente Interino do Conselho, fez a seguinte declaração:

“Cabo Verde demonstrou um sólido compromisso com as reformas e a estabilidade económica antes e durante a pandemia, o que contribuiu para uma retoma vigorosa da economia após a recessão induzida pela Covid-19. Contudo, as repercussões da guerra na Ucrânia, os efeitos persistentes da pandemia e o impacto da seca que já dura cinco anos enfraqueceram a recuperação económica e resultaram em necessidades de financiamento acrescidas.

O novo acordo com o FMI apoiará os objetivos prioritários das autoridades de preservar a sustentabilidade da dívida, reforçar as reservas internacionais, aumentar a resiliência a choques, inclusive aqueles ligados às alterações climáticas, e tornar o crescimento mais inclusivo. A agenda de reformas será apoiada por uma estratégia bem adaptada de desenvolvimento das capacidades, a qual está alinhada com o programa.

O foco da estratégia incide numa consolidação orçamental gradual e favorável ao crescimento, de forma a colocar a dívida pública numa trajetória descendente e manter a sustentabilidade da dívida. A política orçamental deverá também ser guiada pela necessidade de elevar as despesas sociais para proteger os grupos vulneráveis. A execução das reformas orçamentais estruturais, com destaque para o fortalecimento da administração tributária, o reforço da gestão das finanças públicas e a reforma do setor empresarial do Estado, contribuirão para mobilizar mais receitas, aumentar a eficiência da despesa pública e reduzir os riscos orçamentais. As iniciativas das autoridades no sentido de continuar a aumentar a transparência das finanças públicas e melhorar a governação devem prosseguir.

A modernização do quadro de política monetária e o fortalecimento do setor financeiro ajudarão a preservar a estabilidade financeira e a paridade cambial. O reforço das reservas internacionais, a remoção cuidadosa das medidas de apoio ligadas à crise pandémica, a monitorização atenta dos créditos malparados e o fortalecimento do quadro antibranqueamento de capitais serão medidas fundamentais nesse sentido.

A implementação segura do plano de desenvolvimento das autoridades contribuirá para a melhoria do clima de negócios e apoiará o crescimento liderado pelo setor privado. Dada a vulnerabilidade elevada de Cabo Verde aos efeitos das alterações climáticas, as medidas arrojadas planeadas para a adaptação às condições climáticas serão fundamentais para estimular a resiliência da economia e o potencial de crescimento.”

Cabo Verde: Indicadores económicos seleccionados, 2019–27

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
				Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
(Variação percentual anual)									
Contas nacionais e preços 1/									
PIB real	5,7	-14,8	7,0	4,0	4,8	5,7	5,5	5,0	4,5
Deflador do PIB	0,6	-0,9	1,8	4,5	2,6	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços no consumidor (média anual)	1,1	0,6	1,9	6,5	3,5	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços no consumidor (fim do período)	1,9	-0,9	5,4	6,5	3,5	2,0	2,0	2,0	2,0
Setor externo									
Exportações de bens e serviços	10,2	-58,7	39,3	11,2	32,6	11,0	9,6	9,0	9,3
D/q: turismo	9,4	-69,1	48,4	14,2	22,2	18,7	11,8	8,7	5,5
Importações de bens e serviços	1,6	-23,2	11,0	14,4	5,8	7,1	6,4	7,3	6,4
(Variação percentual da massa monetária em 12 meses)									
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos	7,8	-6,6	6,0	-10,6	2,7	1,6	2,1	2,3	1,3
Ativos internos líquidos	0,6	10,3	-4,0	12,2	5,0	5,3	4,6	4,3	4,3
Crédito líquido ao governo central	-4,8	-1,3	0,6	1,8	1,6	0,7	0,3	-0,1	-0,4
Crédito à economia	2,3	2,9	1,8	5,1	1,3	2,7	2,1	4,3	3,2
Massa monetária (M2)	8,4	3,8	2,0	1,6	7,7	6,8	6,7	6,6	5,6
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)									
Poupança e investimento									
Poupança interna	37,3	20,7	31,0	30,0	35,2	33,9	35,3	34,7	34,7
Pública	0,1	-7,4	-4,5	-2,6	-1,8	-0,1	1,7	2,9	2,5
Privada	37,2	28,1	35,5	32,6	37,0	34,1	33,6	31,8	32,3
Investimento nacional	37,1	35,7	42,3	44,1	41,4	39,8	39,9	39,3	39,0
Público	3,6	3,3	2,2	3,4	3,1	3,1	3,0	3,0	3,0
Privado	33,6	32,4	40,1	40,7	38,2	36,7	36,9	36,3	36,0
Saldo poupança-investimento	0,2	-15,0	-11,3	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-4,2
Público	-3,4	-10,7	-6,7	-5,9	-4,9	-3,2	-1,3	-0,1	-0,5
Privado	3,6	-4,3	-4,5	-8,1	-1,3	-2,7	-3,4	-4,5	-3,7
Setor externo									
Balança corrente externa (incl. transferências oficiais)	0,2	-15,0	-11,3	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-4,2
Balança corrente externa (excl. transferências oficiais)	-2,5	-17,6	-14,2	-16,1	-8,1	-7,2	-5,7	-5,6	-5,2
Balança de pagamentos global	6,8	-4,6	-1,0	-5,2	2,6	1,5	1,9	2,1	1,2
Reservas internacionais brutas (meses de importações projetadas de bens e serviços)	9,0	7,1	6,3	5,0	5,1	5,1	5,1	5,3	5,2
Finanças públicas									
Receitas	26,8	24,7	22,6	25,4	24,8	25,5	25,9	26,3	26,5
Receitas fiscais e não fiscais	23,9	21,4	20,6	23,5	23,6	24,4	24,9	25,4	25,7
Donativos	2,9	3,2	2,0	1,9	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8
Despesas	28,5	33,8	29,9	31,7	30,4	29,5	28,1	27,3	27,3
Saldo primário	0,7	-6,4	-5,1	-3,6	-2,6	-1,3	0,0	1,0	1,0
Saldo global (incl. donativos)	-1,7	-9,1	-7,3	-6,3	-5,6	-4,0	-2,1	-0,9	-0,8
Outros passivos líquidos (incl. retrocessão)	-3,0	-1,2	0,9	-0,7	-0,5	-0,2	-0,2	-0,2	0,0
Financiamento total (incl. retrocessão e capitalização)	4,6	14,0	6,4	7,0	6,2	4,2	2,3	1,1	1,2
Crédito interno líquido	1,3	2,8	1,6	3,5	3,0	1,3	0,6	-0,3	-0,8
Financiamento externo líquido	3,3	11,2	4,8	3,5	3,2	2,9	1,7	1,4	1,6
Stock e serviço da dívida pública									
Total da dívida pública nominal	114,0	142,6	143,0	145,9	139,7	132,5	124,0	116,2	109,6
Dívida pública externa	82,6	103,1	101,5	103,6	97,7	93,1	88,4	83,7	79,6
Dívida pública interna	31,4	39,5	41,5	42,3	42,0	39,4	35,5	32,4	30,0
Serviço da dívida externa (% das exportações de bens e serviços)	5,4	14,8	13,4	17,7	14,7	11,0	10,3	9,5	9,0
Valor atual da dívida externa PGP									
Porcentagem do PIB (limiar de risco: 55%)	55,8	70,3	60,3	55,9	53,4	51,4	49,3	47,3	45,6
Porcentagem das exportações (limiar de risco: 240%)	119,9	335,9	208,1	188,4	145,8	136,3	128,4	121,0	113,7
Valor atual do total da dívida									
Porcentagem do PIB (referência: 70%)	92,4	105,4	104,7	97,9	95,0	90,5	84,7	79,7	75,5
Por memória:									
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	213,9	180,7	196,8	213,8	229,8	247,7	266,6	285,5	304,2
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, fim do período)	666,1	582,4	591,3	491,0	544,3	577,6	623,3	677,5	710,3

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O escudo cabo-verdiano está indexado ao euro desde 1999, à taxa de 110,265 CVE/EUR.



CABO VERDE

PEDIDO DE ACORDO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO ALARGADA

3 de junho
de 2022

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. A economia de Cabo Verde enfrenta desafios económicos significativos associados aos efeitos persistentes da pandemia, bem como ao aumento dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis desencadeado pela guerra na Ucrânia. As alterações climáticas estão também a criar novas dificuldades após um quarto ano consecutivo de seca. A economia recuperou fortemente em 2021, na sequência da recessão induzida pela COVID-19 em 2020, devido, em parte, à resposta de política eficaz das autoridades, incluindo um dos programas de vacinação mais bem-sucedidos na África Subsaariana. No entanto, as repercussões da guerra na Ucrânia deverão enfraquecer a recuperação económica, agravar as posições orçamental e externa, conduzir a uma inflação mais elevada e resultar numa diminuição substancial das reservas internacionais. Consequentemente, são necessárias medidas de política sólidas para reforçar as reservas internacionais, preservar a sustentabilidade da dívida, aumentar a resiliência aos choques, incluindo a adaptação às alterações climáticas e a mitigação dos seus efeitos, e tornar o crescimento mais inclusivo.

Objetivos e modalidades do programa. As autoridades solicitaram uma nova Linha de Crédito Ampliada (ECF) para ajudar a reforçar as reservas e apoiar o seu programa de reformas económicas, assente em quatro pilares fundamentais: i) a consolidação orçamental para colocar a dívida pública numa trajetória descendente decisiva e preservar a sustentabilidade da dívida, ii) reformas da gestão das finanças públicas (GFP) para melhorar a eficiência da despesa pública e reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas (EP), iii) melhorias para modernizar o quadro da política monetária e reforçar o sistema financeiro, e iv) reformas estruturais destinadas a aumentar o potencial crescimento e a resiliência aos choques externos. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades de uma linha de crédito ampliada de 36 meses com avaliações semestrais e acesso a 190% da quota (DES 45,03 milhões, cerca de USD 63,37 milhões). As autoridades utilizarão a ECF para o reforço das reservas e apoio orçamental. A dívida pública global continua a estar em risco elevado de sobreendividamento, mas existe uma capacidade adequada para reembolsar o FMI.

Políticas do programa. É necessário um forte ajustamento orçamental para reforçar a credibilidade das políticas e colocar a dívida pública numa trajetória descendente decisiva. É essencial proteger as despesas sociais para mitigar o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia. O programa apoia igualmente a agenda de reformas orçamentais das autoridades, com ênfase na mobilização das receitas internas, na melhoria da gestão das finanças públicas e nos esforços para conter os eventuais riscos orçamentais das empresas públicas – em especial da Cabo Verde Airlines. O programa inclui igualmente medidas para conter os riscos dos créditos mal parados e a possível erosão da qualidade dos ativos dos bancos no termo das medidas excecionais de apoio à COVID-19.

Opinião do corpo técnico. A Carta de Intenções e o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras assinalam uma forte adesão do programa ao conjunto de políticas para alcançar os objetivos do programa das autoridades. O principal risco para o programa reside na incerteza quanto à duração e ao impacto da guerra na Ucrânia. No entanto, o forte empenho e o historial de implementação das reformas, a adesão ao programa, o apoio ao desenvolvimento de capacidades e o empenhamento contínuo dos parceiros de desenvolvimento assegurarão o impulso necessário ao sucesso.

Aprovado por
Costas Christou (AFR) e
Johannes Wiegand
(SPR)

As discussões decorreram ao longo de três missões separadas que tiveram lugar entre 31 de janeiro e 26 de abril de 2022, virtualmente, presencial na Praia e presencial em Washington DC. A equipa do corpo técnico foi composta por Alex Segura-Ubierno (chefe), Charles Amo-Yartey, Reginald Darius, Nombulelo Gumata e Tomas Picca (todos do AFR). Carla Cruz e Ricardo Velloso (ambos do OED) participaram na maioria das reuniões. A missão reuniu-se com o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Olavo Correia, o Governador do Banco Central, Óscar Santos, os membros do Comité Económico e Financeiro da Assembleia Nacional, outros funcionários do governo e do banco central, representantes do setor privado e parceiros de desenvolvimento. Lester Magno (AFR) apoiou a elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	6
PERSPETIVAS E RISCOS MACROECONÓMICOS	9
A LINHA DE CRÉDITO AMPLIADA	10
A. Objetivos e políticas do programa	10
B. Reforçar as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública	11
C. Política monetária e estabilidade financeira	14
D. Reformas estruturais: Apoiar o crescimento liderado pelo setor privado	15
FINANCIAMENTO E MODALIDADES DO PROGRAMA	16
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	19
FIGURAS	
1. Evolução económica recente	22
2. Evolução do setor externo	23
3. Evolução do setor orçamental	24
4. Evolução do setor monetário	25
TABELAS	
1. Indicadores económicos selecionados, 2019–27	26
2. Balança de pagamentos, 2018–27	27

3a. Demonstração das operações do governo central, (Em milhões de escudos cabo-verdianos) 2018–27 _____	28
3b. Demonstração das operações do governo central, (Em percentagem do PIB) 2018–27 _____	29
4. Síntese monetária, 2018–27 _____	30
5. Indicadores de solidez financeira do setor bancário, 2018–21Q4 _____	31
6. Indicadores da capacidade de reembolso ao FMI, 2020–35 _____	32
7. Decomposição da dívida pública e do serviço da dívida por credor, 2021–23 _____	33
8. Critérios quantitativos de desempenho e metas indicativas ao abrigo da ECF, junho de 2022–junho de 2023 _____	34
9. Indicadores de referência estruturais ao abrigo da ECF, 2022–23 _____	35
10. Calendário proposto de avaliações ao abrigo da ECF, 2022–25 _____	36

ANEXOS

I. Desempenho ao abrigo do Instrumento de Coordenação de Políticas de 2019 _____	37
II. Rebaseamento do PIB _____	39
III. Matriz de avaliação de riscos _____	40
IV. Avaliação do setor externo _____	42
V. Reformas das empresas públicas: progressos e próximas etapas _____	47
VI. Estratégia de desenvolvimento de capacidades _____	50
VII. Salvaguardas reforçadas para Cabo Verde _____	51

APÊNDICE

I. Carta de Intenções _____	54
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2022–2025 _____	57
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento _____	74

CONTEXTO

1. A economia de Cabo Verde foi fortemente afetada pela pandemia de COVID-19. O país entrou na crise com fundamentos macroeconómicos sólidos, embora os elevados níveis de dívida tenham continuado a representar uma vulnerabilidade grave. Em especial, o crescimento económico situou-se, em média, em 5% nos anos anteriores à pandemia (2018-19), as reservas internacionais mantiveram-se em níveis confortáveis e o défice orçamental e a dívida pública seguiam uma trajetória descendente. Quando o país foi afetado pela crise, as autoridades tomaram medidas de política que ajudaram a mitigar o impacto da pandemia. No entanto, o PIB registou uma contração de cerca de 15% em 2020 – a maior diminuição da história pós-colonial do país e uma das maiores da África Subariana. Embora a variante de Omicron tenha criado inicialmente novos desafios, o ambiente sanitário melhorou substancialmente desde janeiro de 2022.

2. A recuperação económica emergente foi perturbada pelo choque externo desencadeado pela guerra na Ucrânia. O choque está a provocar o aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares e uma menor procura do turismo. Cabo Verde dispõe de um espaço de política muito limitado para responder ao choque, o que está a intensificar as pressões económicas e a agravar as sequelas do choque pandémico.

3. No médio prazo, são necessárias novas reformas estruturais para colocar o país numa trajetória de crescimento mais forte e inclusivo. Neste contexto, o Instrumento de Coordenação de Políticas (PCI) 2019-2021 apoiou o ambicioso programa de reformas do governo para controlar a dívida pública e promover o desenvolvimento do setor privado. Embora o programa tenha produzido alguns resultados positivos (Anexo I), a pandemia reduziu alguns dos ganhos e teve um impacto particularmente negativo nos esforços das autoridades para prosseguir a consolidação orçamental e as reformas das empresas públicas. É igualmente provável que a guerra na Ucrânia tenha um impacto negativo nas vulnerabilidades da dívida e induza uma redução significativa das reservas, o que, na ausência de financiamento externo adicional, poderá afetar a estabilidade do regime de taxa de câmbio fixa.

4. Neste contexto, as autoridades solicitaram um novo programa de apoio à implementação do seu plano estratégico para o desenvolvimento sustentável (PEDS). O objetivo do programa económico trienal das autoridades é reduzir as vulnerabilidades macroeconómicas e criar condições para um crescimento inclusivo através de uma redução significativa do défice orçamental e da dívida pública e da melhoria do ambiente de negócios.

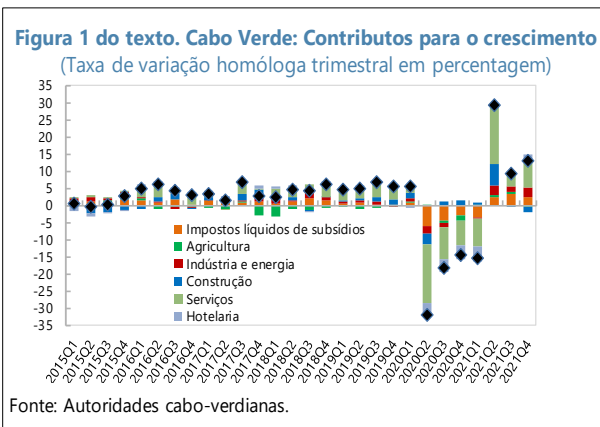
5. O ambiente político de Cabo Verde deverá manter-se estável, com algumas das classificações mais elevadas em matéria de governação na África Subariana.¹ O *Movimento para a Democracia* (MpD) pró-empresarial ganhou as eleições legislativas de abril de 2021, enquanto o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), da oposição, que governou Cabo Verde

¹Cabo Verde tem uma democracia sólida, com uma tradição de transições políticas pacíficas há já quase quatro décadas. O país continua a estar na liderança de África em termos de medidas de governação e transparência.

quando era um Estado de partido único, ganhou as eleições presidenciais de outubro de 2021. José Maria Neves foi empossado como o novo presidente de Cabo Verde em 9 de novembro de 2021.²

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

6. A retoma económica em 2021 foi generalizada, tendo o crescimento económico alcançado 7% (Figura 1 do texto). A retoma da atividade económica foi apoiada pela flexibilização das restrições internacionais de viagem, pelo forte crescimento do crédito ao setor privado (5,8% em termos homólogos) e pelo êxito do programa de vacinação. A inflação subiu para 7,6% em março de 2022, devido ao aumento dos custos dos produtos alimentares, do vestuário e dos transportes, o que reflete o impacto da guerra na Ucrânia. As autoridades finalizaram o rebaseamento das estatísticas das contas nacionais para 2015 a partir de 2007. Os dados publicados indicam que o PIB nominal rebaseado é cerca de 10% superior às estimativas anteriores, refletindo uma medida mais rigorosa do setor dos serviços (Anexo II).

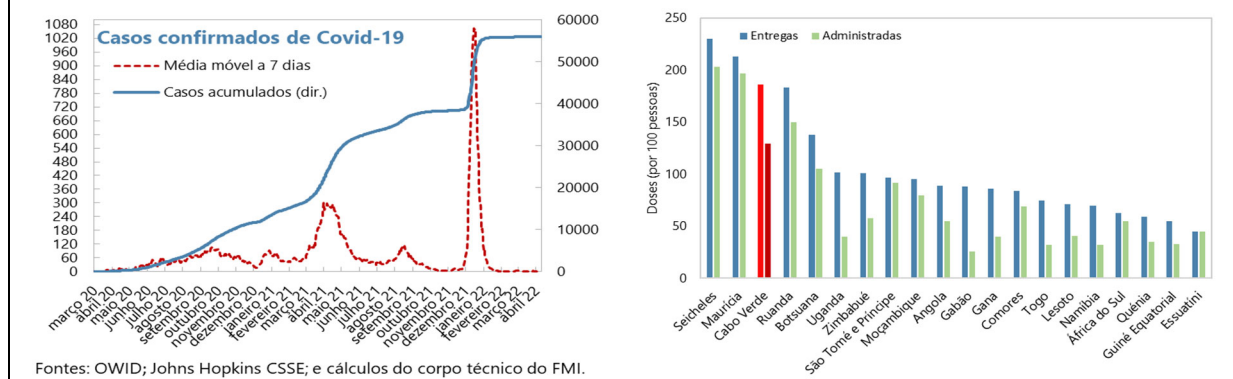


7. Cabo Verde realizou uma das campanhas de vacinação contra a COVID-19 mais rápidas na África Subsariana. Mais de 90% da população adulta recebeu pelo menos uma dose de vacina com taxas de vacinação próximas de 100% em algumas das ilhas turísticas (Figura 2 do texto). O sucesso da campanha de vacinação contra a COVID-19 limitou o impacto da variante Omicron. O aumento súbito dos casos de COVID-19 em janeiro de 2022 foi de curta duração e não conduziu a um aumento das restrições nem atrasou a projetada flexibilização de algumas medidas de apoio económico. O número médio diário de casos de COVID-19 encontra-se atualmente nos dois dígitos por comparação com cerca de 1.000 casos em dezembro de 2021. Embora o total de infeções por COVID-19 se situasse em 55.886 no final de abril de 2022, as hospitalizações permanecem baixas.

8. A evolução do setor externo em 2021 foi favorável. Estima-se que a conta corrente tenha diminuído de 15% do PIB em 2020 para 11,3% em 2021 devido a uma forte recuperação das exportações de bens e a um aumento das receitas do turismo. As importações de bens e serviços aumentaram 10% durante o mesmo período, à medida que a recuperação ganhou força e apoiou a procura interna. As reservas internacionais brutas aumentaram de EUR 582,4 milhões em 2020 para EUR 591,3 milhões em 2021 (cerca de 6,3 meses de potenciais importações) apoiadas pela dotação de direitos especiais de saque (DES 22,72 milhões, cerca de 1,5% do PIB) e pelos desembolsos de empréstimos externos.

²No sistema político semiparlamentar de Cabo Verde, o primeiro-ministro é o chefe do governo e o presidente tem um papel mais simbólico como chefe de Estado com poderes de veto.

Figura 2 do texto. Cabo Verde: Casos diários acumulados de Covid-19 e taxas de vacinação na África Subariana



9. A posição externa em 2021 é substancialmente mais forte do que o nível implícito pelos fundamentos e pelos contextos de política desejáveis (Anexo IV). A posição líquida de investimento internacional elevada e negativa representa uma fonte de vulnerabilidade, mas os riscos são parcialmente limitados pela estrutura do passivo externo de Cabo Verde, em grande parte composto por IDE e dívida de longo prazo. O modelo de adequação das reservas baseado no quadro do FMI relativo a países de baixos rendimentos/países de médios rendimentos sugere reservas de cerca de 3,7 meses de importações. No entanto, o corpo técnico recomenda a constituição de reservas entre 5 e 5,5 meses de importações, tendo em conta a pequena dimensão da economia de Cabo Verde, a estrutura económica pouco diversificada e a elevada vulnerabilidade aos choques externos. O ambiente de negócios de Cabo Verde melhorou nos últimos anos, mas a prossecução das reformas estruturais continua a ser fundamental para reforçar a competitividade.

10. O sistema financeiro manteve-se resiliente. Os dados relativos ao final de 2021 sugerem que o sistema financeiro é altamente líquido, rentável e está bem capitalizado. O setor bancário entrou na pandemia com fortes reservas de fundos próprios e uma melhoria da rentabilidade que ajudou a conter os riscos. Os fundos próprios regulamentares/ativos ponderados pelo risco (CAR) era de 21,1% no final de dezembro de 2021, muito acima do mínimo regulamentar de 12%, ao passo que a rentabilidade dos ativos era relativamente baixa situando-se em 1,5%. Os créditos malparados diminuíram de 9,5% no final de 2020 para 7,2% do total de empréstimos no final de dezembro de 2021, o que reflete a moratória sobre o reembolso de empréstimos e a anulação de empréstimos antigos.³

11. O desempenho orçamental melhorou em 2021. O défice global diminuiu para 7,3% do PIB e foi financiado através de desembolsos externos (cerca de 70%) e de financiamento interno (cerca de 30%). (Tabela 1 do texto). A redução do investimento público e a atual contenção das despesas ajudaram a alcançar os objetivos orçamentais das autoridades. No final de 2021, a dívida pública situava-se em 143% do PIB.

³Em abril de 2020, o Banco de Cabo Verde introduziu uma moratória sobre o reembolso de empréstimos como parte das medidas destinadas a mitigar o impacto económico da pandemia de COVID-19. A moratória sobre o reembolso de empréstimos deverá expirar no final de junho de 2022.

Tabela 1 do texto. Cabo Verde: Resultados orçamentais trimestrais¹
(Milhões de escudos de Cabo Verde)

	2020	2021				4T-21 vs. 4T-20 (Variação)
	4T	1T	2T	3T	4T	
	Efet.	Efet.	Efet.	Efet.	Proj.	
Receita	44.626	8.328	17.885	28.681	44.530	-0,2
Receitas fiscais	32.900	7.017	14.957	23.680	33.542	2,0
Impostos sobre rendimentos e lucros	9.990	1.769	4.404	6.678	9.149	-8,4
Impostos sobre bens e serviços	15.632	3.415	6.867	11.007	15.824	1,2
Impostos sobre transações internacionais	6.593	1.675	3.374	5.509	7.894	19,7
Donativos	5.866	158	690	1.146	3.985	-32,1
Outras receitas	5.861	1.153	2.239	3.855	7.002	19,5
Despesas	61.052	11.964	25.536	41.799	58.898	-3,5
Despesas correntes	55.119	11.545	25.034	38.660	54.544	-1,0
Aquisição líquida de ativos não financeiros	5.933	419	502	3.139	4.354	-26,6
Saldo primário	-11.598	-2.661	-5.595	-10.030	-10.112	-12,8
Saldo global	-16.426	-3.636	-7.651	-13.118	-14.368	-12,5
Outros passivos líquidos	-2.104	-514	-858	1.919	1.691	-180,4
Necessidades de financiamento	18.530	4.150	8.509	11.199	12.677	-31,6

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui o governo central orçamental (GCO) e o governo central extra-orçamental (GCE), mas exclui os fundos de segurança social.

12. A pandemia de COVID-19 tornou as reformas críticas das empresas públicas mais difíceis. Em especial, as autoridades tiveram de adiar o programa de privatização para 2022, após a renacionalização da companhia aérea (CVA) invocando a utilização abusiva do plano de apoio à pandemia. As estimativas preliminares sugerem que a CVA necessitará de cerca de EUR 30 milhões (1,7% do PIB) em 2022-23 para apoiar as suas operações na pendência da sua reprivatização. O forte aumento dos preços internacionais do petróleo nos últimos seis meses, associado a tarifas de eletricidade rígidas, está também a ter um impacto negativo nos resultados financeiros da empresa de eletricidade (ELECTRA), que registou perdas de CVE 1,5 mil milhões (0,8% do PIB) em 2021. É provável que a empresa venha a sofrer perdas adicionais de CVE 1.000 milhões (cerca de 0,5% do PIB) em 2022, devido à decisão das autoridades de limitar os ajustamentos tarifários num contexto de aumento dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis.

13. As autoridades estão a implementar os compromissos de governação em matéria de despesas relacionadas com a crise assumidos no contexto da linha de crédito rápido e desenvolveram também um quadro para a utilização da recente dotação de DES. A este respeito, continuam a acompanhar as despesas relacionadas com a COVID-19, nomeadamente através da publicação dos principais dados sobre as despesas no sítio Web do Ministério das Finanças. Além disso, as contas financeiras auditadas de 2020, incluindo as despesas relacionadas com a COVID-19, foram apresentadas à Assembleia Nacional (MPEF, n.º 8). A transferência dos recursos dos DES do Banco de Cabo Verde (BCV) para o governo foi concluída em 2021 e o montante já foi incluído na dívida pública. O Ministério das Finanças e o BCV (MPEF, n.º 8) assinaram um memorando de entendimento que especifica o quadro para a utilização dos DES.

PERSPETIVAS E RISCOS MACROECONÓMICOS

14. As perspetivas de curto prazo deterioraram-se devido à guerra na Ucrânia. O crescimento do PIB real foi revisto em sentido descendente, passando de 6% para 4% em 2022, uma vez que a guerra na Ucrânia deverá travar o turismo. Prevê-se que o aumento dos preços das matérias-primas e dos combustíveis e as perspetivas mais fracas de recuperação do setor do turismo resultem num agravamento significativo do défice da conta corrente (para cerca de 14,1% do PIB em 2022), bem como na diminuição das reservas internacionais. É provável que a inflação no curto prazo permaneça elevada, refletindo a evolução internacional dos preços do petróleo e dos produtos alimentares.

Tabela 2 do texto. Cabo Verde: Indicadores macroeconómicos no médio prazo²
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Hipóteses baseadas na guerra na Ucrânia							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Crescimento do PIB real (porcentagem)	-14,8	7,0	4,0	4,8	5,7	5,5	5,0	4,5
Saldo primário	-6,4	-5,1	-3,6	-2,6	-1,3	0,0	1,0	1,0
Saldo orçamental	-9,1	-7,3	-6,3	-5,6	-4,0	-2,1	-0,9	-0,8
Total das necessidades de financiamento	14,0	6,4	7,0	6,2	4,2	2,3	1,1	1,2
Saldo em conta corrente	-15,0	-11,3	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-4,2
Reservas brutas (milhões de euros) 1/	582,4	591,3	491,0	544,3	577,6	623,3	677,5	710,3
Reservas brutas (meses de import. projetadas)	7,1	6,3	5,0	5,1	5,1	5,1	5,2	5,2
Dívida pública	142,6	143,0	145,9	139,7	132,5	124,0	116,2	109,6
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	180,7	196,8	213,8	229,8	247,7	266,6	285,5	304,2
	Hipóteses pré-guerra							
Crescimento do PIB real (porcentagem)	-14,8	6,9	6,0	6,1	5,7	5,5	5,0	4,5
Saldo primário	-6,2	-5,8	-3,0	-2,0	-1,0	0,0	1,0	1,3
Saldo orçamental	-9,1	-8,8	-7,2	-5,2	-4,1	-2,6	-1,2	-0,9
Total das necessidades de financiamento	9,4	8,3	9,5	5,6	4,3	2,8	1,4	1,2
Saldo em conta corrente	-15,9	-12,5	-9,9	-6,8	-5,0	-4,5	-4,2	-4,0
Reservas brutas (milhões de euros)	582,4	591,3	606,7	603,9	621,8	636,9	661,4	688,4
Reservas brutas (meses de import. projetadas)	7,1	6,3	6,7	6,2	6,0	5,7	5,6	5,4
Dívida pública	156,3	155,2	157,0	148,2	140,7	131,9	123,2	115,8
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	164,9	181,4	196,3	212,2	228,7	246,2	263,7	281,2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui possíveis desembolsos de ECF

2/ As hipóteses no médio prazo incluem o efeito dos desembolsos do Fundo que permitiriam às autoridades manter um nível de reservas situado num intervalo de 5 a 5 meses e meio de importações.

3/ Rácio calculado com as séries do PIB não rebaseado

4/ PIB nominal não rebaseado

15. As perspetivas de médio prazo permanecem globalmente positivas, desde que as autoridades implementem o seu programa de reformas (Tabela 2 do texto). Espera-se que a consolidação orçamental planeada, uma reestruturação bem-sucedida das principais empresas públicas e as reformas estruturais conduzam a um crescimento mais rápido do crédito ao setor privado, aumentem a confiança dos investidores, acelerem o crescimento no médio prazo e coloquem a dívida pública numa trajetória descendente sustentada. Prevê-se que o crescimento do PIB real permaneça robusto em cerca de 5,5%, o que reflete a recuperação contínua do setor do turismo no sentido dos níveis anteriores à pandemia, nomeadamente através de um aumento da capacidade do

alojamento hoteleiro e da implementação de reformas no âmbito do plano estratégico das autoridades para o desenvolvimento sustentável (PEDS). O défice da conta corrente deverá diminuir para cerca de 4% do PIB no médio prazo, apoiado pela consolidação orçamental, pelo forte desempenho do turismo e por remessas mais elevadas, refletindo as melhorias do mercado de trabalho nas economias avançadas. Tal ajudará a recuperar e a estabilizar as reservas internacionais num nível ligeiramente superior a 5 meses de importações estimadas. O saldo orçamental primário melhorará cerca de 1 ponto percentual do PIB por ano no médio prazo, refletindo a mobilização das receitas e a contenção das despesas. Tal contribuirá para uma redução substancial do stock da dívida pública, de 143% do PIB em 2021 para cerca de 110% do PIB em 2027. No longo prazo, prevê-se que o crescimento do PIB se situe em cerca de 4,5%, globalmente em linha com o crescimento potencial.

16. No entanto, as perspetivas no médio prazo também estão sujeitas a riscos substanciais. O principal risco em sentido descendente está relacionado com a evolução da pandemia e o seu impacto no setor externo através de uma possível diminuição do turismo (Anexo III), bem como de aumentos significativos dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares, bem como de condições financeiras mais restritivas devido à guerra na Ucrânia. Outros riscos externos incluem a desancoragem das expectativas de inflação nas economias avançadas e a vulnerabilidade a catástrofes naturais (incluindo as associadas às alterações climáticas). Os riscos internos podem resultar de progressos insuficientes em matéria de consolidação orçamental e das reformas das empresas públicas, assim como de eventuais atrasos na implementação de reformas estruturais destinadas a aumentar a produtividade e a diversificar a economia. Do lado positivo, uma contenção mundial da pandemia mais rápida do que o esperado poderá apoiar uma recuperação mais rápida do turismo e reforçar o ritmo da recuperação económica.

17. As autoridades concordaram com a avaliação do corpo técnico relativa às perspetivas e riscos de Cabo Verde no médio prazo (MPEF, n.º 12). Salientaram as incertezas quanto ao impacto e à duração da guerra na Ucrânia como um risco significativo para as perspetivas no médio prazo. Neste contexto, o BCV considerou a cobertura das reservas internacionais brutas projetada como um amortecedor importante. No médio prazo, sublinharam que o potencial de crescimento da economia é elevado e que subsistem recursos não utilizados à medida que a economia regressa ao nível do produto anterior à pandemia. A este respeito, verificou-se um risco ascendente significativo das projeções de crescimento no médio prazo apoiadas por reformas estruturais orientadas para o reforço do crescimento.

A LINHA DE CRÉDITO AMPLIADA

A. Objetivos e políticas do programa

18. Os objetivos do programa estão em linha com o plano de desenvolvimento económico de médio prazo do governo e incluem:

- Fortalecer as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública e alargar as redes de segurança social.

- Reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas e melhorar a sua gestão financeira e a transparência.
- Modernizar o quadro de política monetária e aumentar a resiliência do sistema financeiro.
- Elevar o potencial de crescimento e aumentar a resiliência a choques por meio de reformas estruturais e da diversificação económica.

19. É fundamental uma forte adesão, o apoio contínuo dos parceiros de desenvolvimento e a implementação atempada das reformas. Cabo Verde tem um sólido historial de implementação de reformas e uma tradição impressionante de boa governação e transparência. O programa tem um conjunto cuidadosamente selecionado de reformas necessárias para alcançar os objetivos globais do programa trienal. O programa apoiará os objetivos de reforma das autoridades ao longo de três anos e reforçará a credibilidade das políticas para ajudar a preservar as fortes relações de Cabo Verde com a comunidade de doadores e facilitar a continuação de um apoio financeiro sólido por parte de outros doadores. Sempre que possível, o programa procurará a complementaridade com outros programas de parceiros de desenvolvimento e a implementação de reformas será apoiada pela assistência técnica do FMI. As Tabelas 9 e 10 apresentam uma perspetiva geral da condicionalidade no âmbito do programa.

B. Reforçar as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública

20. A consolidação orçamental para reduzir a dívida pública é um aspeto importante do programa económico do governo. A estratégia orçamental assenta no objetivo de reduzir o rácio da dívida/PIB dos atuais 143% para menos de 110% até 2027. Tal baseia-se num esforço de consolidação orçamental plurianual destinado a melhorar o saldo orçamental primário, passando de um défice de 5,1% do PIB em 2021 para um excedente de 1% do PIB até 2026 (MPEF, n.º 14). O ajustamento é significativo, inicialmente impulsionado pelas receitas, com uma redução limitada das despesas em 2022, devido à necessidade de apoiar a economia para mitigar o impacto da guerra na Ucrânia⁴. Este ajustamento estará associado a uma redução do VA do rácio da dívida externa/PIB de 60,3% em 2021 para 45,9% em 2027.

21. O programa visa alcançar uma melhoria de 1,5% do PIB no saldo primário para 2022, principalmente através do aumento das receitas (Tabela 3 do texto; Tabela 3a e 3b). O défice primário diminuirá para 3,6% do PIB – cerca de 0,4% do PIB inferior ao orçamento inicial das autoridades. Tal reflete a necessidade de mitigar o impacto económico da guerra na Ucrânia e a necessidade de despesas adicionais para apoiar os grupos vulneráveis (MPEF, n.º 15).

- As medidas de mobilização das receitas deverão gerar cerca de 1% do PIB (Tabela 3 do texto) (MPEF, n.º 17). Estas medidas incluem a instituição de um direito de importação de 5% sobre as

⁴As autoridades tencionam eliminar as medidas de despesa relacionadas com a COVID-19 (1,8% do PIB em 2021; 1,6% do PIB em 2022). Tendo em conta estes valores e a grande correção inicial em 2022, o ajustamento será equivalente a cerca de 1% do PIB por ano entre 2023 e 2026.

importações anteriormente isentas⁵ e um aumento do imposto especial de consumo sobre os produtos do tabaco (Tabela 3). Estas medidas fiscais serão apoiadas por esforços para reduzir os atrasados fiscais em matéria de IVA e de impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas. A conclusão da concessão da gestão aeroportuária deverá gerar receitas extraordinárias de cerca de 1,8% do PIB e espera-se que a taxa de segurança aeroportuária venha a gerar 0,3% do PIB.

- A contenção das despesas será alcançada através da racionalização de projetos de investimento público não essenciais e de políticas prudentes para conter o crescimento da massa salarial, das transferências e dos subsídios (MPEF, n.º 19). A consolidação orçamental foi concebida para proteger as despesas sociais, com uma dotação adicional de 0,3% do PIB para programas orientados para redes de segurança social, em parte para aumentar o número de famílias vulneráveis que receberão transferências em dinheiro para ajudar a atenuar o impacto económico da guerra na Ucrânia (MPEF, n.º 20).
- Estas medidas ajudarão a reduzir o défice global de 7,3% do PIB em 2021 para 6,3% em 2022 e o saldo primário de 5,1% para 3,6%.
- A situação orçamental poderá ser negativamente afetada pela guerra na Ucrânia, devido, nomeadamente, a um menor crescimento, a uma menor arrecadação de receitas e ao impacto do aumento dos preços dos combustíveis nas operações da Cabo Verde Airlines. Caso estes riscos se materializem, poderá ser necessária uma maior contenção das despesas (reduzindo, em especial, os projetos de investimento público não prioritários ou abrandando a sua taxa de execução) para manter uma posição orçamental prudente, em conformidade com os objetivos do programa.

Tabela 3 do texto. Cabo Verde: Melhoria do saldo primário, 2022
(Projeção do corpo técnico, percentagem do PIB)

Saldo primário 2021	-5,1
Ajustamentos, incluindo uma rubrica de receitas extraordinárias	0,0
Variação das receitas fiscais	0,8
Novas medidas de política fiscal em 2022	0,7
Faturamento eletrónico	0,2
Imposto sobre o volume de negócios	0,1
Implementação de uma taxa de direitos aduaneiros de 5% para a importação de bens previamente isentos	0,2
Aumento do imposto sobre o tabaco	0,2
Redução do IVA da eletricidade	-0,2
Outros impostos sobre o rendimento	0,1
Medidas de administração tributária	0,4
Cobrança do IVA em atraso	0,2
Cobrança do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares em atraso	0,1
Cobrança do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas em atraso	0,1
Variação de outras receitas	2,1
Conclusão da concessão da gestão aeroportuária	1,8
Taxa de segurança aeroportuária	0,3
Variação dos donativos	-0,2
Variação das despesas primárias	-1,2
Despesas	-0,1
Aquisição líquida de ativos não financeiros	-1,1
Saldo primário em 2022	-3,6

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

⁵Incluindo mobiliário de escritório e outro equipamento.

22. A consolidação orçamental no médio prazo será apoiada pela implementação de medidas de política orçamental adicionais. As reformas em curso da administração tributária, incluindo a implementação da faturação eletrónica, bem como outras reformas destinadas a melhorar o cumprimento, apoiarão a mobilização das receitas e deverão gerar mais 2% do PIB no médio prazo (MPEF, n.º 18). Prevê-se que a implementação da tarifa externa comum da CEDEAO – adiada devido ao surto da COVID-19 – renda cerca de 1% do PIB no médio prazo. O governo apresentará o orçamento para 2023 à Assembleia Nacional, que estará em conformidade com os compromissos assumidos no âmbito do programa (**indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação**).

Tabela 4 do texto. Programa de empréstimos externos de Cabo Verde, 2022

Dívida externa pública ou com garantia pública	Volume de nova dívida, em milhões de USD 1/	Valor atual da nova dívida, em milhões de USD 1/
Fontes de financiamento da dívida	149,9	94,3
Dívida concessional, incluindo 2/	149,9	94,3
Dívida multilateral	107,1	68,5
Dívida bilateral	42,8	25,8
Dívida não concessional, da qual 2/	0,0	0,0
Dívida semi-concessional 3/		
Termos comerciais 4/		
Utilização do financiamento por dívida	149,9	94,3
Infraestrutura	98,5	63,1
Financiamento do orçamento	51,4	31,2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas; estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Contratação e garantia de nova dívida. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.

2/ Dívida com um elemento de donativo superior ao limiar mínimo, que normalmente é de 35%, mas pode ser estabelecido a um nível mais elevado. Alguns dos empréstimos são associados a donativos, o que faz com que o pacote de financiamento global cumpra o limite de concessionalidade de 35%.

3/ Dívida com um elemento de donativo positivo inferior ao elemento de donativo mínimo.

4/ Dívida sem um elemento de donativo positivo. Para a dívida comercial, o valor atual seria definido como o valor nominal.

23. O programa apoia uma agenda de reformas estruturais orçamentais bem orientadas – com mobilização das receitas, reformas das empresas públicas e da gestão das finanças públicas (MPEF, n.ºs 22-26). As principais medidas incluem a implementação de um sistema de faturação eletrónica para o IVA que abranja, pelo menos, 50% dos contribuintes até ao final de 2022 (**indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação**). O programa orçamental também se centra na redução dos riscos orçamentais decorrentes das empresas públicas (Anexo V), nomeadamente através da elaboração de relatórios trimestrais de avaliação dos riscos orçamentais (**indicador de referência estrutural, 1.ª avaliação**), bem como de relatórios trimestrais de acompanhamento da execução orçamental das empresas públicas (**indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação**) e da melhoria dos relatórios anuais consolidados das empresas públicas (**indicador de referência estrutural, 3.ª avaliação**). O programa alargará igualmente a cobertura e a transparência das contas do governo, incluindo a compilação e a publicação das séries históricas de estatísticas financeiras do governo relativas ao governo geral (**indicador de referência estrutural, 3.ª avaliação**), e a publicação de relatórios anuais de execução orçamental referente ao governo geral (**indicador de referência estrutural, 3.ª avaliação**). Além disso, as autoridades

finalizarão um plano de negócios para a Cabo Verde Airlines, com vista a minimizar as perdas e, em última análise, a restabelecer a rentabilidade da empresa antes da sua reprivatização.

24. As políticas prudentes de contração de empréstimos centrar-se-ão no endividamento externo moderado em condições concessionais e na contenção dos empréstimos internos, a fim de evitar eventuais efeitos de exclusão e preservar a sustentabilidade da dívida (Tabela 4 do texto). A este respeito, o programa inclui um limite máximo (teto) zero para a contração de empréstimos em condições não concessionais como critério de desempenho, tendo em conta o elevado risco de sobreendividamento global. A análise da sustentabilidade da dívida mostra que o risco de sobreendividamento global é alto devido aos elevados níveis da dívida externa (Anexo VII e ASD). No entanto, a dívida pública global é considerada sustentável, uma vez que os requisitos de serviço da dívida continuam a ser geríveis graças a: i) o elevado grau de concessionalidade da dívida externa com uma taxa de juro média inferior a 1%, ii) uma estrutura da dívida baseada, em grande medida, em taxas fixas, proporcionando assim proteção contra os ciclos de restritividade em curso, e iii) a taxa de câmbio fixa e os níveis de reserva ainda adequados que neutralizam o impacto negativo das tendências da taxa de câmbio sobre a dinâmica da dívida que está atualmente a ser observada noutros países com taxas flexíveis. Neste contexto, o valor atual (VA) do rácio da dívida externa pública e com garantia pública/PIB ultrapassa o seu limiar em 2022 no cenário de base (um incumprimento de duração mais curta do que o anteriormente previsto devido ao recente rebaseamento do PIB) e, de forma mais prolongada, em cenários de testes de stress. A preservação da sustentabilidade da dívida depende do empenho das autoridades na implementação da agenda de reformas.

C. Política monetária e estabilidade financeira

25. A política monetária continuará a dar prioridade à necessidade de salvaguardar a paridade cambial e de reforçar o quadro de política (MPEF, n.º 33). No curto prazo, a orientação de política monetária parece apropriada, equilibrando cuidadosamente a necessidade de apoiar a rápida recuperação económica face à importância de proteger a paridade cambial. No médio prazo, o BCV deve visar reservas entre 5 e 5,5 meses de importações para apoiar a paridade cambial, dada a pequena dimensão do país e a sua vulnerabilidade a choques exógenos.

26. O BCV está a suprimir gradualmente o apoio relacionado com a COVID-19. As medidas monetárias e financeiras acomodatícias implementadas em 2020 ajudaram a apoiar o crédito e disponibilizaram liquidez às famílias e às empresas (MPEF, n.º 10). No entanto, com o fim das restrições relacionadas com a pandemia, a retoma da atividade económica e tendo em conta os elevados níveis de liquidez no sistema bancário, as autoridades começaram, adequadamente, a suprimir algumas destas medidas. O banco central confirmou igualmente que acompanhará de perto as reservas e a evolução da inflação e estará pronto a ajustar os cenários de política conforme necessário.

27. Uma avaliação preliminar do banco central sugere que o setor bancário está bem posicionado para resistir aos efeitos do aumento projetado do crédito malparado (MPEF, n.º 35). O BCV concordou em realizar um estudo exaustivo das perdas e provisões de empréstimos no termo da moratória de crédito (final de junho de 2022) (*indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação*), em

incentivar e facilitar uma reestruturação prudente dos empréstimos e em fornecer, de forma proativa, orientações sobre o tratamento prudencial das moratórias e das estratégias de gestão dos créditos mal parados. Além disso, o BCV propôs o desenvolvimento de um quadro comum⁶ para a resolução dos créditos mal parados relacionados com a crise (**indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação**). O banco central orientará também o desenvolvimento de modelos de relato pormenorizados relativos aos empréstimos reestruturados e reescalados e ao acompanhamento do impacto das medidas relacionadas com a COVID-19 na qualidade dos ativos dos bancos (**MPEF, n.º 35**).

28. Serão igualmente tomadas medidas para reforçar a eficácia do regime de CBC/FT (MPEF, n.º 35). Tal será implementado com base nas recomendações do Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) apresentadas no relatório de avaliação mútua de 2019 (incluindo a criação, em 2020, de um comité nacional de CBC/FT e o reforço da supervisão baseada no risco, incluindo para empresas e profissões não financeiras designadas). A recente saída de Cabo Verde da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais ajudou a preservar a relação de correspondente bancário (RCB).

29. As reformas estruturais centrar-se-ão no fortalecimento adicional do mecanismo de transmissão da política monetária e no reforço da capacidade analítica para acompanhar a evolução da economia (MPEF, n.º 34-38). Para apoiar o desenvolvimento do mercado monetário será estabelecido um calendário previamente anunciado para os leilões de TIM (Títulos de Intervenção Monetária) e de TRM (Títulos de Regularização Monetária) (**indicador de referência estrutural, 1.ª avaliação**). O calendário dos leilões e as informações conexas serão previamente anunciados no sítio Web do BCV. Outras áreas de reforma incluem o reforço dos sistemas de pagamento, a introdução de indicadores compostos da atividade económica (**indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação**) e o reforço das previsões de curto prazo, a implementação da moeda digital do banco central e o desenvolvimento de um quadro para a prestação de apoio para liquidez de emergência.

30. Está substancialmente concluída uma avaliação atualizada das salvaguardas do BCV. Desde a avaliação das salvaguardas de 2008, registaram-se progressos no reforço da auditoria externa e do relato financeiro no BCV. No entanto, são necessárias alterações jurídicas para reforçar a estrutura de tomada de decisão, a autonomia, a prestação de contas e a transparência do BCV (**indicador de referência estrutural, 2.ª avaliação**). A ausência de um organismo de supervisão independente afetou a independência e a eficácia da função de auditoria interna. A fim de melhorar ainda mais a qualidade das demonstrações financeiras, o BCV procurará adotar as Normas Internacionais de Relato Financeiro até ao exercício de 2023.

D. Reformas estruturais: Apoiar o crescimento liderado pelo setor privado

31. As reformas estruturais visarão melhorar o ambiente de negócios, corrigir as ineficiências do mercado de trabalho e aumentar o acesso a financiamento (MPEF, n.º 39-41). As autoridades estão a desenvolver uma nova estratégia de desenvolvimento quinquenal baseada no

⁶O quadro comum está a ser desenvolvido conjuntamente pelo BCV e pelo Banco Mundial.

plano de desenvolvimento de longo prazo recentemente concluído (*Cabo Verde Ambition 2030*). Os principais domínios prioritários incluem: i) concluir as reformas das empresas públicas, nomeadamente através da privatização e da melhoria da eficiência das empresas públicas, ii) facilitar o acesso a financiamento, em especial por parte das pequenas e médias empresas, e iii) melhorar o ambiente de negócios. Outras reformas incluem medidas de adaptação às alterações climáticas e de mitigação dos seus efeitos, incluindo progressos na consecução do objetivo de 50% de energias renováveis até 2030. Além disso, o desenvolvimento de parques tecnológicos apoiará igualmente os esforços para melhorar a digitalização – outra prioridade fundamental para o governo.

32. O programa dará também ênfase ao apoio aos grupos vulneráveis e procurará fortalecer as redes de segurança social. A este respeito, foram atribuídos recursos adicionais para a expansão da rede de segurança social com vista a ajudar a mitigar o impacto do aumento de preços para os grupos mais vulneráveis (MPEF, n.º 42-43). O corpo técnico trabalhará também em estreita colaboração com o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para aconselhar as autoridades sobre novas reformas destinadas a reforçar a proteção social.

FINANCIAMENTO E MODALIDADES DO PROGRAMA

33. A Linha de Crédito Ampliada (ECF) contribuirá para dar resposta às necessidades prolongadas da balança de pagamentos decorrentes do impacto da pandemia e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia.

Prevê-se que o efeito destes choques sobre a balança de pagamentos persista, devendo o turismo regressar ao nível anterior à pandemia no final do médio prazo, o que gerará uma pressão descendente persistente sobre as reservas. Este mecanismo concede financiamento para reforçar as reservas, ajudar a colmatar o défice de financiamento orçamental e apoiar as reformas no âmbito da estratégia de desenvolvimento

das autoridades. A implementação das reformas será igualmente apoiada por um desenvolvimento de capacidades bem orientado por parte do FMI (Anexo VI) e de outros doadores.

34. O financiamento ao abrigo da ECF ajudará a colmatar o défice de financiamento e a apoiar uma combinação de financiamento com uma maior dependência do financiamento externo em condições concessionais (Tabela 6 do texto). Na ausência do programa do FMI, níveis elevados de financiamento interno poderão conduzir à exclusão do setor privado, aumentar os custos do serviço da

Tabela 5 do texto. Cabo Verde: Impacto da guerra da Ucrânia na balança de pagamentos
(Milhões de euros, salvo indicação em contrário)

	2022		Diferença	
	Pré-guerra	Guerra		
				% do PIB
Conta corrente	-177	-273	-96	-4,9
Balança comercial	-615	-716	-101	-5,2
Serviços	192	169	-23	-1,2
Incluindo o turismo	237	226	-11	-0,6
Rendimento primário	-74	-48	26	1,4
Rendimento secundário	320	323	3	0,1
Conta de capital e financeira	-192	-172	20	1,0
Saldo global	15	-100	-115	-5,9
Varição das reservas líquidas (- aumento)	-15	100	115	5,9
incluindo o financiamento previsto do FMI/ECF		28		1,5
Défice de financiamento residual		0		0

Fontes: Banco de Cabo Verde; projeções da corpo técnico do FMI.

dívida para níveis que podem comprometer a sustentabilidade no médio prazo e deixar a economia sem reservas suficientes para fazer face aos desafios da balança de pagamentos.⁷ A este respeito, o défice de financiamento externo remanescente relativo ao orçamento de 2022 será colmatado, sobretudo, por empréstimos em condições concessionais concedidos por instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial, o BAfD e outros parceiros bilaterais, e um levantamento da recente dotação de DES (cerca de 1% do PIB) (MPEF, n.º 8).

35. O corpo técnico considera o acesso a DES 45,03 milhões (190% da quota; cerca de USD 63,37 milhões) (Tabela 10) no âmbito da ECF de 36 meses como apropriado. O programa proporcionará uma âncora política ao plano de reforma orçamental das autoridades, incluindo a obtenção de um excedente primário que ajude a colocar a dívida numa trajetória descendente sustentada, dando simultaneamente resposta às necessidades de financiamento de Cabo Verde associadas ao aumento significativo do preço das importações. O programa apoiará igualmente a recuperação económica gradual do choque da COVID-19 e da guerra na Ucrânia. Propõe-se que o acesso seja antecipado (cerca de 95% do acesso em 2022, seguido de compras iguais) para ajudar a atenuar os fatores adversos associados à guerra na Ucrânia, que deverão ser de maior dimensão durante o primeiro ano do programa.

Tabela 6 do texto. Cabo Verde: Fontes de financiamento para 2022-25

	2022		2023		2024		2025	
	Milhões de escudos	Em % do PIB	Milhões de escudos	Em % do PIB	Milhões de escudos	Em % do PIB	Milhões de escudos	Em % do PIB
Total das necessidades de financiamento	15,010	7.0	14,233	6.2	10,372	4.2	6,242	2.3
Fontes de financiamento	15,010	7.0	14,233	6.2	10,372	4.2	6,242	2.3
Financiamento interno (líquido) – emissão de títulos do Tesouro	7,501	3.5	6,911	3.0	3,204	1.3	1,675	0.6
Financiamento externo (líquido)	7,509	3.5	7,322	3.2	7,169	2.9	4,567	1.7
Desembolsos	16,672	7.8	17,072	7.4	15,570	6.3	13,060	4.9
<i>Dos quais: apoio orçamental</i>	8,130	3.8	6,466	2.8	6,743	2.7	6,232	2.3
FMI	3,105	1.5	1,238	0.5	1,233	0.5	615	0.2
Banco Mundial	2,820	1.3	3,023	1.3	3,305	1.3	3,411	1.3
Banco Africano de Desenvolvimento	2,205	1.0	2,205	1.0	2,205	0.9	2,205	0.8
<i>Empréstimos no âmbito de programas e projetos</i>	6,203	2.9	8,854	3.9	8,284	3.3	6,251	2.3
JICA	1,051	0.5	1,998	0.9	2,124	0.9	2,419	0.9
OFID	821	0.4	1,899	0.8				
Banco Mundial	2,721	1.3	2,806	1.2	3,807	1.5	3,248	1.2
BADEA	1,301	0.6	1,161	0.5	97	0.0	470	0.2
DSE	1,948	0.9						
Outros	309	0.1	990	0.4	2,256	0.9	114	0.0
<i>Empréstimos de retrocessão</i>	2,339	1.1	1,752	0.8	543	0.2	635	0.2
Banco Africano de Desenvolvimento	964	0.5						
Amortização	9,163	4.3	9,750	4.2	8,401	3.4	8,500	3.2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Em 2023, o financiamento interno líquido inclui o montante de DSE convertido em depósitos internos, representando cerca de 0,6% do PIB.

36. A ECF de 36 meses será utilizada como apoio orçamental e abrangerá o período entre 2022 e 2025, uma vez que os choques orçamentais e da balança de pagamentos são de magnitude semelhante. Um acordo de 36 meses é apropriado, tendo em conta o período necessário para reduzir a dívida para níveis mais moderados e as consequências significativas da pandemia e da guerra na Ucrânia. O financiamento do FMI contribuirá para manter as reservas dentro do intervalo visado de 5 a 5,5 meses de importações em 2022 e no médio prazo. Este nível de reservas proporcionará um apoio suficiente à paridade cambial num contexto de maior risco e incerteza a nível mundial e permitirá a implementação de uma trajetória de ajustamento orçamental mais desejável, que evitará a necessidade de cortes mais acentuados nas despesas.

⁷A regra orçamental que limita o financiamento interno a 3% do PIB foi suspensa pela Assembleia Nacional para 2022.

37. Condicionalidade do programa e acompanhamento.

- **Critérios de desempenho (Tabela 8).** O desempenho do programa será acompanhado pelos seguintes critérios de desempenho⁸: i) limite mínimo (piso) para as receitas fiscais, ii) limite mínimo para o saldo primário, iii) limite máximo (teto) para outros passivos líquidos (reempréstimo e capitalização), iv) não acumulação de atrasados internos e externos (contínuo), v) limite máximo anual de 3% do PIB para o financiamento interno líquido, vi) limite máximo para o VA da nova dívida externa pública e com garantia pública em condições concessionais, vii) limite máximo zero para a contração ou garantia de dívida externa em condições não concessionais com prazo de vencimento superior a um ano (contínuo), e viii) limite mínimo para as reservas internacionais brutas. O programa incluirá também um limite mínimo para as despesas sociais como meta indicativa. As metas padrão contínuas farão também parte dos critérios de desempenho.
- **Avaliações (Tabela 10).** O programa será acompanhado através de avaliações semestrais. As avaliações incluirão os critérios de desempenho referentes ao final de junho e ao final de dezembro, bem como metas indicativas no final de março e no final de setembro.
- **Indicadores de referência estruturais.** Os indicadores de referência estruturais abrangidos pelo programa são calibrados e gradualmente alinhados com os planos e a capacidade de implementação das autoridades, em colaboração com outros parceiros de desenvolvimento.
- **Garantias de financiamento.** O programa é integralmente financiado durante os primeiros 12 meses, com boas perspectivas de financiamento integral para o período remanescente do acordo. Para além do apoio do FMI, o financiamento no primeiro ano da ECF será concedido através de apoio orçamental dos parceiros de desenvolvimento e das instituições multinacionais de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.

38. A capacidade de Cabo Verde para reembolsar o FMI é considerada apropriada e são aplicadas regras de salvaguardas reforçadas, tendo em conta os níveis de acesso propostos (Tabela 6, Anexo VII). Até 2025, o crédito em aberto do FMI a Cabo Verde será de 280% da quota (acima do quartil superior dos anteriores acordos de qualidade nas parcelas superiores de crédito para os países de baixos rendimentos). O crédito em aberto durante o programa atingirá um máximo de cerca de 3,6% do PIB, 10% das exportações, 13,8% das reservas internacionais brutas e 14,5% das receitas (excluindo donativos). Ao mesmo tempo, os reembolsos anuais ao FMI atingirão um máximo de 0,6% das exportações, 0,9% das reservas e quase 6,1% do serviço da dívida externa pública e com garantia pública. Os riscos são mitigados pelo sólido historial das autoridades em matéria de cumprimento das suas obrigações da dívida para com o FMI e pelas medidas de política previstas no programa, incluindo a consolidação orçamental. O regresso dos turistas ao país é também suscetível de gerar uma capacidade de reembolso significativa através do aumento das receitas de exportação.

⁸Os critérios de desempenho são cumulativos desde o início do ano.

39. Os riscos para o programa são avaliados como moderados, sob reserva do êxito da implementação da agenda de reformas e de uma redução significativa do stock da dívida no futuro. A deterioração das perspetivas mundiais e os atuais efeitos das repercussões da guerra na Ucrânia em Cabo Verde aumentam os riscos para o programa. Além disso, o elevado risco de sobreendividamento global continua a ser motivo de preocupação. Os fatores de mitigação da deterioração das perspetivas são o sólido historial das autoridades no âmbito do PCI recentemente concluído e a forte adesão do programa. No entanto, os riscos para as perspetivas no médio prazo serão acompanhados de perto, uma vez que podem afetar o desempenho do programa. No entanto, as avaliações do programa e o diálogo contínuo com as autoridades contribuirão para mitigar estes riscos.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

40. A economia de Cabo Verde enfrenta desafios económicos significativos associados aos impactos da pandemia, bem como aos efeitos de repercussão da guerra na Ucrânia. As alterações climáticas estão também a criar dificuldades adicionais após um quarto ano consecutivo de seca. Consequentemente, o crescimento deverá enfraquecer, a inflação aumentará substancialmente e as pressões orçamentais e externas intensificar-se-ão. É necessário um forte empenho no sentido de implementar uma combinação equilibrada de políticas corretivas que reduza o risco global de sobreendividamento, proteja os grupos vulneráveis e apoie o crescimento.

41. O governo está empenhado na implementação de reformas para reduzir as vulnerabilidades, aumentar o crescimento e apoiar os mais vulneráveis. As autoridades solicitam apoio ao abrigo de uma Linha de Crédito Ampliada (ECF) para ajudar a colmatar o hiato da balança de pagamentos e as necessidades de financiamento orçamental decorrentes do impacto da pandemia e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia. O programa contribuirá igualmente para consolidar a estratégia económica das autoridades no médio prazo e apoiar a implementação de reformas para alcançar um crescimento sustentado e a redução da pobreza.

42. A consolidação orçamental é necessária para conter as vulnerabilidades da dívida, mas tem de ser implementada gradualmente e ter em conta a necessidade de salvaguardar o crescimento e proteger os grupos vulneráveis. A este respeito, o défice orçamental primário diminuirá de forma gradual durante o programa e ajudará a colocar a dívida pública numa trajetória descendente sustentada. O programa apoiará também a agenda de reformas orçamentais, que inclui uma orientação para a mobilização das receitas internas e os esforços para avançar com as reformas das empresas públicas, a fim de conter os riscos orçamentais.

43. Uma trajetória constante de redução da dívida é importante para aumentar a resiliência económica e reconstituir as reservas. A dívida pública externa regista uma taxa moderada de sobreendividamento, mas a dívida pública global apresenta um alto risco de sobreendividamento devido aos elevados níveis de endividamento interno nos últimos anos. O plano das autoridades para reduzir o défice do saldo primário de 5,1% do PIB em 2021 para um excedente de cerca de 1% do PIB no médio prazo contribuirá para diminuir o risco de sobreendividamento global.

44. O reforço da rede de segurança social será essencial para alcançar o objetivo das autoridades de tornar o crescimento mais inclusivo e equitativo. A maior alocação de recursos às despesas sociais contribuirá para mitigar o impacto do aumento para os preços nos mais vulneráveis. Além disso, novas melhorias na orientação e na cobertura dos programas existentes aumentarão também a eficiência da despesa pública e apoiarão os planos das autoridades para erradicar a pobreza extrema. Estes esforços devem ser combinados com uma implementação firme da estratégia de graduação para melhorar as competências e outras políticas do mercado de trabalho que procuram gerar emprego, de modo a que os cidadãos fiquem cada vez menos dependentes de programas de apoio social.

45. A política monetária deve continuar a centrar-se na salvaguarda da paridade cambial e no reforço do quadro de política monetária. Tal será necessário para manter as reservas entre 5 e 5,5 meses de importações e realizar progressos no reforço da capacidade analítica do banco central. O BCV deve prosseguir com a supressão gradual da moratória relacionada com a COVID-19 e com as medidas de apoio à liquidez, tendo em conta a continuação do excesso de liquidez no sistema bancário. O BCV deve também contribuir para fortalecer a componente de CBC/FT da sua supervisão prudencial.

46. O sistema bancário parece resiliente, mas será necessária uma vigilância contínua para garantir a contenção dos riscos financeiros. A este respeito, o BCV deve continuar a acompanhar os riscos no setor bancário, tendo em conta, em especial, que o fim da moratória de crédito, em junho de 2022, é suscetível de resultar num aumento dos créditos mal parados e numa erosão da qualidade dos ativos dos bancos. A intenção do BCV de realizar um estudo exaustivo das perdas e provisões de empréstimos no termo da moratória de crédito, de facilitar uma reestruturação prudente dos empréstimos e de fornecer orientações sobre o tratamento prudencial das moratórias e das estratégias de gestão de créditos mal parados ajudará a conter estes riscos.

47. O aumento do potencial de crescimento de Cabo Verde no médio prazo exigirá uma implementação firme do plano de desenvolvimento de médio prazo das autoridades. A conclusão das reformas das empresas públicas, nomeadamente através da privatização e da melhoria da eficiência das empresas públicas, apoiará os esforços para impulsionar a produtividade no longo prazo. As medidas de adaptação às alterações climáticas, incluindo os esforços para alcançar o objetivo de 50% de fontes de energia renováveis até 2030, aumentarão também a resiliência da economia e contribuirão para fomentar o potencial de crescimento.

48. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades de um acordo de 36 meses no âmbito da ECF, o qual incorpora um acesso equivalente a 190% da quota (DES 45,03 milhões). Este apoio baseia-se nas necessidades da balança de pagamentos e de financiamento orçamental, no historial positivo do país em termos de implementação das reformas, bem como na credibilidade das políticas das autoridades e na adesão a nível nacional ao seu programa de reformas.

Tabela 7 do texto. Cabo Verde: Déficit de financiamento externo, 2020-25
(Milhões de EUR, salvo indicação em contrário)

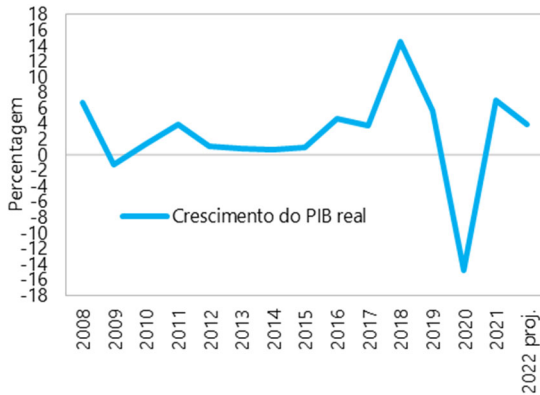
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Saldo em conta corrente	-246,1	-201,2	-272,6	-128,2	-132,5	-113,4
Balança de bens e serviços	-512,9	-464,0	-547,8	-425,6	-426,6	-426,9
Exportações de bens	113,3	166,7	178,0	282,3	313,5	352,0
Importações de bens	692,2	775,7	894,5	947,8	997,3	1041,8
Exportações de serviços	258,2	350,9	397,6	480,8	533,4	576,6
Importações de serviços	192,3	206,0	228,8	241,0	276,2	313,6
Balança de rendimento primário	-35,9	-59,3	-47,7	-53,7	-63,4	-66,3
Balança de rendimento secundário	302,8	322,1	322,8	351,1	357,6	379,7
Financiamento						
Conta de capital	21,6	27,6	37,9	29,8	37,6	37,7
Conta de operações financeiras, líquido ¹	-229,4	-173,5	-234,7	-98,4	-94,9	-75,7
Investimento direto, líquido	-55	-62	-74	-111	-89	-106
Investimento de carteira, líquido	0	0	0	0	0	0
Outros investimentos, líquido	-100	-95	-61	-41	-40	-15
Saldo global	-75	-17	-100	53	33	46
Variação das reservas líquidas (+ aumento)	-75	-17	-100	53	33	46
Déficit de financiamento			28	11	11	6
Em % do PIB			1,5	0,5	0,5	0,2
ECF			28	11	11	6
Em % do PIB			1,5	0,5	0,5	0,2
Por memória:						
Trajectoria definida para as reservas em meses de potenciais importações	7,1	6,3	5,0	5,1	5,1	5,1

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

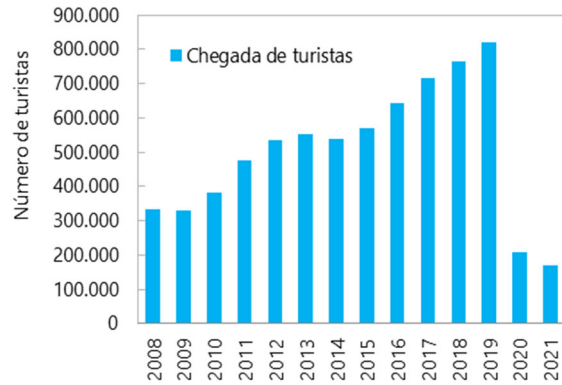
1/ Incluindo reservas e financiamento excecional.

Figura 1. Cabo Verde: Evolução económica recente

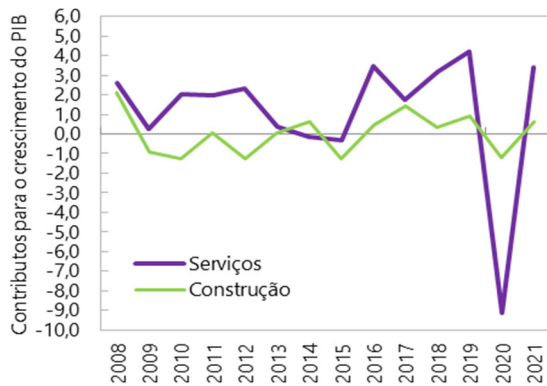
Estima-se que o crescimento económico tenha aumentado em 2021...



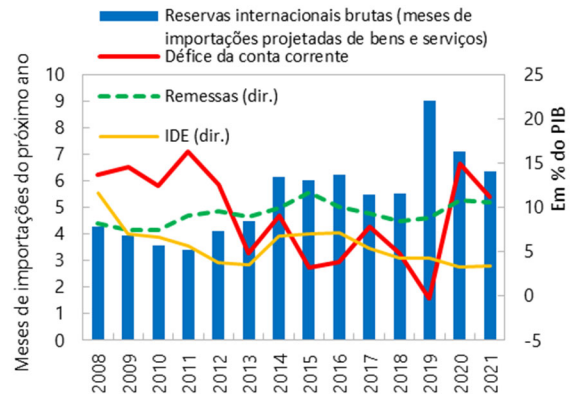
... devido à recuperação gradual do setor do turismo durante o segundo semestre do ano...



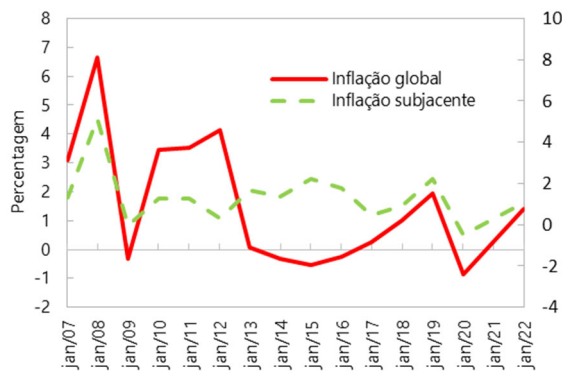
... e do setor da construção e de outros serviços.



As reservas internacionais mantiveram-se confortáveis, o que reflete o aumento de investimento estrangeiro direto e de remessas.



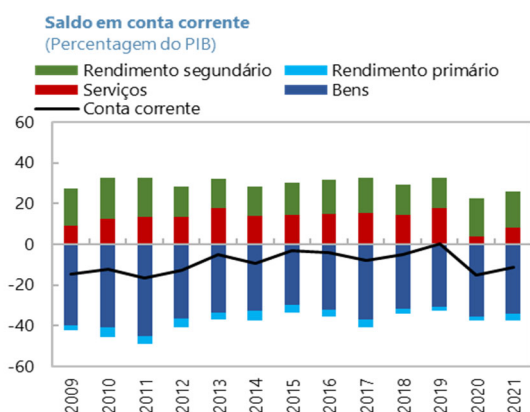
A inflação global aumentou devido à subida dos preços dos bens alimentares, do vestuário e dos transportes.



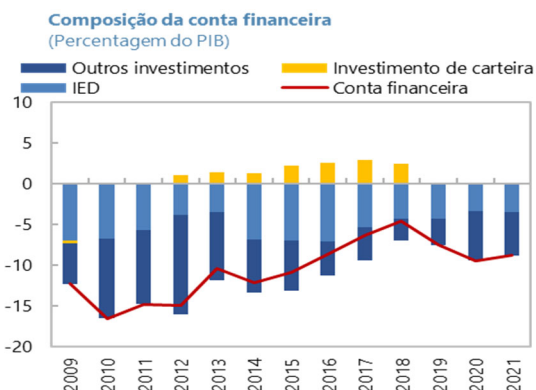
Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Cabo Verde: Evolução do setor externo

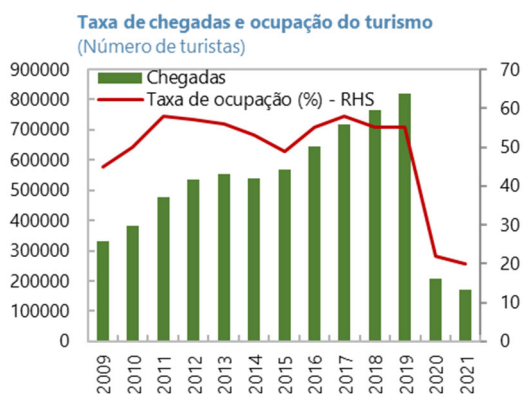
O défice da conta corrente melhora em 2021, em linha com a recuperação do turismo.



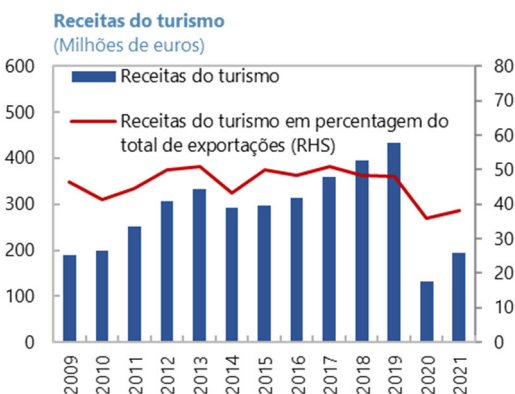
A conta financeira melhorou, refletindo o aumento do IDE.



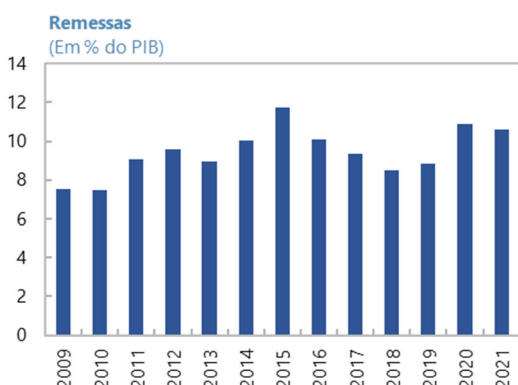
A entrada de turistas aumentou, mas permanece muito abaixo dos níveis anteriores à pandemia.



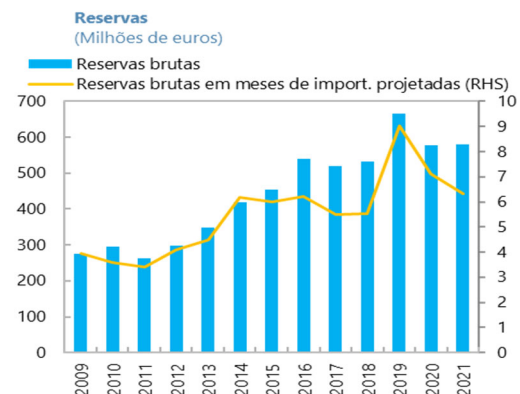
Por conseguinte, as receitas do turismo têm vindo a aumentar de forma modesta.



As remessas diminuíram ligeiramente em 2021 em comparação com os níveis de 2020 e continuam a representar uma importante fonte de moeda estrangeira...



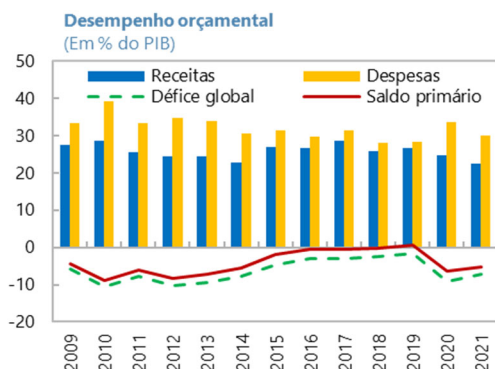
... apoiando a forte posição de reservas do país.



Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

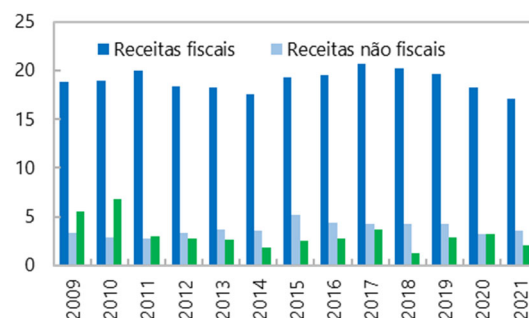
Figura 3. Cabo Verde: Evolução do setor orçamental

O desempenho orçamental melhorou em 2021...

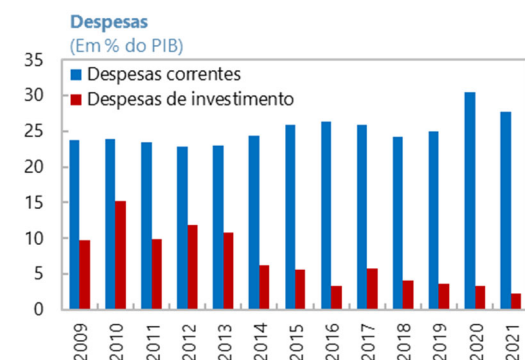


...apesar da diminuição das receitas fiscais, o que reflete a fragilidade económica. No entanto, as receitas não fiscais aumentaram, refletindo a elevada venda de bens e serviços, em consonância com a reabertura da economia.

Composição das receitas

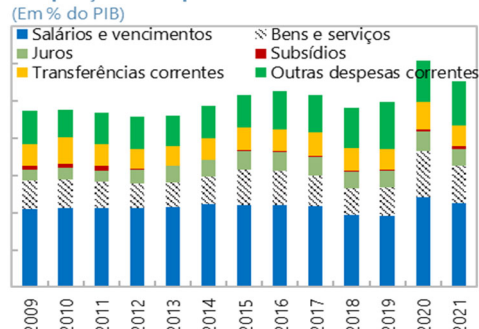


As despesas diminuíram devido à subexecução do programa de investimento público...

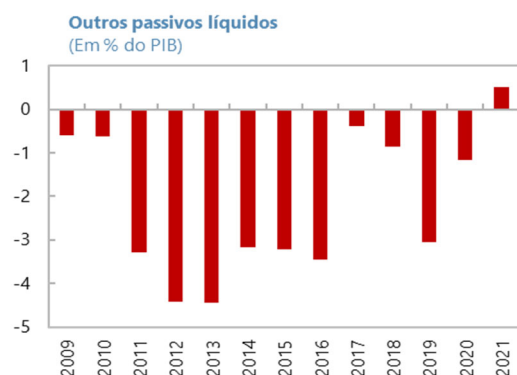


... e à contenção das despesas correntes devido ao crescimento lento dos salários e a uma diminuição das despesas com bens e serviços.

Composição das despesas correntes

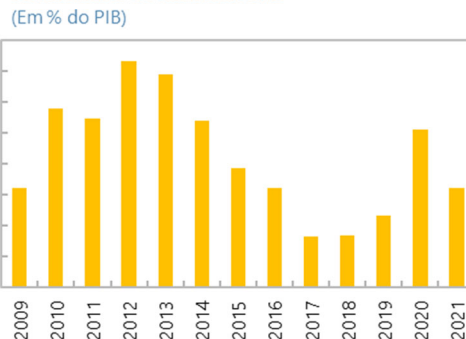


Outros passivos líquidos diminuíram em 2021, refletindo depósitos mais elevados do governo e reembolsos de empréstimos.



... As necessidades de financiamento diminuíram devido a uma menor capitalização e a receitas não fiscais mais elevadas.

Necessidades de financiamento



Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

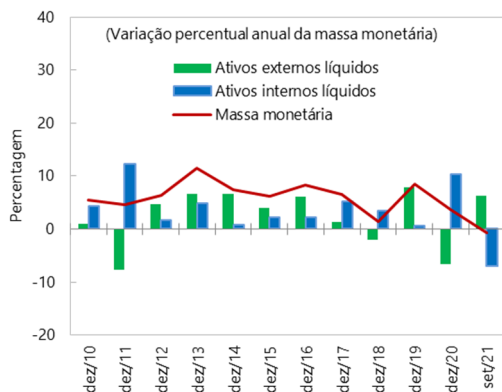
Figura 4. Cabo Verde: Evolução do setor monetário

No final de setembro de 2021, a massa monetária desceu, refletindo a diminuição das reservas em moeda estrangeira...

...e o crédito à economia aumentou, refletindo o impacto contínuo das medidas de alívio à COVID-19.

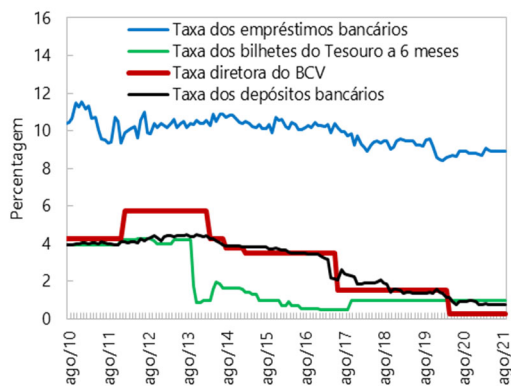
Massa monetária e as suas contrapartes

(Variação percentual anual da massa monetária)

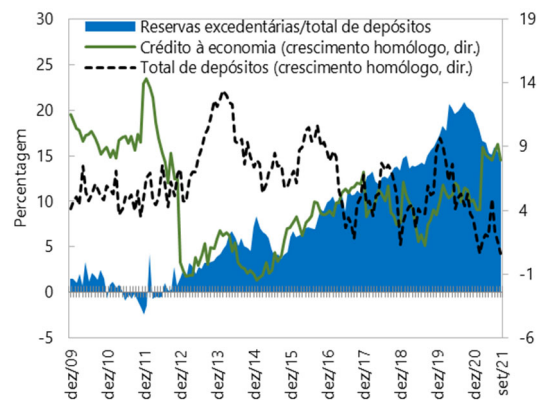


O banco central diminuiu a taxa diretora em resposta à pandemia de COVID-19.

Taxa diretora e outras taxas do mercado

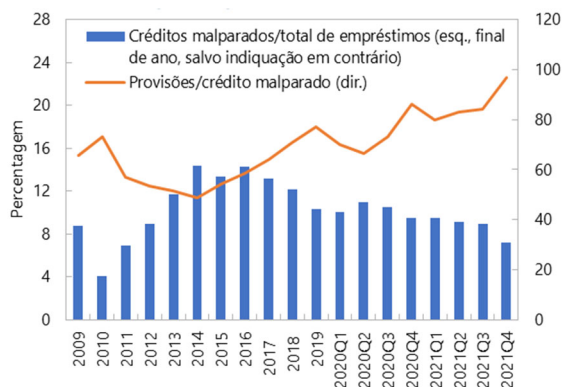


Crédito à economia e depósitos



Os créditos malparados mantiveram-se elevados.

Crédito malparado e provisões



Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Cabo Verde: Indicadores económicos seleccionados, 2019–27

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
				Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
(Variação percentual anual)									
Contas nacionais e preços 1/									
PIB real	5,7	-14,8	7,0	4,0	4,8	5,7	5,5	5,0	4,5
Deflador do PIB	0,6	-0,9	1,8	4,5	2,6	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços no consumidor (média anual)	1,1	0,6	1,9	6,5	3,5	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços no consumidor (fim de período)	1,9	-0,9	5,4	6,5	3,5	2,0	2,0	2,0	2,0
Setor externo									
Exportações de bens e serviços	10,2	-58,7	39,3	11,2	32,6	11,0	9,6	9,0	9,3
Das quais: turismo	9,4	-69,1	48,4	14,2	22,2	18,7	11,8	8,7	5,5
Importações de bens e serviços	1,6	-23,2	11,0	14,4	5,8	7,1	6,4	7,3	6,4
(Taxa de variação homóloga da massa monetária)									
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos	7,8	-6,6	6,0	-10,6	2,7	1,6	2,1	2,3	1,3
Ativos internos líquidos	0,6	10,3	-4,0	12,2	5,0	5,3	4,6	4,3	4,3
Crédito líquido ao governo central	-4,8	-1,3	0,6	1,8	1,6	0,7	0,3	-0,1	-0,4
Crédito à economia	2,3	2,9	1,8	5,1	1,3	2,7	2,1	4,3	3,2
Massa monetária (M2)	8,4	3,8	2,0	1,6	7,7	6,8	6,7	6,6	5,6
(% do PIB, salvo indicação em contrário)									
Poupança e investimento									
Poupança interna	37,3	20,7	31,0	30,0	35,2	33,9	35,3	34,7	34,7
Pública	0,1	-7,4	-4,5	-2,6	-1,8	-0,1	1,7	2,9	2,5
Privada	37,2	28,1	35,5	32,6	37,0	34,1	33,6	31,8	32,3
Investimento nacional	37,1	35,7	42,3	44,1	41,4	39,8	39,9	39,3	39,0
Público	3,6	3,3	2,2	3,4	3,1	3,1	3,0	3,0	3,0
Privado	33,6	32,4	40,1	40,7	38,2	36,7	36,9	36,3	36,0
Saldo poupança-investimento	0,2	-15,0	-11,3	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-4,2
Público	-3,4	-10,7	-6,7	-5,9	-4,9	-3,2	-1,3	-0,1	-0,5
Privado	3,6	-4,3	-4,5	-8,1	-1,3	-2,7	-3,4	-4,5	-3,7
Setor externo									
Conta corrente externa (incl. transferências oficiais)	0,2	-15,0	-11,3	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-4,2
Conta corrente externa (excl. transferências oficiais)	-2,5	-17,6	-14,2	-16,1	-8,1	-7,2	-5,7	-5,6	-5,2
Balança de pagamentos global	6,8	-4,6	-1,0	-5,2	2,6	1,5	1,9	2,1	1,2
Reservas internacionais brutas (meses de import. projetadas de bens e serviços)	9,0	7,1	6,3	5,0	5,1	5,1	5,1	5,3	5,2
Finanças públicas									
Receitas	26,8	24,7	22,6	25,4	24,8	25,5	25,9	26,3	26,5
Receitas fiscais e não fiscais	23,9	21,4	20,6	23,5	23,6	24,4	24,9	25,4	25,7
Donativos	2,9	3,2	2,0	1,9	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8
Despesas	28,5	33,8	29,9	31,7	30,4	29,5	28,1	27,3	27,3
Saldo primário	0,7	-6,4	-5,1	-3,6	-2,6	-1,3	0,0	1,0	1,0
Saldo global (incl. donativos)	-1,7	-9,1	-7,3	-6,3	-5,6	-4,0	-2,1	-0,9	-0,8
Outros passivos líquidos (incl. retrocessão)	-3,0	-1,2	0,9	-0,7	-0,5	-0,2	-0,2	-0,2	0,0
Financiamento total (incl. retrocessão e capitalização)	4,6	14,0	6,4	7,0	6,2	4,2	2,3	1,1	1,2
Crédito interno líquido	1,3	2,8	1,6	3,5	3,0	1,3	0,6	-0,3	-0,8
Financiamento externo líquido	3,3	11,2	4,8	3,5	3,2	2,9	1,7	1,4	1,6
Stock e serviço da dívida pública									
Total da dívida pública nominal	114,0	142,6	143,0	145,9	139,7	132,5	124,0	116,2	109,6
Dívida pública externa	82,6	103,1	101,5	103,6	97,7	93,1	88,4	83,7	79,6
Dívida pública interna	31,4	39,5	41,5	42,3	42,0	39,4	35,5	32,4	30,0
Serviço da dívida externa (% das exportações de bens e serviços) 2/	5,4	14,8	13,4	17,7	14,7	11,0	10,3	9,5	9,0
Valor atual da dívida externa PGP									
Percentagem do PIB (limiar de risco: 55%)	55,8	70,3	60,3	55,9	53,4	51,4	49,3	47,3	45,6
Percentagem das exportações (limiar de risco: 240%)	119,9	335,9	208,1	188,4	145,8	136,3	128,4	121,0	113,7
Valor presente da dívida total									
Percentagem do PIB (limiar de risco: 70%)	92,4	105,4	104,7	97,9	95,0	90,5	84,7	79,7	75,5
Por memória:									
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	213,9	180,7	196,8	213,8	229,8	247,7	266,6	285,5	304,2
Reservas internacionais brutas (em milhões de euros, fim de período)	666,1	582,4	591,3	491,0	544,3	577,6	623,3	677,5	710,3

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O escudo cabo-verdiano está indexado ao euro desde 1999, à taxa de 110.265 CVE/€.

Tabela 2. Cabo Verde: Balança de pagamentos, 2018–27
(Milhões de EUR, salvo indicação em contrário)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
					Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Conta corrente	-89	4	-246	-201	-273	-128	-132	-113	-119	-117
Balança comercial	-582	-595	-579	-609	-716	-665	-684	-690	-686	-680
Exportações, FOB	232	237	113	167	178	282	313	352	406	471
Importações, FOB	814	833	692	776	895	948	997	1042	1092	1151
Bens de consumo	278	297	256	239	270	294	312	322	323	327
Bens intermédios	158	168	159	131	145	159	172	183	199	223
Bens de capital	99	92	93	72	83	96	102	108	120	128
Outros (incl. combustíveis)	279	276	185	334	397	399	411	429	450	473
Combustível	82	83	62	77	100	85	81	83	88	91
Serviços (líquido)	264	343	66	145	169	240	257	263	243	238
Receitas	584	662	258	351	398	481	533	577	606	635
Incl.: turismo	395	432	133	198	226	276	328	367	399	421
Pagamento	320	319	192	206	229	241	276	314	363	397
Rendimento primário (líquido)	-40	-38	-36	-59	-48	-54	-63	-66	-69	-73
<i>Incl.: juros sobre a dívida pública</i>	-17	-17	-15	-30	-19	-24	-17	-19	-20	-22
Rendimento secundário (líquido)	268	294	303	322	323	351	358	380	393	398
Governo geral	46	53	43	52	40	40	28	25	26	26
Outros setores	223	241	260	270	283	311	329	354	367	372
<i>Incl.: remessas</i>	155	172	178	189	195	214	223	237	249	252
Conta de capital	15	11	22	28	38	30	38	38	38	22
<i>Incl.: Donativos</i>	11	6	10	16	25	17	25	25	26	9
Conta de operações financeiras 1/	-74	-12	-229	-174	-235	-98	-95	-76	-81	-95
Investimento direto estrangeiro	-78	-84	-55	-62	-74	-111	-89	-106	-109	-87
Investimento de carteira	44	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros investimentos	-50	-62	-100	-95	-61	-41	-40	-15	-27	-41
Aquisição líquida de ativos financeiros	-53	4	-18	-39	-8	5	5	6	6	6
Aumento líquido de passivos	-3	65	82	56	52	46	44	21	33	47
Autoridade monetária	-2	0	-1	1	0	0	0	0	0	0
Governo central	32	64	101	72	73	66	65	41	31	45
Desembolsos	64	96	128	111	156	155	141	119	107	122
Incluindo a RCF			29							
Financiamento projetado no âmbito da ECF					28,16	11,22	11,17	5,59		
Amortização	-32	-32	-41	-39	-83	-88	-76	-77	-77	-77
Financiamento excepcional 2/	0	0	14	40	0	0	0	0	0	0
Bancos comerciais	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5
Fluxos não bancários	-37	-3	-21	-21	-26	-26	-26	-26	-3	-3
Ativos de reserva (+ acumulação)	10	132	-75	-17	-100	53	33	46	54	33
Erros e omissões 3/	0	-28	-5	0	0	0	0	0	0	0
Saldo global	10	132	-75	-17	-100	53	33	46	54	33
Por memória:										
Conta corrente (incl. transferências oficiais, % do PIB)	-4,9	0,2	-15,0	-11,3	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-4,2
Conta corrente (excl. transferências oficiais, % do PIB)	-7,4	-2,5	-17,6	-14,2	-16,1	-8,1	-7,2	-5,7	-5,6	-5,2
Saldo global (em % do PIB)	0,5	6,8	-4,6	-1,0	-5,2	2,6	1,5	1,9	2,1	1,2
Reservas internacionais brutas	531,9	666,1	582,4	591,3	491,0	544,3	577,6	623,3	677,5	710,3
Meses de importações de bens e serviços do ano corrente	5,6	6,9	7,9	7,2	5,2	5,5	5,4	5,5	5,6	5,5
Meses de importações de bens e serviços do próximo ano	5,5	9,0	7,1	6,3	5,0	5,1	5,1	5,1	5,3	5,2
Dívida pública externa	1822	1900	2003	2147	2371	2426	2508	2582	2617	2649
Ajuda externa (donativos e empréstimos, % do PIB)	6,6	8,0	11,1	10,0	11,4	10,2	8,7	7,0	6,1	5,7
PIB nominal	1826	1940	1639	1785	1939	2084	2246	2418	2589	2759

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Incluindo reservas internacionais e financiamento excepcional.

2/ Suspensão do serviço da dívida ao abrigo da iniciativa do G-20.

3/ Incluindo os atrasos dos bancos em reportar os créditos comerciais.

Tabela 3a. Cabo Verde: Demonstração das operações do governo central, 2018–27¹
(Milhões de escudos cabo-verdianos)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
					Orçamento	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Receitas	51.857	57.389	44.626	44.530	58.196	54.270	56.964	63.139	69.159	75.220
Impostos	40.657	42.013	32.900	33.542	41.184	38.215	43.273	48.854	53.870	59.328
Impostos sobre rendimentos e lucros	12.253	12.672	9.990	9.149	11.879	9.716	11.176	11.978	13.551	15.015
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	6.877	7.201	6.581	6.048	6.799	6.232	6.766	7.512	8.407	9.230
Contribuição industrial	5.376	5.471	3.410	2.728	4.431	3.084	3.947	4.467	5.143	5.785
Impostos sobre bens e serviços	19.887	20.658	15.632	15.824	20.129	18.799	21.413	24.503	26.779	29.226
Dos quais: IVA arrecadado pela DGA	7.801	8.260	6.670	8.319	8.934	8.738	9.673	10.635	11.560	12.282
Dos quais: IVA arrecadado pela DGCI	8.422	8.476	6.371	4.674	6.892	6.109	7.129	8.798	9.563	10.443
Impostos sobre transações internacionais	7.733	8.011	6.593	7.894	8.407	8.973	9.856	11.481	12.580	13.978
Outros impostos	784	672	684	675	769	727	828	893	961	1.110
Donativos	2.575	6.238	5.866	3.985	3.982	3.982	2.788	2.705	2.711	2.604
Outras receitas	8.625	9.137	5.861	7.002	13.031	12.073	10.904	11.580	12.577	13.287
Multas e outras penalidades	433	408	220	166	342	357	383	413	445	476
Rendimentos de propriedade	1.828	2.301	1.135	1.215	5.444	5.218	3.583	3.733	4.108	4.190
Venda de bens e serviços	5.732	5.991	3.719	4.245	5.957	5.212	5.602	6.014	6.472	6.933
Outros (incl. contribuições sociais)	633	438	787	1.376	1.288	1.286	1.335	1.419	1.552	1.688
Despesas	56.726	60.974	61.052	58.898	72.330	67.825	69.942	73.113	74.817	77.867
Despesas correntes 2/	48.587	53.343	55.119	54.544	62.112	60.639	62.748	65.449	66.820	69.302
Remuneração dos trabalhadores	19.425	20.595	21.842	22.144	24.326	23.262	23.727	24.914	25.786	26.619
Uso de bens e serviços	7.185	8.001	11.110	9.982	12.390	11.296	11.030	11.642	12.029	12.184
Juros	4.726	4.991	4.829	4.256	5.541	5.805	6.998	6.847	5.562	5.616
Internos	2.811	3.083	3.156	3.236	3.413	3.646	4.102	4.835	3.397	3.318
Externos	1.822	1.867	1.614	942	2.052	2.063	2.800	1.916	2.069	2.201
Outros encargos	93	41	58	78	76	97	97	97	97	0
Subsídios	153	160	630	816	1.008	1.409	1.459	1.488	1.518	1.548
Transferências correntes	6.283	6.015	6.482	5.536	6.097	6.205	6.688	6.997	7.345	7.825
Prestações sociais	6.237	7.270	8.268	9.267	8.316	8.901	9.422	10.156	10.929	11.707
Outras despesas (incl. transferências de capital)	4.577	6.310	1.959	2.543	4.433	3.868	3.907	3.715	3.999	4.283
Aquisição líquida de ativos não financeiros	8.140	7.631	5.933	4.354	10.217	7.186	7.194	7.664	7.997	8.566
Compra de ativos	8.194	7.971	6.033	5.037	10.625	7.834	7.905	8.369	8.468	9.037
Venda de ativos (-)	-54	-339	-100	-683	-408	-648	-711	-705	-471	-471
Saldo primário	-143	1.406	-11.598	-10.112	-8.592	-7.750	-5.979	-3.127	-96	2.968
Saldo global	-4.869	-3.585	-16.426	-14.368	-14.133	-13.555	-12.977	-9.974	-5.658	-2.648
Outros passivos líquidos	-1.903	-6.393	-2.104	1.691	-4.363	-1.455	-1.256	-399	-584	-625
Empréstimos retrocedidos às empresas públicas para fins de investimento	-1.541	-1.531	-1.650	-1.220	-2.513	-2.910	-1.752	-543	-584	-625
Outros empréstimos de retrocessão (líquidos)	3.606	-563	307	2.401	120	120	144	0	0	0
Desembolso	0	-2.299	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização	3.606	1.736	307	2.401	120	120	144	0	0	0
Capitalização	-3.968	-4.425	-767	-838	-2.651	-2.151	-1.000	0	0	0
Outros	0	124	7	1.348	681	3.124	1.352	0	0	0
Necessidades de financiamento	6.772	9.978	18.530	12.677	18.497	15.010	14.233	10.372	6.242	3.273
Financiamento total	5.239	9.926	25.250	12.677	18.497	15.010	14.233	10.372	6.242	3.273
Financiamento interno líquido	2.517	2.816	5.080	3.142	11.412	7.501	6.911	3.204	1.675	-736
Financiamento externo líquido	2.723	7.110	20.169	9.536	7.085	7.509	7.322	7.169	4.567	4.009
Desembolso	6.202	11.277	16.024	14.499	16.089	16.672	17.072	15.570	13.066	12.447
Empréstimos em apoio ao orçamento	2.205	6.148	9.125	4.223	3.105	8.130	6.466	6.743	6.232	5.732
Incl.: desembolsos da RCF			3.213							
Financiamento projetado no âmbito da ECF						3.105	1.238	1.233	615	
Empréstimos no âmbito de programas e projetos	2.456	3.599	4.025	6.801	6.785	6.203	8.854	8.284	6.251	6.090
Empréstimos para serem retrocedidos às empresas públicas 3/	1.541	1.531	1.377	1.220	2.513	2.339	1.752	543	584	625
Amortização	3.479	4.167	-4.145	4.964	9.005	9.163	9.750	8.401	8.500	8.438
Financiamento externo não identificado						0				
Financiamento excepcional (DSSI)			1.498	2.255						
Erros e omissões líquidos (+ excesso de financiamento)	-1.533	-52	6.719	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:										
Gastos sociais	14.008	14.996	20.050	18.300	15.800	15.800	16.982	18.305	19.700	21.101
Total do investimento público	9.735	9.501	7.410	6.257	13.139	10.173	9.657	8.912	9.052	9.662
do qual: investimento público feito pelas empresas públicas	1.541	1.531	1.377	1.220	2.513	2.339	1.752	543	584	625

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui o governo central orçamental (GCO) e o governo central extra-orçamental (GCE), mas exclui os fundos de segurança social.

2/ O aumento das despesas relacionadas com a remuneração dos trabalhadores e dos bens e serviços para 2020 reflete, em parte, o alargamento da cobertura orçamental.

3/ Retrocedidos às empresas públicas para a execução de investimentos públicos.

Tabela 3b. Cabo Verde: Demonstração das operações do governo central, 2018–27¹
(Porcentagem do PIB)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
					Budget	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
Receitas	25,8	26,8	24,7	22,6	27,2	25,4	24,8	25,5	25,9	26,3	26,5
Impostos	20,2	19,6	18,2	17,0	19,3	17,9	18,8	19,7	20,2	20,8	21,0
Impostos sobre rendimentos e lucros	6,1	5,9	5,5	4,6	5,6	4,5	4,9	4,8	5,1	5,3	5,4
Impostos sobre bens e serviços	9,9	9,7	8,6	8,0	9,4	8,8	9,3	9,9	10,0	10,2	10,6
Impostos sobre transações internacionais	3,8	3,7	3,6	4,0	3,9	4,2	4,3	4,6	4,7	4,9	4,7
Outros impostos	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Donativos	1,3	2,9	3,2	2,0	1,9	1,9	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8
Outras receitas	4,3	4,3	3,2	3,6	6,1	5,6	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7
Multas e outras penalidades	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Rendimentos de propriedade	0,9	1,1	0,6	0,6	2,5	2,4	1,6	1,5	1,5	1,5	1,4
Venda de bens e serviços	2,8	2,8	2,1	2,2	2,8	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3
Outras (incl. contribuições sociais)	0,3	0,2	0,4	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,8
Despesas	28,2	28,5	33,8	29,9	33,8	31,7	30,4	29,5	28,1	27,3	27,3
Despesas correntes 2/	24,1	24,9	30,5	27,7	29,1	28,4	27,3	26,4	25,1	24,3	24,3
Remuneração dos trabalhadores	9,6	9,6	12,1	11,3	11,4	10,9	10,3	10,1	9,7	9,3	9,3
Uso de bens e serviços	3,6	3,7	6,1	5,1	5,8	5,3	4,8	4,7	4,5	4,3	4,3
Juros	2,3	2,3	2,7	2,2	2,6	2,7	3,0	2,8	2,1	2,0	1,9
Internos	1,4	1,4	1,7	1,6	1,6	1,7	1,8	2,0	1,3	1,2	1,1
Externos	0,9	0,9	0,9	0,5	1,0	1,0	1,2	0,8	0,8	0,8	0,8
Outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
Transferências correntes	3,1	2,8	3,6	2,8	2,9	2,9	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6
Prestações sociais	3,1	3,4	4,6	4,7	3,9	4,2	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1
Outras despesas (incl. transferências de capital)	2,3	2,9	1,1	1,3	2,1	1,8	1,7	1,5	1,5	1,5	1,7
Aquisição líquida de ativos não financeiros	4,0	3,6	3,3	2,2	4,8	3,4	3,1	3,1	3,0	3,0	3,0
Compra de ativos	4,1	3,7	3,3	2,6	5,0	3,7	3,4	3,4	3,2	3,2	3,0
Venda de ativos (-)	0,0	-0,2	-0,1	-0,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	0,0
Saldo primário	-0,1	0,7	-6,4	-5,1	-4,0	-3,6	-2,6	-1,3	0,0	1,0	1,0
Saldo global	-2,4	-1,7	-9,1	-7,3	-6,6	-6,3	-5,6	-4,0	-2,1	-0,9	-0,8
Outros passivos líquidos	-0,9	-3,0	-1,2	0,9	-2,0	-0,7	-0,5	-0,2	-0,2	-0,2	0,0
Empréstimos retrocedidos às empresas públicas para fins de investimento	-0,8	-0,7	-0,9	-0,6	-1,2	-1,4	-0,8	-0,2	-0,2	-0,2	0,0
Outros empréstimos de retrocessão (líquidos)	1,8	-0,3	0,2	1,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Desembolso	0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	1,8	0,8	0,2	1,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Capitalização	-2,0	-2,1	-0,4	-0,4	-1,2	-1,0	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,1	0,0	0,7	0,3	1,5	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Necessidades de financiamento	3,4	4,7	10,3	6,4	8,7	7,0	6,2	4,2	2,3	1,1	0,8
Financiamento total	2,6	4,6	14,0	6,4	8,7	7,0	6,2	4,2	2,3	1,1	0,8
Financiamento interno líquido	1,3	1,3	2,8	1,6	5,3	3,5	3,0	1,3	0,6	-0,3	-0,8
Financiamento externo líquido	1,4	3,3	11,2	4,8	3,3	3,5	3,2	2,9	1,7	1,4	1,6
Desembolso	3,1	5,3	8,9	7,4	7,5	7,8	7,4	6,3	4,9	4,4	4,4
Empréstimos em apoio ao orçamento	1,1	2,9	5,0	2,1	1,5	3,8	2,8	2,7	2,3	2,0	2,0
Incl.: desembolsos da RCF			1,8								
Financiamento projetado no âmbito da ECF						1,5	0,5	0,5	0,2		
Empréstimos no âmbito de programas e projetos	1,2	1,7	2,2	3,5	3,2	2,9	3,9	3,3	2,3	2,1	2,4
Empréstimos para serem retrocedidos às empresas públicas 3/	0,8	0,7	0,8	0,6	1,2	1,1	0,8	0,2	0,2	0,2	0,0
Amortização	1,7	1,9	-2,3	2,5	4,2	4,3	4,2	3,4	3,2	3,0	2,8
Financiamento não identificado (défice de financiamento)						0,0					
Financiamento excepcional (DSSI)			0,8	1,1							
Erros e omissões líquidos (+ excesso de financiamento)	-0,8	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:											
Gastos sociais	7,0	7,0	11,1	9,3	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Total do investimento público	4,8	4,4	4,1	3,2	6,1	4,8	4,2	3,6	3,4	3,4	3,0
do qual: investimento público feito pelas empresas públicas	0,8	0,7	0,8	0,6	1,2	1,1	0,8	0,2	0,2	0,2	0,0
PIB a preços correntes de mercado (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	201,3	213,9	180,7	196,8	213,8	213,8	229,8	247,7	266,6	285,5	304,2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui o governo central orçamental (GCO) e o governo central extra-orçamental (GCE), mas exclui os fundos de segurança social.

2/ O aumento das despesas relacionadas com a remuneração dos trabalhadores e dos bens e serviços para 2020 reflete, em parte, o alargamento da cobertura orçamental.

3/ Retrocedidos às empresas públicas para a execução de investimentos públicos.

Tabela 4. Cabo Verde: Síntese monetária, 2018–27
(Milhões de escudos cabo-verdianos, salvo indicação em contrário)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
					Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Ativos externos líquidos	56.396	70.782	57.716	70.058	47.634	53.475	57.108	62.206	68.248	71.936
Ativos externos	83.533	98.658	91.373	91.271	79.296	85.680	89.868	95.532	102.150	106.427
Dos quais: reservas internacionais brutas	58.649	73.453	64.213	65.197	54.135	60.016	63.690	68.726	74.701	78.319
Passivos externos	-27.233	-27.876	-33.658	-31.129	-31.662	-32.206	-32.760	-33.326	-33.903	-34.491
Ativos internos líquidos	127.234	128.361	148.917	140.664	166.457	177.153	189.314	200.646	211.872	223.975
Crédito interno líquido	156.614	152.510	146.433	156.817	159.005	165.230	172.979	178.921	190.147	198.122
Crédito ao governo central (líquido)	40.284	31.929	20.036	14.516	18.242	21.642	23.215	24.031	23.899	22.940
Investimento em TCMF 1/	11.070	11.112	6.433	0	0	0	0	0	0	0
Crédito líquido ao governo central	32.659	23.909	21.380	22.545	26.296	29.751	31.353	32.191	31.823	30.635
Crédito ao governo central	46.866	41.943	44.681	45.846	49.596	53.052	54.654	55.491	55.123	53.935
Depósitos do governo central	-14.207	-18.034	-23.300	-23.300	-23.300	-23.300	-23.300	-23.300	-23.300	-23.300
dos quais: depósitos para projetos	-56	-68	-80	-80	-80	-80	-80	-80	-80	-80
Crédito líquido aos governos locais e outros órgãos 2/	-3.446	-3.093	-7.777	-8.029	-8.054	-8.109	-8.138	-8.159	-7.924	-7.695
Crédito à economia	116.330	120.581	126.396	130.062	140.764	143.588	149.764	154.890	166.248	175.182
Outras rubricas (líquido)	-29.380	-24.148	2.484	497	7.452	11.923	16.335	21.725	21.725	25.853
Massa monetária (M2)	183.630	199.143	206.632	210.723	214.092	230.628	246.421	262.853	280.120	295.910
Moeda em sentido estrito (M1)	86.806	97.273	104.469	90.318	104.575	112.652	120.366	128.393	136.827	144.540
Moeda em circulação fora dos bancos	9.571	9.980	11.115	10.475	10.729	11.558	12.350	13.173	14.039	14.830
Depósitos à ordem	77.235	87.293	93.354	79.843	93.845	101.094	108.017	115.219	122.788	129.710
Quase-moeda	91.862	96.444	97.565	102.050	103.682	111.690	119.339	127.296	135.658	143.306
Depósitos em divisas	4.963	5.428	4.599	5.743	5.835	6.286	6.716	7.164	7.635	8.065
(Variação percentual da massa monetária nos últimos 12 meses)										
Ativos externos líquidos	-2,1	7,8	-6,6	6,0	-10,6	2,7	1,6	2,1	2,3	1,3
Ativos internos líquidos	3,5	0,6	10,3	-4,0	12,2	5,0	5,3	4,6	4,3	4,3
Crédito interno líquido	5,9	-2,2	-3,1	5,0	1,0	2,9	3,4	2,4	4,3	2,8
Crédito líquido ao governo central	4,3	-4,8	-1,3	0,6	1,8	1,6	0,7	0,3	-0,1	-0,4
Crédito à economia	1,9	2,3	2,9	1,8	5,1	1,3	2,7	2,1	4,3	3,2
Outras rubricas (líquido)	-2,4	2,8	13,4	-1,0	3,3	2,1	1,9	2,2	0,0	1,5
Massa monetária (M2)	1,4	8,4	3,8	2,0	1,6	7,7	6,8	6,7	6,6	5,6
Por memória:										
Depósitos de emigrantes	63.869	65.365	66.422	108.032	118.448	127.597	136.334	145.425	154.978	163.714
Depósitos de emigrantes/total de depósitos (%)	36,7	34,6	34,0	53,9	58,2	58,2	58,2	58,2	58,2	58,2
Reservas excedentárias/total de depósitos (%)	13,4	16,7
Multiplicador monetário (M2/M0)	3,2	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Velocidade da moeda (PIB nominal/M2)	1,1	1,1	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Crédito à economia (variação percentual) 3/	3,1	3,7	4,8	2,9	8,2	2,0	4,3	3,4	7,3	5,4
Massa monetária (M2 em % do PIB)	91,2	93,1	114,3	107,1	100,1	100,4	99,5	98,6	98,1	97,3

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) são obrigações em CVE que são garantidas por uma conta offshore gerida pelo Banco de Portugal. Venceram-se no final de 2018 e em 2019 as autoridades decidiram resgatar uma parte das obrigações e substituir o saldo por novos títulos.

2/ Inclui o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de Cabo Verde.

3/ Variação percentual homóloga em %.

Tabela 5. Cabo Verde: Indicadores de solidez financeira do setor bancário, 2018–2021T4
(Final do ano, em percentagem, salvo indicação em contrário)

	2018	2019	2020T1	2020T2	2020T3	2020T4	2021T1	2021T2	2021T3	2021T4
Adequação de capital										
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	16.2	17.7	18.1	18.3	18.6	19.4	19.6	20.0	20.9	21.1
Capital regulamentar Tier 1/ativos ponderados pelo risc	16.1	18.2	18.6	18.8	19.0	19.8	20.1	20.5	20.9	21.0
Qualidade dos ativos 1/										
Crédito malparado/total de empréstimos	12.2	10.4	10.1	11.0	10.5	9.5	9.5	9.1	9.0	7.2
Crédito malparado líquido de provisões/fundos próprio	26.0	15.0	20.4	23.9	16.6	7.1	10.9	8.5	7.6	1.2
Provisões/crédito malparado	71.0	77.0	70.1	66.5	73.3	86.4	80.0	83.0	84.1	96.7
Lucros e rentabilidade										
Rendibilidade dos ativos	0.3	1.3	0.4	0.6	1.0	1.3	0.4	0.8	1.2	1.5
Rentabilidade dos capitais próprios	4.8	17.8	5.3	7.9	12.7	15.4	4.9	9.1	12.7	15.9
Margem financeira/rendimentos brutos	79.6	81.1	78.2	85.8	86.7	85.7	84.8	83.1	83.5	81.3
Despesas não financeiras/rendimentos brutos	69.6	49.4	46.4	49.3	48.9	48.9	45.5	45.3	45.4	46.0
Liquidez 2/										
Ativos líquidos/total do ativo	21.4	24.3	23.8	25.4	25.9	25.1	23.0	21.7	22.6	24.3
Ativos líquidos/passivos de curto prazo	25.5	28.3	27.8	30.0	30.8	29.9	27.5	26.1	28.0	30.5
Indicadores adicionais										
Depósitos do governo/total de depósitos	18.3	19.1	19.6	19.1	19.7	19.6	19.0	18.0	17.7	16.0
Depósitos à ordem/total de depósitos	50.5	50.9	51.8	51.6	51.7	51.1	51.6	51.4	50.9	51.8
Total do crédito/total de depósitos	55.2	52.9	52.9	53.2	53.6	54.7	55.5	56.1	57.8	56.9
Despesas com pessoal/custos das operações	66.6	56.6	59.2	57.8	57.7	58.0	60.4	59.7	58.4	58.0

Fonte: Banco de Cabo Verde

1/ Com base na definição das IAS/IFRS.

2/ Os ativos líquidos incluem notas e valores em caixa e títulos negociáveis. Os passivos de curto prazo incluem depósitos à ordem.

Tabela 6. Cabo Verde: Indicadores da capacidade de reembolso ao FMI, 2020–35

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (em milhões de DSE)																
Capital da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	4,7	4,7	4,7	4,7	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Encargos e juros	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Total	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	2,5	4,9	4,9	4,9	4,9	2,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e previsto (em milhões de DSE)																
Capital da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	4,7	5,9	9,7	11,5	10,9	9,0	7,9	4,1	2,3	0,5
Encargos e juros	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Total	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	2,5	4,9	6,0	9,9	11,7	11,1	9,2	8,0	4,2	2,4	0,6
Obrigações totais baseadas no crédito existente e previsto																
Em milhões de DSE	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	2,5	4,9	6,0	9,9	11,7	11,1	9,2	8,0	4,2	2,4	0,6
Em milhões de USD	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	3,6	7,1	8,7	14,3	16,9	16,1	13,3	11,6	6,1	0,0	0,0
Porcentagem de exportações de bens e serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,6	0,7	1,0	1,1	1,0	0,7	0,6	0,3	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida	0,2	0,0	0,1	0,1	0,1	2,5	4,8	5,8	9,3	10,5	9,5	7,4	6,1	3,0	0,0	0,0
Porcentagem da quota	0,0	0,0	0,3	0,7	0,7	10,7	20,7	25,4	41,6	49,2	46,8	38,7	33,9	17,8	10,2	2,6
Porcentagem das reservas internacionais brutas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,9	1,1	1,6	1,8	1,6	1,2	1,0	0,5	0,0	0,0
Em % do PIB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3	0,1	0,0	0,0
Saldo em dívida com o FMI																
Em milhões de DSE	23,7	23,7	46,2	55,2	64,2	66,4	61,6	55,8	46,1	34,6	23,6	14,6	6,8	2,7	0,5	0,0
Em milhões de USD	33,0	33,8	64,4	77,8	91,3	95,1	88,8	80,7	66,7	50,1	34,2	21,2	9,8	3,9	0,0	0,0
Porcentagem de exportações de bens e serviços	7,8	5,5	10,0	9,0	9,4	8,9	7,5	6,2	4,8	3,3	2,0	1,2	0,5	0,2	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida	466,6	34,1	42,6	45,3	57,7	64,5	59,9	53,6	43,7	31,3	20,2	11,8	5,1	1,9	0,0	0,0
Porcentagem da quota	100	100	195	233	271	280	260	235	194	146	100	62	29	11	2	0
Porcentagem das reservas internacionais brutas	5,0	4,8	11,8	12,7	13,8	13,2	11,3	9,7	7,5	5,5	3,5	2,0	0,8	0,3	0,0	0,0
Em % do PIB	1,8	1,6	3,0	3,3	3,5	3,4	2,9	2,5	1,9	1,4	0,9	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0
Uso líquido do crédito do FMI (em milhões de SDR)																
Desembolsos	23,7	0,0	22,5	9,0	9,0	2,1	-4,7	-4,7	-4,7	-4,7	-2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	4,7	4,7	4,7	4,7	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:																
Exportações de bens e serviços (em milhões de USD)	424,1	612,7	641,5	862,6	970,4	1073,9	1178,6	1292,9	1396,6	1504,3	1674,3	1810,3	1964,3	2111,4	2272,1	2461,8
Serviço da dívida (em milhões de USD)	7,1	99,0	151,3	171,7	158,4	147,5	148,4	150,5	152,7	160,1	169,7	179,6	191,9	206,4	226,7	242,4
Quota (em milhões de DSE)	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7	23,7
Reservas internacionais brutas	664,6	699,8	547,2	615,2	661,8	720,8	788,7	830,1	885,5	914,2	990,7	1082,1	1180,7	1310,1	1450,0	1583,9
PIB (em milhões de USD)	1870,7	2112,3	2160,9	2355,7	2573,9	2795,8	3014,6	3224,2	3435,7	3663,4	3908,7	4170,3	4447,0	4742,0	5056,5	5391,9

Fontes: estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 7. Cabo Verde: Decomposição da dívida pública e do serviço da dívida por credor, 2021-23¹

	Stock da dívida (fim do período)			Serviço da dívida					
	(Em USD)	Em % do total da dívida	(Em % do PIB)	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total	2885,2	100,0	143,0	174,5	204,8	210,7	8,6	9,4	8,9
Externa	2048,0	71,0	101,5	81,0	107,7	113,9	4,0	5,0	4,8
Credores multilaterais ²	1109,4	38,5	55,0	36,5	56,9	61,8	1,8	2,6	2,6
FMI	67,5	2,3	3,3	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0
Banco Mundial	523,4	18,1	25,9	5,9	12,1	12,3	0,3	0,6	0,5
Banco Africano de Desenvolvimento	263,2	9,1	13,0	14,6	26,4	28,4	0,7	1,2	1,2
Banco Europeu de Investimento (incl. CEE)	36,6	1,3	1,8	4,4	0,9	0,8	0,2	0,0	0,0
Outros credores multilaterais	218,8	7,6	10,8	11,6	17,3	20,0	0,6	0,8	0,8
BADEA	42,4	1,5	2,1	3,3	9,4	11,7	0,2	0,4	0,5
CEDEAO	15,8	0,5	0,8	1,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
FAD	112,1	3,9	5,6	4,1	6,3	6,6	0,2	0,3	0,3
Credores bilaterais	418,9	14,5	20,8	24,4	16,5	19,2	1,2	0,8	0,8
Clube de Paris	228,7	7,9	11,3	10,1	13,1	14,2	0,5	0,6	0,6
França	57,9	2,0	2,9	3,0	4,4	4,4	0,1	0,2	0,2
Japão	90,5	3,1	4,5	1,7	2,9	3,3	0,1	0,1	0,1
Outros (Espanha, Bélgica, Áustria, Suécia)	80,2	2,8	4,0	5,4	5,8	6,4	0,3	0,3	0,3
Fora do Clube de Paris	188,3	6,5	9,3	14,3	3,4	5,1	0,7	0,2	0,2
Portugal	139,6	4,8	6,9	9,8	0,9	2,5	0,5	0,0	0,1
China	33,0	1,1	1,6	2,8	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Kuwait	15,7	0,5	0,8	1,7	2,5	2,5	0,1	0,1	0,1
Obrigações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Credores comerciais	522,7	18,1	25,9	20,1	34,3	32,9	1,0	1,6	1,4
BPI	88,5	3,1	4,4	1,6	5,7	5,2	0,1	0,3	0,2
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	427,9	14,8	21,2	18,0	28,5	27,6	0,9	1,3	1,2
Outros credores internacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interna	837,2	29,0	41,5	93,5	97,1	96,8	4,6	4,5	4,1
Bilhetes do Tesouro	5,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações	821,5	28,5	40,7	0,0	31,6	0,0	0,0	1,5	0,0
Empréstimos	10,5	0,4	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

1/ Conforme reportado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação dos credores, que inclui credores oficiais e comerciais. A cobertura da dívida é a mesma que na ASD.

2/ Os credores multilaterais são, simplesmente, instituições com mais de um acionista oficial, e tal designação não está necessariamente alinhada com a classificação dos credores no âmbito de outras políticas do FMI (po para assegurar o reembolso da dívida. Um empréstimo é garantido quando o mutuário concede ao mutuante um direito real de garantia sobre determinados ativos existentes ou créditos futuros a receber como forma

ocorre quando não tem relação com um projeto financiado pelo empréstimo. Um exemplo seria um empréstimo para financiar o défice orçamental, garantido por receitas petrolíferas.

A nota conjunta do FMI e do Banco Mundial para o G-20 intitulada "Collateralized Transactions Key Considerations for Public Lenders and Borrowers" contém uma análise das questões ligadas ao uso de garantias.

4/ Abrange outras garantias pontuais não incluídas na dívida com garantia pública (por ex., linhas de crédito) e outros passivos contingentes explícitos não classificados noutras categorias (por ex., possíveis direitos legais, pagamentos resultantes de acordos de PPP).

Tabela 8. Cabo Verde: Critérios quantitativos de desempenho e metas indicativas ao abrigo da ECF, junho de 2022–junho de 2023¹

(Milhões de escudos, salvo indicação em contrário)

	2021		2022			2023
	fim de dezembro	fim de junho	fim de setembro	fim de dezembro	fim de março	fim de junho
	Atual	Metas	Metas	Metas	Metas	Metas
		quantitativas (MQ)	Indicativas (MI)	quantitativas (MQ)	Indicativas (MI)	quantitativas (MQ)
		<i>Crítérios cumulativos desde o início do ano civil</i>				
Metas quantitativas						
Saldo primário ²	-10.112	-4.635	-7.500	-7.750	-2.612,0	-4.141,0
Receitas fiscais, piso	33.542	16.916	27.161	38.215	9.550,1	19.095,0
Outros passivos líquidos, teto ³	-1.691	742	358	1.455	501,5	625,3
Financiamento interno líquido, teto	3.142	6.388	7.100	7.501	5.651	5.886
Não acumulação de atrasados internos ⁴	0	0	0	0	0	0
Não acumulação de atrasados de pagamentos externos ⁴	0	0	0	0	0	0
PV da nova dívida externa, teto (em milhões de dólares americanos)	109	61	84	94	46	60
Nível nominal da nova dívida externa não concessional do governo central, teto	0	0	0	0	0	0
Reservas internacionais líquidas, piso ²	591	560	557	491	554	572
Metas Indicativas						
Gastos sociais, piso	18.300	5.750	8.928	15.800	2.923	6.180
Metas contínuas não quantitativas						
Não imposição ou intensificação de restrições sobre pagamentos e transferências para fins de transações internacionais correntes						
Não introdução ou modificação de taxas de câmbio múltiplas						
Não imposição ou intensificação de restrições às importações por razões ligadas à balança de pagamentos						
Não conclusão de acordos de pagamentos bilaterais incompatíveis com o Artigo VIII						
<i>Par memória:</i>						
Empréstimos de retrocessão líquidos	1.181	515	1.530	2.790	4,9	101
Capitalização	838	1.363	1.763	2.151	300,0	765,3
Pressupostos do programa						
Donativos em apoio a projetos e ao orçamento	3.985	675	890	3.982	181,9	623,3
Serviço da dívida externa	5.906	5.665	9.281	11.226	3.664,8	6.445,4
Vendas de ativos	683	351	431	648	142,2	516,6
Empréstimos em apoio a projetos e ao orçamento	11.024	4.125	10.188	14.333	913,9	5.887,7

Fontes: Autoridades Caboverdeanas; estimações e projeções do FMI.

¹ Os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

² Os limites máximo (teto) ou mínimo (piso) serão ajustados conforme especificado no MTE.

³ Outros passivos líquidos incluem empréstimos de retrocessão líquidos, capitalização e outros ativos.

⁴ Contínuo.

Tabela 9. Cabo Verde: Indicadores de referência estruturais ao abrigo da ECF, 2022-23

Medidas	Data-limite	Objetivo
Reformas orçamentais		
Faturação eletrónica emitida por, pelo menos, 50% dos contribuintes de IVA.	Final de dezembro de 2022	Melhorar a arrecadação de receitas
Submeter ao Parlamento o orçamento de 2023, consentâneo com os compromissos assumidos no	Fim de dezembro de 2022	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida.
Compilar e publicar séries históricas de estatísticas	Final de março de 2023	Melhorar a transparência nas finanças públicas
Publicar relatórios anuais de execução orçamental da administração pública.	Final de setembro de 2023	Melhorar a transparência nas finanças públicas
Reformas das empresas públicas		
Conduzir uma análise trimestral da avaliação do risco orçamental utilizando a ferramenta do FMI para avaliar a solidez das empresas públicas.	Final de setembro de 2022	Melhorar o relato orçamental e reduzir o respetivo risco
Introduzir um relatório trimestral de monitorização da execução orçamental das empresas públicas.	Final de setembro de 2022	Melhorar o relato orçamental e reduzir o respetivo risco
Melhorar o relatório anual das empresas públicas ao incluir uma comparação da execução com a projeção orçamental inicial, uma avaliação do desempenho em relação ao plano a médio prazo, dados sobre as relações governamentais (transferências e passivos).	Final de julho de 2023	Melhorar o relato orçamental e reduzir o respetivo risco
Reformas de política monetária		
Anunciar com antecedência um calendário para a realização de leilões de títulos de intervenção monetária e títulos de regularização monetária.	Final de junho de 2022	Apoiar o desenvolvimento do mercado monetário
Introdução de um indicador composto da atividade económica.	Final de junho de 2023	Apoiar a análise da política monetária
Reformas do setor financeiro		
Apresentar ao Ministério das Finanças projectos de alteração da Lei do BCV, em conformidade com as recomendações do FMI, com vista a i) estabelecer um processo de supervisão independente e separado da direção executiva; ii) reforçar a autonomia individual e financeira do BCV; e iii) aumentar a transparência e os mecanismos de responsabilização.	Final de dezembro de 2022	Reforçar o quadro institucional do BCV
Realizar um estudo exaustivo sobre as perdas e provisões de empréstimos no termo da moratória de crédito.	Final de dezembro de 2022	Reforçar a estabilidade financeira
Desenvolver um quadro comum para a resolução dos créditos malparados relacionados com a crise.	Final de dezembro de 2022	Reforçar a estabilidade financeira

Tabela 10. Cabo Verde: Calendário proposto de avaliações ao abrigo da ECF, 2022-25

Data disponível	Montante (em milhões de D	% da quota	Condições necessárias para a compra
15-Jun-22	11,26	47,50	Aprovação da ECF pelo Conselho de Administração
15-Oct-22	11,26	47,50	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2022 e conclusão da primeira avaliação ao abrigo do acordo
15-Mar-23	4,50	19,00	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de dezembro de 2022 e conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo
15-Oct-23	4,50	19,00	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2023 e conclusão da terceira avaliação ao abrigo do acordo
15-Mar-24	4,50	19,00	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de dezembro de 2023 e conclusão da quarta avaliação ao abrigo do acordo
15-Oct-24	4,50	19,00	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2024 e conclusão da quinta avaliação ao abrigo do acordo
15-Mar-25	4,51	19,00	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de dezembro de 2024 e conclusão da sexta avaliação ao abrigo do acordo
Total	45,03	190,00	

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A quota é de 23,70 milhões de DSE

Anexo I. Desempenho ao abrigo do Instrumento de Coordenação de Políticas de 2019

- 1. Cabo Verde concluiu um Instrumento de Coordenação de Políticas de três anos em março de 2021.** O desempenho macroeconómico ao abrigo do programa e antes do início da pandemia mundial foi sólido. O crescimento do PIB real ascendeu a 5,7% em 2019, com uma inflação baixa e estável. O dinamismo do crescimento foi apoiado pelo forte crescimento nos setores do turismo, dos transportes, da construção e de outros serviços. A posição orçamental do governo melhorou, tendo o défice orçamental global diminuído de 3% do PIB em 2016 para 1,8% do PIB em 2019. A consolidação orçamental, conjugada com um crescimento sustentado do PIB real, contribuiu para uma redução modesta do rácio da dívida pública/PIB, de 127,8% em 2016 para 125% em 2019. A posição externa fortaleceu-se substancialmente, com o estreitamento do défice da conta corrente de 5,1% do PIB em 2016 para 0,4% do PIB em 2019, o que contribuiu para o aumento das reservas internacionais de EUR 541 milhões em 2016 para EUR 666,1 milhões em 2019.
- 2. O desempenho no período de 2020-21 foi difícil devido aos efeitos da pandemia (ver discussão acima), não obstante as autoridades terem tomado medidas decisivas para proteger as vidas e os meios de subsistência.** Em especial, todas as metas quantitativas foram cumpridas, à exceção do limite mínimo das receitas fiscais que não foi cumprido na primeira e na segunda avaliações devido ao acentuado abrandamento da atividade económica. A meta do saldo primário foi cumprida com uma ampla margem durante o programa, principalmente devido à menor taxa de execução dos projetos de investimento público. Todas as metas não quantitativas contínuas foram cumpridas ao longo de todo o programa.
- 3. Registaram-se bons progressos no domínio das reformas estruturais, tendo a maior parte das metas de reforma ao abrigo do PCI sido cumprida antes da data prevista.** No domínio das reformas orçamentais, o governo reforçou o acompanhamento do desempenho financeiro das empresas públicas através da compilação de informações financeiras sobre o desempenho da tesouraria e do acompanhamento trimestral do desempenho efetivo das seis maiores empresas públicas. Foram igualmente tomadas medidas para racionalizar as isenções fiscais em matéria de direitos aduaneiros, impostos especiais de consumo e IVA, a fim de melhorar o desempenho das receitas. No domínio da política monetária, o BCV reforçou o mecanismo de transmissão da política monetária mediante o estreitamento do corredor da taxa de juro, a associação da taxa de juro diretora às principais taxas de juro e a melhoria da comunicação da política monetária. A meta relativa à instalação do sistema de software para renovar a central de risco de crédito foi cumprida ao abrigo do programa, o que apoiará os esforços do governo para promover o acesso ao financiamento.
- 4. A agenda mais abrangente de reformas do governo no âmbito do plano estratégico para o desenvolvimento sustentável (PEDS) avançou a bom ritmo ao longo do período do programa.** Entre junho de 2019 e janeiro de 2021, foram introduzidas medidas

fundamentais destinadas a: i) melhorar os processos orçamentais, ii) reestruturar as empresas públicas para apoiar o crescimento e limitar os riscos orçamentais, iii) melhorar o ambiente de negócios, iv) reforçar o quadro de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT), e v) apoiar o desenvolvimento do setor financeiro.

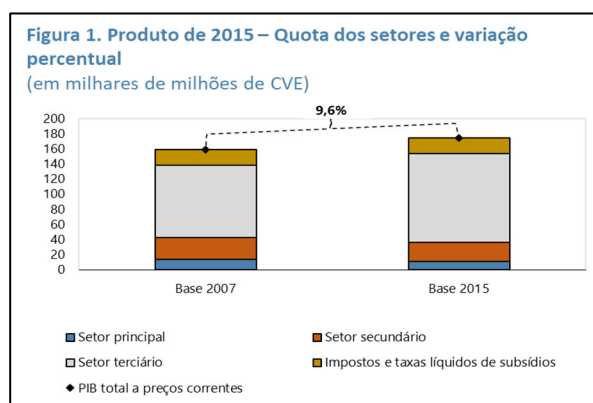
Anexo II. Rebaseamento do PIB

1. Em 2021, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) concluiu a avaliação comparativa e o rebaseamento das estatísticas das contas nacionais (PIB) de Cabo Verde. Tal implicou a alteração do ano base de 2007 para 2015 e as contas atualizadas foram publicadas em março de 2022. O SEN começou a recolher dados de novas fontes de informação em 2015, o que possibilitou a mudança do ano base, que incluiu:

- O Recenseamento Geral da Agricultura (V RGA), que permite atualizar a base de amostragem das explorações agrícolas e da estrutura agrária.
- O III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (III IDRF), que permitiu a estimativa do consumo final das famílias, e forneceu dados para atualizar o índice de preços no consumidor (IPC).
- O II Inquérito sobre o Setor Informal.
- Outros indicadores de curto prazo, tais como: índice mensal de preços do comércio externo, indicador trimestral da atividade do setor dos serviços e índice de preços do turismo.

2. A avaliação comparativa e o rebaseamento conduziram a uma revisão em sentido ascendente do PIB de 9,6%. O PIB aumentou para CVE 173,911 milhões em 2015 – um aumento de CVE 15,212 milhões por comparação com a base de 2007. Os setores primário e secundário estreitaram-se em CVE -

2,721 milhões (-19,6%) e CVE -3,340 milhões (-11,6%), respetivamente, ao passo que o setor terciário aumentou para CVE 20,743 milhões (21,6%) (Figura 1). Consequentemente, o setor terciário, que ascendeu a 13,1% da revisão em sentido ascendente, representa neste momento 67,2% do produto. A diminuição das contribuições do setor primário (1,7%) e secundário (2,1%) resultou numa redução da sua ponderação no PIB para 6,4% e 14,6%, respetivamente. A ponderação dos impostos líquidos de subsídios a produtos foi de 11,8% e contribuiu para 0,3% do PIB rebaseado.



3. A despesa do consumidor final aumentou 7,7% em relação à base de 2007 e contribuiu com 6,5% para o nível rebaseado do PIB. Passou de CVE 133,410 milhões na base de 2007 para CVE 143,704 milhões na base de 2015. No entanto, a ponderação da despesa do consumidor final no PIB diminuiu de 84,1% na base de 2007 para 82,6% na base de 2015.

4. A formação bruta de capital fixo (FBCF) aumentou 0,8% e contribuiu com 0,2% para o PIB rebaseado. No entanto, a taxa de investimento diminuiu de 30,2% na base de 2007 para 29,1% na base de 2015. As importações diminuíram 2,1% e as exportações aumentaram 0,4%, o que resultou numa melhoria do saldo externo, contribuindo assim com 1,4% para o aumento do PIB.

Anexo III. Matriz de avaliação de riscos¹

(Escala – alta, média ou baixa)

Fonte de riscos	Probabilidade relativa ¹	Impacto em caso de materialização	Resposta de políticas
Surtos de variantes da COVID-19 letais e altamente contagiosas	Média O rápido aumento das hospitalizações e das mortes devido a um baixo nível de proteção das vacinas ou a variantes resistentes à vacina obrigam a um maior distanciamento social e/ou a novos confinamentos. Tal resulta em grandes perturbações da cadeia de fornecimento e numa reavaliação das perspetivas de crescimento, desencadeando fluxos de saída de capital, maior restritividade financeira, depreciações cambiais e dificuldades da dívida em algumas EMED.	Alto Novos surtos de variantes poderão perturbar a recuperação do turismo e da atividade económica, com um impacto negativo no crescimento económico e na posição externa e orçamental.	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar e otimizar a implementação da vacinação, centrando-se na população de alto risco e em áreas críticas. Dar prioridade às despesas destinadas ao setor da saúde. Abrandar a supressão planeada do apoio de políticas, assegurando simultaneamente que a recuperação está bem enraizada.
Tensões geopolíticas, outras perturbações e desglobalização	Alta A intensificação das tensões geopolíticas e a guerra na Ucrânia conduzem à escalada das sanções, os riscos de segurança, os conflitos e as guerras causam perturbações económicas e políticas, a migração de refugiados, a fragmentação do sistema monetário internacional, a realocização da produção, uma diminuição do comércio mundial e uma menor confiança dos investidores.	Alto A economia será afetada por perturbações na cadeia de fornecimento, bem como pela deterioração dos termos de troca e do setor do turismo, o que resultará em problemas da balança de pagamentos e na volatilidade do capital, bem como no aumento da inflação, conduzindo à insegurança alimentar e à pobreza.	<ul style="list-style-type: none"> Criar espaço orçamental através da revisão da despesa e da mobilização fiscal para novas políticas destinadas a mitigar os choques de oferta na economia. Dar prioridade e orientar a despesa pública para as pessoas mais vulneráveis. Diversificar a economia. Atribuir donativos adicionais e empréstimos em condições concessionais para cobrir as necessidades externas.
A desancoragem das expectativas de inflação nos EUA conduzem à alta dos rendimentos básicos e dos prémios de risco	Média Uma recuperação célere da procura (apoiada pela poupança privada excedente e por políticas de estímulo), combinada com as restrições na oferta associadas à Covid-19, conduz a leituras da inflação acima das metas e a uma desancoragem das expectativas. A Reserva Federal reage emitindo um sinal de que o aperto necessário terá de ocorrer antes do previsto. O reposicionamento dos participantes do mercado daí resultante conduz a um aperto imediato das condições financeiras e a prémios de risco mais elevados, incluindo para os créditos, ações e moedas dos mercados emergentes e de fronteira.	Médio O aumento das taxas dos rendimentos básicos e dos prémios de risco aumentará o custo da nova dívida e adicionará pressão sobre as reservas externas e a conta financeira devido a um efeito “fly-to-quality”. O aumento dos rendimentos poderá também reduzir o fluxo dos depósitos dos migrantes.	<ul style="list-style-type: none"> Contrair dívida em condições concessionais com credores bilaterais e/ou multilaterais durante um período de elevado rendimento. Deter uma reserva de liquidez relativamente elevada e medidas para manter a liquidez dos mercados nacionais. Estar preparado para tornar a política monetária mais restritiva.

¹A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base – o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI. A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base (“baixa” = probabilidade abaixo dos 10%; “média” = probabilidade entre os 10% e 30% e “alta” = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. “Curto prazo” (CP) e “médio prazo” (MP) referem-se a riscos que se podem materializar em 1 ano e 3 anos, respetivamente.

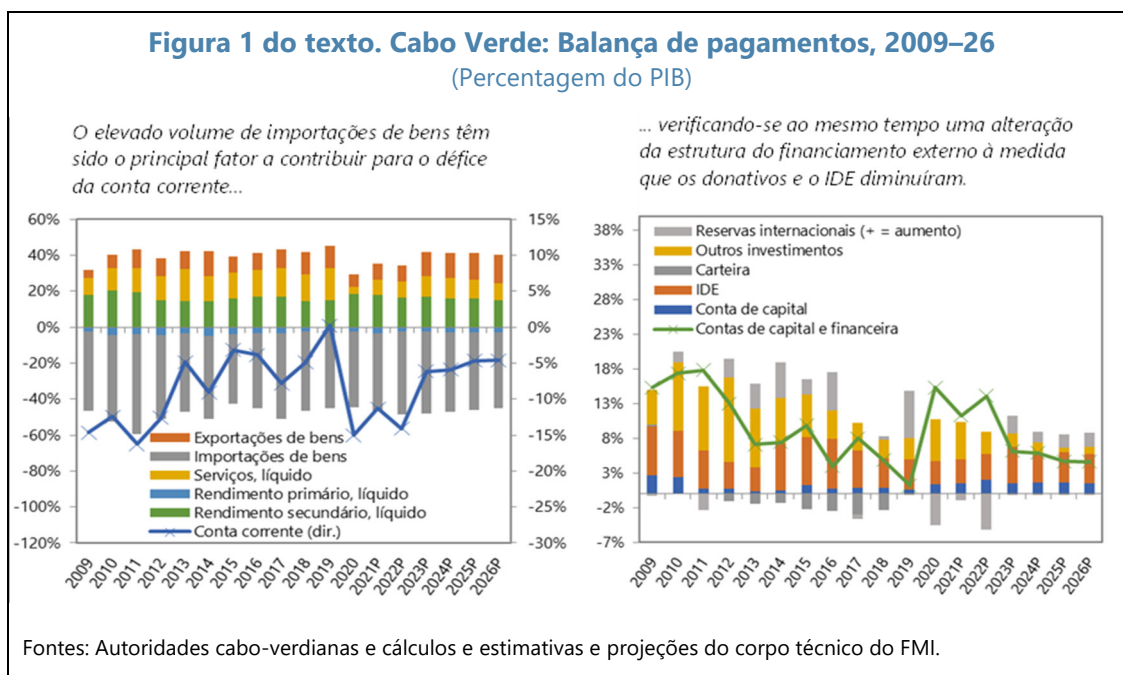
Fonte de riscos	Probabilidade relativa ¹	Impacto em caso de materialização	Resposta de políticas
Aumento e volatilidade dos preços dos produtos alimentares e da energia	Alta Os preços das matérias-primas são voláteis e tendem a subir num contexto de restrições da oferta, da guerra na Ucrânia, de restrições à exportação e de depreciações cambiais. Tal conduz a perturbações no curto prazo na transição ecológica, à volatilidade dos preços e do setor real, à insegurança alimentar, à agitação social e a graves crises alimentares e energéticas (em especial nas EMED com falta de espaço orçamental).	Alto Agravamento da conta corrente, o que gera problemas da balança de pagamentos. O aumento dos preços das matérias-primas, especialmente do petróleo e dos produtos alimentares, em conjunto com perturbações do fornecimento, conduz a uma inflação mais elevada.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar amortecedores externos e resiliência aos choques. • Diversificação da utilização da energia (transição para energias renováveis), a fim de mitigar os choques dos preços do petróleo.
Ciberataques	Média Os ciberataques a infraestruturas, instituições e sistemas financeiros críticos provocam instabilidade financeira sistémica ou perturbações generalizadas nas atividades socioeconómicas e nos regimes de teletrabalho.	Médio Os ciberataques podem gerar um enfraquecimento da confiança, causar instabilidade no sistema financeiro e perturbar a atividade interna.	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a segurança da informação, em especial no setor público. Melhorar a regulamentação e a supervisão financeiras para reforçar a resiliência do sistema financeiro.
Maior frequência e gravidade das catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas	Média A maior frequência e gravidade das catástrofes naturais provocam prejuízos económicos graves às economias mais pequenas suscetíveis a perturbações e aceleram a emigração destas economias.	Médio/Alto A seca prolongada ou outros choques relacionados com o clima prejudicarão a produção agrícola, com um impacto negativo no crescimento do PIB e na inflação.	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a resiliência aos choques relacionados com o clima e acelerar as reformas favoráveis ao crescimento.
Ausência de esforços de consolidação orçamental	Média/Alta Esforços de consolidação orçamental menos ambiciosos e mais lentos e atrasos nas reformas das empresas públicas após a crise sanitária.	Alto O adiamento da retoma dos esforços de consolidação orçamental e das reformas das empresas públicas após a COVID-19 comprometerá a estabilidade macroeconómica e prejudicará o regresso à trajetória orçamental e de sustentabilidade da dívida de médio prazo anterior à COVID-19.	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as medidas de alívio tomadas para fazer face ao impacto da COVID-19 são temporárias e, logo que a crise sanitária diminuir, avançar com as reformas destinadas a reforçar as receitas, a melhorar a gestão das despesas de capital, a reduzir os riscos orçamentais, nomeadamente os associados às empresas públicas, e conter as despesas não prioritárias.
Atrasos na implementação de medidas para aumentar a produtividade e reestruturar as empresas públicas	Média Atrasos na implementação das reformas estruturais, em especial no setor das empresas públicas.	Médio Os atrasos no avanço da agenda de reformas estruturais após a COVID-19 prejudicarão a competitividade, o crescimento potencial do PIB e o emprego.	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar os planos de reforma das empresas públicas e acelerar outras reformas estruturais logo que a epidemia abrande, com vista a melhorar o ambiente de negócios, a reduzir o papel do Estado nas atividades produtivas e a reforçar o potencial de crescimento.
¹ No caso de o cenário de base não se materializar,			

Anexo IV. Avaliação do setor externo

A posição externa de Cabo Verde em 2021 é considerada como substancialmente mais forte do que o nível implícito nos fundamentos e no contexto de política desejável, o que aponta para uma subavaliação da taxa de câmbio. A posição líquida de investimento internacional elevada e negativa é uma fonte de vulnerabilidade, mas os riscos que envolve são parcialmente limitados pela estrutura do passivo externo de Cabo Verde, em grande parte composto por IDE e dívida de longo prazo. A adequação das reservas é considerada satisfatória, sendo os níveis efetivos de reservas (6,3 meses de importações) confortavelmente superiores ao nível ótimo do quadro do FMI relativo a países de baixos rendimentos/países de médios rendimentos (cerca de 3,7 meses). O ambiente de negócios de Cabo Verde melhorou nos últimos anos, mas a prossecução das reformas estruturais continua a ser fundamental para reforçar a competitividade.

A. Conta corrente

1. Informação de base. Os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 resultaram num aumento do défice da conta corrente de 0,4% em 2019 para 15,0% do PIB em 2020 (Figura 1 do texto). Tal refletiu uma forte contração das exportações de bens e serviços, em grande medida impulsionada por uma diminuição de 69,1% das receitas do turismo. A forte contração do crescimento das exportações de bens e serviços mais do que compensou a diminuição de 23,2% das importações de bens e serviços. Os fluxos financeiros cobriram a maior parte do défice da conta corrente em 2020. Estima-se que o défice da conta corrente tenha diminuído para 11,3% do PIB em 2021 (à medida que o crescimento das exportações, do turismo e das remessas recuperam), mas está a aumentar em 2022, dado que a guerra na Ucrânia inverte os ganhos anteriores. No entanto, projeta-se que diminua e melhore para 4,2% do PIB até 2027, apoiado pela expansão do turismo e pela implementação do programa de consolidação orçamental.



2. Avaliação. A metodologia EBA-lite baseia-se no modelo da conta corrente a partir de uma regressão em painel da conta corrente que gera uma “norma” estimada em consonância com os fundamentos e as políticas desejáveis no médio prazo. O modelo de conta corrente mostra que o saldo da conta corrente ajustado em termos cíclicos é estimado em -6,0% do PIB em 2021 e que a norma multilateral da conta corrente ajustada em termos cíclicos é de -11,3% do PIB (Tabela 1 do texto), o que sugere um hiato da conta corrente de 5,8% do PIB. Utilizando as elasticidades estimadas da conta corrente, tal implica uma subavaliação da taxa de câmbio efetiva real (TCER) de cerca de 16,3%. No entanto, o modelo da conta corrente não capta plenamente a necessidade de Cabo Verde de poupar em termos externos para prevenir a vulnerabilidade do país às catástrofes naturais e o país não é robusto aos choques da magnitude vivenciada por Cabo Verde e decorrentes da pandemia de COVID-19.

B. Taxa de câmbio efetiva real

3. Informação de base. A TCER de Cabo Verde tem-se mantido relativamente estável ao longo da última década e registou uma ligeira depreciação de 1,2% em 2021 por comparação com uma apreciação de 1,3% em 2020.

4. Avaliação. A metodologia EBA-lite baseia-se num modelo de regressão em painel da TCER que gera uma “norma” estimada em consonância com os fundamentos e as políticas desejáveis no médio prazo. O modelo da TCER sugere uma subavaliação da TCER de apenas 7,3% (Tabela de texto 1).

Tabela 1 do texto. Cabo Verde: Resultados da avaliação EBA-lite
(Percentagem do PIB)

	Modelo de conta corrente	Modelo de TCER
Conta corrente efetiva	-11,3	
Contribuições cíclicas (do modelo) (-)	1,2	
Ajustamento devido à Covid-19 (+) 1/	6,8	
Fatores temporários/estatísticos adicionais (+)	0,0	
Catástrofes naturais e conflitos (-)	-0,1	
Conta corrente ajustada	-5,7	
Norma da conta corrente (do modelo) 2/	-11,8	
Ajustamentos à norma (+)	0,0	
Norma da conta corrente ajustada	-11,8	
Hiato da conta corrente	6,1	2,6
d/q Hiato de política relativo	1,6	
Elasticidade	-0,36	
Hiato da TCER (em %)	-17,1	-7,3

1/ Ajustamento cíclico adicional para ter em conta o impacto temporário da pandemia no turismo (6,8% do PIB)
2/ Ajustado do ciclo, incl. ajustamento de consistência multilateral.

C. Capital e fluxos financeiros

5. Informação de base. Os fluxos de capitais privados mantiveram-se robustos em 2021, em níveis comparáveis aos registados em 2020. O aumento em 2021 refletiu outros investimentos estrangeiros mais elevados. O saldo da conta financeira líquida desceu ligeiramente de 15,3% do PIB em 2020 para 11,5% em 2021, devido a uma diminuição modesta das necessidades oficiais líquidas de financiamento.

6. Avaliação. Os fluxos de capital e financeiros líquidos deverão abrandar no médio prazo e estabilizar em cerca de 3% do PIB. A balança de pagamentos global deverá registar excedentes a partir de 2022, em consonância com a melhoria projetada da conta corrente.

D. Adequação das reservas

7. Informação de base. A pandemia de COVID-19 inverteu os ganhos das reservas internacionais brutas registados em 2019. As reservas internacionais brutas diminuíram EUR 82,2 milhões, passando para EUR 582,4 milhões em 2020, à medida que as receitas das exportações e os fluxos de capitais privados diminuíram devido ao impacto económico da COVID-19. As reservas internacionais brutas recuperaram para EUR 591,3 milhões em 2021, elevando a cobertura das importações estimadas de bens e serviços para 6,3 meses de potenciais importações. No médio prazo, projeta-se que a cobertura das importações estimadas de bens e serviços se mantenha estável entre 5 e 5,2 meses.

8. Avaliação. Os resultados do quadro do FMI relativo a países de baixos rendimentos/países de médios rendimentos sugerem que o nível ótimo de reservas para Cabo Verde é de cerca de 3,7 meses de cobertura estimada das importações de bens e serviços. No entanto, as fragilidades decorrentes da pequena dimensão da economia, da falta de diversificação das exportações e da vulnerabilidade a choques exógenos requerem um nível mais elevado de reservas.¹ As projeções de médio prazo do corpo técnico indicam um nível de reservas de cerca de 5 meses de cobertura estimada das importações de bens e serviços, no médio prazo.

E. Balanços externos

9. Informação de base. A posição de investimento internacional líquida de Cabo Verde (PIIL, excluindo os depósitos de curto prazo dos migrantes) aumentou em 2021, ascendendo a -201% do PIB. Os ativos e passivos externos brutos situaram-se em 90% do PIB e em 291% do PIB, respetivamente. Esta grande posição externa persistentemente negativa constitui uma fonte significativa de vulnerabilidade externa.

10. Avaliação. A abordagem de sustentabilidade externa calcula o ajustamento da TCER necessário para satisfazer as restrições orçamentais intertemporais como medida do ajustamento externo necessário para restabelecer a sustentabilidade externa. A abordagem da sustentabilidade externa sugere que a PIIL não se deteriora em termos de valor atual líquido. Tal implica que a sua alteração não é necessária. No entanto, esta definição de sustentabilidade é restrita e não tem em consideração todas as vulnerabilidades associadas ao atual nível ou a composição da PIIL. A posição elevada e negativa da PIIL de Cabo Verde constitui uma fonte de vulnerabilidade, em particular tendo em conta a sua exposição a choques externos. Por conseguinte, as políticas destinadas a reduzir o nível de endividamento são importantes para diminuir a vulnerabilidade externa global.

F. Competitividade não relacionada com os preços

11. Informação de base. O ambiente de negócios de Cabo Verde melhorou nos últimos anos. No entanto, são vários os domínios em que a competitividade pode ser ainda mais reforçada. Com base

¹Relatório do FMI n.º 19/255.

no Índice do Fórum Económico Mundial,² a classificação global de Cabo Verde em termos de competitividade mundial aumentou para 50,8 em 2019 devido a ganhos de capital humano, em especial no domínio da saúde, dos mercados de trabalho e da capacidade de inovação. O país perdeu terreno na adaptação das TIC, no mercado do produto e nas infraestruturas (Tabela 2 do texto).

12. Avaliação. Apesar dos resultados alcançados, as reformas estruturais decisivas destinadas a melhorar o ambiente de negócios e a atrair o investimento privado continuam a ser fundamentais para impulsionar a competitividade em Cabo Verde. Entre os principais domínios que carecem de melhorias contam-se o fornecimento fiável de energia, o acesso a financiamento, a proteção dos investidores minoritários, o pagamento de impostos e o comércio transfronteiras.

Tabela 2 do texto. Cabo Verde: Indicadores de competitividade global, 2019
0–100 (melhor)

	2018	2019	Varição ¹
Pontuação geral	50,2	50,8	0,6
Componentes relativos a um ambiente propício	55,8	54,9	-0,9
Instituições	51,5	51,2	-0,3
Infraestrutura	54,7	53,7	-1,0
Adoção das TIC	48,1	44,7	-3,4
Estabilidade macroeconómica	68,9	70,0	1,1
Componentes relativos ao capital humano	62,8	67,0	4,2
Saúde	75,6	80,8	5,2
Competências	53,3	53,2	-0,1
Competivos relativos aos mercados	46,2	46,9	0,7
Mercado de produtos	52,8	50,1	-2,7
Mercado de trabalho	57,6	61,4	3,8
Sistema financeiro	57,3	58,5	1,2
Dimensão do mercado	17,1	17,5	0,4
Componentes relativos ao ecossistema de inovação	32,7	34,4	1,7
Dinamismo empresarial	44,0	44,0	0,0
Capacidade de inovação	21,4	24,8	3,4

Fontes: Fórum Económico Mundial, Índice de Competitividade Global.
¹Sinal negativo indica diminuição na pontuação.

G. Avaliação global e recomendações

13. Os resultados da avaliação do corpo técnico sobre a posição externa de Cabo Verde em 2021 sugerem que a taxa de câmbio pode estar ligeiramente subavaliada. As três metodologias utilizadas: a abordagem de sustentabilidade externa, a metodologia EBA-lite baseada no modelo da

²O Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial combina dados oficiais e respostas a inquéritos a executivos de empresas sobre as várias dimensões da competitividade.

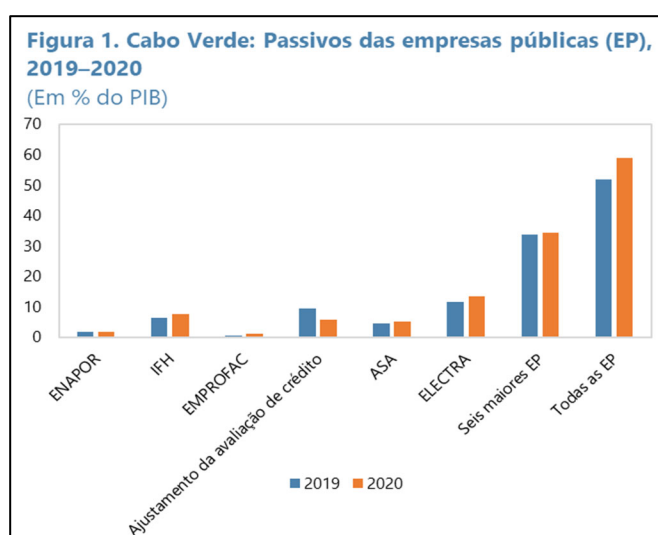
conta corrente e o modelo da TCER apontam para uma subavaliação da taxa de câmbio efetiva real. No entanto, os resultados devem ser interpretados com cuidado, uma vez que o grau de subavaliação é relativamente modesto e o país tem grandes responsabilidades externas que sugerem que a posição externa continua a ser altamente vulnerável a choques.

14. É necessária uma consolidação orçamental sustentada no médio prazo e reformas estruturais para apoiar a melhoria da posição externa. O ajustamento orçamental deverá contribuir para reduzir as obrigações externas e apoiar a sustentabilidade externa no médio prazo. É igualmente necessário continuar a implementar reformas estruturais para reduzir os custos de transação, aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho, estimular a produtividade e apoiar o desenvolvimento do setor privado. Embora o nível atual de reservas seja considerado adequado com base nos resultados da aplicação do quadro do FMI relativo a países de baixos rendimentos/países de médios rendimentos, a criação de fortes amortecedores externos é fundamental tendo em conta as vulnerabilidades existentes e a necessidade de proteger a paridade cambial.

Anexo V. Reformas das empresas públicas: progressos e próximas etapas

1. Cabo Verde tem várias empresas públicas que têm enfrentado importantes desafios nos últimos anos. Estas empresas públicas operam em vários setores, incluindo transportes, serviços de utilidade pública, habitação e produtos farmacêuticos. Os desafios em matéria de desempenho ao longo dos anos geraram uma necessidade de transferências do governo para financiar parte das suas operações. O apoio financeiro às empresas públicas assumiu diversas formas, incluindo reempréstimos, subsídios e capitalização. Esta assistência às empresas públicas tem contribuído significativamente para a rápida acumulação de dívida pública. Antes de 2018, os riscos orçamentais concentravam-se na companhia aérea nacional (TACV), na empresa imobiliária e de habitação (IFH) e nas empresas de eletricidade e água (ELECTRA), que representam a maior percentagem do passivo total das empresas públicas.

2. O governo deu início ao programa de reforma das empresas públicas em 2018 com vista a reestruturar estas empresas e a reduzir o apoio do orçamento. As principais etapas incluíram: i) a venda de ações maioritárias da companhia aérea nacional (TACV) a um parceiro estratégico, ii) a introdução de uma maior participação do setor privado no transporte marítimo interinsular, iii) a reestruturação da ELECTRA para reduzir as suas elevadas perdas comerciais e preparar a empresa para a privatização, iv) a reestruturação do programa de habitação gerido pela IFH a fim de minimizar os prejuízos e aumentar a transparência, e v) a privatização de outras empresas públicas.



3. As principais realizações nas frentes da privatização e da reestruturação incluem:

- A privatização da TACV foi concluída em março de 2019 com a venda de 51% das ações da empresa a uma subsidiária da Icelandair, com custos para o orçamento do Estado em termos de capital próprio (1,3% do PIB) e obrigações de serviço da dívida. Mais 10% das ações foram vendidas aos trabalhadores e à diáspora de Cabo Verde. Em julho de 2021, as autoridades inverteram a privatização da CVA devido à irresponsabilidade fiscal da Iceland Air, na sequência da incerteza financeira exceçãoalmente elevada da companhia.
- Operação pública de venda de 2,1% do capital autorizado que o governo detém na ENACOL (empresa de petróleo e gás) através da Bolsa de Valores de Cabo Verde.

- Conclusão da reestruturação do programa de habitação gerido pela empresa de habitação (IFH) em 2019 com a transferência de casas de baixo rendimento (classe A) para os municípios. Foi igualmente concluída a atribuição da concessão para o transporte marítimo interinsular.

4. O governo reforçou também o acompanhamento das seis maiores empresas públicas e o quadro de governação do setor das empresas públicas, incluindo:

- A compilação de informação financeira sobre o desempenho em termos de fluxos de tesouraria das seis maiores empresas públicas e a implementação do acompanhamento trimestral do desempenho efetivo destas empresas públicas face aos respetivos orçamentos aprovados.
- Conceção e implementação de uma plataforma de acompanhamento do setor das empresas públicas, permitindo ter mais e melhores dados disponíveis das empresas do setor público, para facilitar o acesso dos gestores de carteiras e dos vários participantes do setor.
- A criação da *PARPÚBLICA* como sociedade gestora dos investimentos das empresas públicas e da *IMOPÚBLICA*, enquanto sociedade gestora dos bens imóveis do Estado.

5. Em termos prospetivos, a pandemia de COVID-19 enfraqueceu a dinâmica do programa de reformas, mas o governo reafirmou a sua intenção de retomar a reestruturação e a privatização das principais empresas públicas. Estas reformas são necessárias para apoiar as perspetivas de crescimento, mitigar os riscos orçamentais e apoiar a sustentabilidade da dívida. A este respeito, o governo tenciona concluir a maior parte das operações em 2022-23. Está a ser elaborado um novo plano de negócios para a companhia aérea nacional, a fim de orientar a sua reestruturação e a preparação da companhia para a privatização. O programa de reforma inclui igualmente a atribuição de uma concessão para a gestão aeroportuária (CV Handling) e o licenciamento de serviços portuários (ENAPOR), a conclusão da privatização da ELECTRA, a venda das ações do Estado recentemente adquiridas na Caixa Económica, e a privatização e venda de ações de duas empresas do setor farmacêutico: INPHARMA e EMPROFAC.

6. O relato financeiro e a governação do setor das empresas públicas serão reforçados através da implementação de uma série de medidas: i) a adoção da ferramenta de verificação da situação de EP do FMI para simplificar e reforçar a análise da unidade de empresas públicas (UASE) e a avaliação dos riscos orçamentais decorrentes das empresas públicas, ii) a disponibilização de informação consolidada sobre as transações financeiras entre o governo, as empresas públicas individuais e o setor em geral, a fim de reforçar a transparência e facilitar a análise dos riscos orçamentais, iii) melhoria dos atuais relatórios anuais sobre os passivos contingentes, o desempenho anual das empresas públicas e o início da divulgação de relatórios trimestrais sobre o desempenho das empresas públicas, e iv) adoção e publicação de uma política de propriedade abrangente para ajudar a melhorar a propriedade e a supervisão da carteira de empresas públicas.

7. Estas medidas são importantes para definir objetivos de política claros que orientem a gestão de cada empresa e ajudar a conter os riscos orçamentais. O corpo técnico salientará a importância de prosseguir, sem demora, os objetivos de reforma e observará que existem riscos de que o adiamento do processo de reestruturação possa comprometer a implementação da estratégia de desenvolvimento das autoridades, minar a sustentabilidade orçamental e prejudicar o ambiente de negócios e a credibilidade das autoridades na prossecução de políticas sólidas que possam ajudar a alcançar um crescimento mais elevado e sustentável.

Anexo VI. Estratégia de desenvolvimento de capacidades

1. As áreas prioritárias de desenvolvimento de capacidades estão alinhadas com a agenda de reformas das autoridades no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento no médio prazo (PEDS). As políticas no âmbito do PEDS visam aumentar o crescimento de base mais abrangente, reforçar a resiliência da economia aos choques e apoiar a estabilidade macroeconómica. As atividades de desenvolvimento de capacidades centram-se no reforço da mobilização das receitas, no aumento da eficiência da despesa pública, na redução dos riscos orçamentais, no reforço do mecanismo de transmissão da política monetária e na melhoria da compilação e divulgação de estatísticas macroeconómicas e financeiras. O empenho das autoridades na implementação das recomendações em matéria de desenvolvimento de capacidades é bom, embora dificultado por limitações em termos de capacidade administrativa e de pessoal. A estratégia de desenvolvimento de capacidades visa assegurar uma integração adequada das recomendações relativas ao desenvolvimento de capacidades com o aconselhamento de política no contexto da supervisão e da conceção do programa. Procura igualmente evitar a sobreposição de atividades de desenvolvimento de capacidades através de uma coordenação reforçada com os departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI, a AFRITAC Ocidental 2 e outros fornecedores de desenvolvimento de capacidades.

2. O aconselhamento de política e as metas de reforma ao abrigo do novo programa baseiam-se em algumas das recomendações de desenvolvimento de capacidades para apoiar o empenho das autoridades para com os parceiros de desenvolvimento. As principais prioridades e objetivos do desenvolvimento de capacidades são resumidos na tabela abaixo.

Prioridades	Objetivos	Desafios
Administração de receitas	Melhorar as funções essenciais da administração aduaneira, reforçar as disposições em matéria de gestão e governação nas alfândegas, melhorar o cumprimento das obrigações fiscais, melhorar a qualidade das auditorias e inspeções fiscais na administração fiscal.	Pessoal, falta de coordenação estruturada entre as agências.
Gestão das finanças públicas	Melhorar a integração do quadro de gestão de ativos e passivos, melhorar a cobertura e a qualidade do relato fiscal, melhorar a execução e o controlo orçamentais, reforçar a identificação, o acompanhamento e a gestão dos riscos orçamentais, aumentar a eficiência da gestão do investimento público (GIP) e melhorar a gestão das finanças públicas (GFP).	Limitações em termos de pessoal
Estatísticas do setor real	Reforçar a compilação e a divulgação de dados macroeconómicos e financeiros, concluir o rebaseamento do PIB.	Limitações em termos de pessoal
Gestão da dívida	Melhorar a análise e a gestão da dívida pública.	Limitações em termos de pessoal
Operações do banco central	Melhorar a análise económica e a capacidade de previsão, melhorar a gestão das reservas, reforçar a eficácia da implementação da política monetária.	Limitações em termos de pessoal

Anexo VII. Salvaguardas reforçadas para Cabo Verde

1. Um dos principais objetivos do pedido de Cabo Verde de um programa apoiado pelo FMI é reduzir as vulnerabilidades da dívida, incluindo as decorrentes da pandemia e da guerra em curso na Ucrânia.

Considera-se que Cabo Verde apresenta um risco elevado de sobreendividamento global, mas um risco moderado de sobreendividamento externo. O risco elevado de sobreendividamento global deve-se, em grande medida, ao elevado stock da dívida; no entanto, a dívida é contraída em condições altamente concessionais, com taxas de juro médias baixas de cerca de 1% e uma estrutura de vencimento favorável. O risco elevado de sobreendividamento deve-se a infrações persistentes, mas progressivamente menores, do rácio da dívida total/PIB durante o período do programa (Anexo VII, Figuras 1 e 2). Contudo, o desvio em relação ao limiar diminui por uma grande margem durante o período do programa. As vulnerabilidades da dívida serão reduzidas ao abrigo do programa, tal como indicado pela trajetória descendente do rácio da dívida total/PIB ao longo do programa, apoiadas por ajustamentos orçamentais (medidas em matéria de receitas e despesas), pelos limites da dívida em condições não concessionais e pelas reformas das empresas públicas, em conjunto com os potenciais benefícios económicos da recuperação esperada do setor do turismo que deverá apoiar um crescimento robusto no médio prazo. O indicador global do cenário de base da dívida/PIB mantém-se acima do limiar da ASD até ao final da década de 2020, o que reflete o elevado stock inicial da dívida, os efeitos persistentes da pandemia e os efeitos da guerra na Ucrânia. Os indicadores do serviço da dívida externa (em relação às exportações e às receitas) deverão permanecer confortavelmente abaixo dos limiares da ASD a médio prazo e numa trajetória descendente persistente no médio prazo. A fim de reduzir ainda mais o stock da dívida pública, as autoridades estão envolvidas em intensas discussões com um credor bilateral (Portugal), o que poderá resultar num alívio voluntário da dívida de até 15% do PIB.

2. A dimensão da dívida prioritária *de facto* de Cabo Verde, mais outra dívida multilateral e garantida em percentagem do total da dívida externa é superior a 50% no início do programa.

Projeta-se que se mantenha globalmente estável em cerca de 53% no médio prazo, de acordo com a projeção do cenário de base (Tabela 1 do texto). Estes rácios são inferiores à média e à mediana dos programas do fundo fiduciário para a redução da pobreza e o crescimento e indicam um amortecedor significativo da dívida passível de reestruturação. No início do programa, a dívida detida pelas instituições financeiras internacionais (IFI) com membros de nível mundial – FMI, Banco Mundial e BAfD – representa 41,6% da dívida externa; a acrescentar à dívida detida por outros parceiros multilaterais e à dívida garantida eleva o total para 54,2%. Projeta-se que a percentagem combinada dessa dívida se mantenha em cerca de 53% da dívida externa até 2025. O total da dívida multilateral e da dívida garantida em percentagem do PIB deverá diminuir significativamente ao abrigo do programa, passando de 55% para 44,9%.

3. A capacidade de Cabo Verde de reembolsar o FMI é considerada adequada (Figura 1).

Até 2025, o crédito em aberto do FMI a Cabo Verde será de 280% da quota (acima do quartil superior dos anteriores acordos de qualidade nas parcelas superiores de crédito para os países de baixos rendimentos). O crédito em aberto durante o programa atingirá um máximo de cerca de

3,6% do PIB, 10% das exportações, 13,8% das reservas internacionais brutas e 14,5% das receitas (excluindo donativos). Ao mesmo tempo, os reembolsos anuais ao FMI atingirão um máximo de 0,6% das exportações, 0,9% das reservas e quase 6,1% do serviço da dívida externa pública e com garantia pública. Os riscos são mitigados pelo sólido historial das autoridades em matéria de cumprimento das suas obrigações da dívida para com o FMI e pelas medidas de política previstas no programa, incluindo a consolidação orçamental prevista. O regresso dos turistas ao país é também suscetível de gerar uma capacidade de reembolso significativa através do aumento das receitas de exportação.

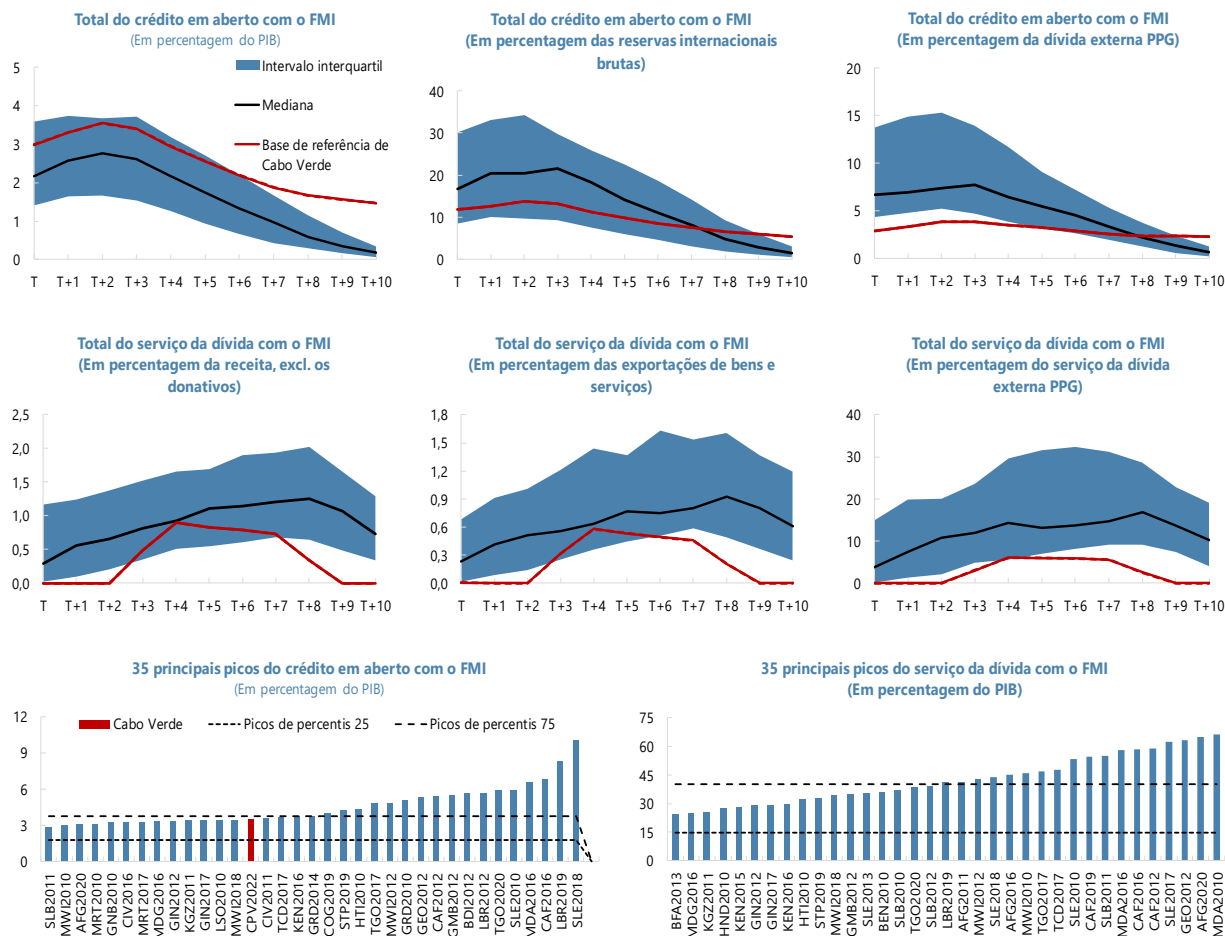
Tabela 1 do texto. Cabo Verde: Composição da dívida 2021-25
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

Perfil dos credores	Efetivo		Projeções		
	2021	2022	2023	2024	2025
Total da dívida /1	2885,2	3167,1	3312,5	3423,6	3477,8
Dívida externa	2048,0	2290,9	2392,6	2482,7	2566,8
<i>Credores multilaterais</i>	1109,4	1194,1	1258,5	1313,7	1355,0
<i>d/q: FMI e BM</i>	590,8	650,0	697,4	745,2	781,9
<i>d/q: FMI</i>	67,5	98,2	111,6	125,1	128,9
<i>d/q: BAfD</i>	263,2	246,1	245,0	223,7	203,3
<i>d/q: outros credores multilaterais</i>	255,4	298,0	316,0	344,8	369,8
<i>Credores bilaterais</i>	418,9	448,6	492,4	540,6	587,9
<i>d/q: Clube de Paris</i>	228,7	250,3	298,7	352,1	404,4
<i>d/q: fora do Clube de Paris</i>	188,3	198,3	193,6	188,6	183,5
<i>Credores privados</i>	522,7	520,8	518,6	516,4	514,3
<i>d/q: obrigações</i>	88,5	94,5	94,1	93,7	93,3
<i>d/q: empréstimos</i>	427,9	426,3	424,5	422,8	421,0
Dívida interna	837,2	876,1	919,9	940,9	911,1
PIB nominal (mil milhões de USD)	2,0	2,4	2,6	2,8	3,0
Dívida multilateral e garantida					
<i>Dívida multilateral /2</i>	1109,4	1194,1	1258,5	1313,7	1355,0
Percentagem da dívida externa	54,2	52,1	52,6	52,9	52,8
Em % do PIB	55,0	50,3	48,7	46,8	44,9
<i>d/q: FMI e BM</i>	590,8	650,0	697,4	745,2	781,9
Percentagem da dívida externa	28,8	28,4	29,1	30,0	30,5
Em % do PIB	29,3	27,4	27,0	26,6	25,9
<i>d/q: BAfD/BAD/BID</i>	263,2	246,1	245,0	223,7	203,3
Percentagem da dívida externa	12,8	10,7	10,2	9,0	7,9
Em % do PIB	13,0	10,4	9,5	8,0	6,7
<i>d/q: outros credores multilaterais</i>	255,4	298,0	316,0	344,8	369,8
Percentagem da dívida externa	12,5	13,0	13,2	13,9	14,4
Em % do PIB	12,7	12,6	12,2	12,3	12,2

1/ Os dados devem ser derivados do quadro do perfil do detentor da dívida, tal como comunicado pelas autoridades do país (ver Quadro 1 no DLP GN), enquanto as projeções devem basear-se nas análises de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento.

2/ As equipas podem decidir agregar ao nível dos credores multilaterais para o período de projeção e decidir quando deixar de preencher a parte referente às projeções. Quando há preocupações sobre a qualidade das projeções, as equipas não devem fornecer dados para as quatro linhas seguintes: BAfD/BAD/BID, outros credores multilaterais, Clube de Paris e fora do Clube de Paris, e também não devem preencher a parte referente ao Banco Mundial, caso não dados suficientes para estabelecer uma projeção.

Figura 1. Cabo Verde: Indicadores da capacidade de reembolso comparados com os acordos nas parcelas superiores de crédito para os países elegíveis para o PRGT
(Em percentagem da variável indicada)



Notas:

- 1) T = data de aprovação do acordo. PPG = dívida externa pública e com garantia pública.
- 2) As linhas e barras vermelhas representam o indicador de capacidade de reembolso para o acordo em causa.
- 3) As barras da mediana, do intervalo interquartil e do comparador refletem todos os acordos nas parcelas superiores de crédito (incluindo financiamentos mistos) aprovados para países elegíveis para o PRGT entre 2010 e 2020.
- 4) Os países elegíveis para o PRGT que fazem parte do grupo de controlo e que beneficiam de múltiplos acordos são registados individualmente na base de dados.

Apêndice I. Carta de Intenções

Praia

2 de Junho de 2022

Kristalina Georgieva

Diretora-Geral

Fundo Monetário Internacional

Washington, D.C., 20431

U.S.A

Senhora Diretora-Geral,

Gostaríamos de lhe agradecer, bem como ao FMI pelo apoio dado durante a crise sanitária global. A aprovação atempada do desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido em abril de 2020 e o papel ativo desempenhado pelo FMI na facilitação de apoio no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (ISSD) do G-20, proporcionaram o financiamento de emergência tão necessário para reforçar a resposta de Cabo Verde à pandemia global. Mais recentemente, a nova alocação de DES proporcionou o financiamento adicional para prioridades críticas de saúde, educação e infraestruturas para a recuperação económica.

Antes da pandemia global os significativos resultados alcançados no âmbito da ambiciosa agenda de reformas do Governo reduziram as vulnerabilidades do país e melhoraram as perspetivas de crescimento sustentável, inclusivo, e impulsionado pelo setor privado. De facto, o crescimento económico foi robusto, os défices orçamentais e a dívida pública estavam numa clara tendência descendente, a posição externa melhorou, e as reservas internacionais eram confortáveis.

A pandemia global inverteu alguns destes ganhos e atrasou a implementação das reformas planeadas, uma vez que o Governo teve de concentrar a sua atenção no combate às consequências sanitárias e económicas da pandemia. Refletindo as restrições de viagens e outras medidas de contenção da Covid-19, a atividade nos setores cruciais do turismo e dos transportes foi significativamente afetada. As posições orçamental e externa enfraqueceram devido a perdas de receitas, a necessidade de apoio financeiro relacionado com a pandemia para as empresas e as famílias, e menos receitas do turismo. O rácio da dívida pública/PIB, que diminuiu constantemente até 2019, aumentou mais de 20 pontos percentuais (para 143 por cento em 2020) devido a défices orçamentais mais elevados e a um PIB mais baixo.

Em resposta à pandemia global, foi introduzida uma série de medidas de política orçamental e monetária em Cabo Verde para salvar vidas e garantir os meios de subsistência. Além disso, foi lançado um dos programas de vacinação de maior sucesso na África Subsaariana, tendo mais de 95% da população adulta recebido uma dose da vacina e 85% totalmente vacinada com duas doses. Atualmente, mais de 84.5 por cento da população elegível está totalmente vacinada. Estas ações

criaram as condições para a recuperação contínua da atividade económica e abriram o caminho para uma aceleração das reformas.

No entanto, a recuperação robusta de Cabo Verde, que teve início em 2021, está ameaçada devido às repercussões da guerra na Ucrânia. O aumento acentuado dos preços internacionais da energia e dos alimentos e as fracas perspetivas de crescimento da economia mundial, inclusive na zona euro, deverá afetar as perspetivas de crescimento a curto prazo de Cabo Verde e enfraquecer as nossas posições orçamental e externa. Consequentemente, as reservas internacionais ficarão sob pressão e desafiarão o regime de paridade fixa que tem servido bem o país.

Para manter a estabilidade económica e financeira e ao mesmo tempo ancorar as reformas do Governo e amortecer os efeitos da guerra na Ucrânia, solicitamos o apoio do FMI para a implementação do nosso programa de reformas económicas e estruturais ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, sigla em língua inglesa) para o período junho de 2022 a junho de 2025 no montante de DES 45,03 milhões (190 por cento da quota)]. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), bem como o Memorando Técnico de Entendimento (MTE), em anexo, descrevem os objetivos do programa e apresentam as políticas que o Governo e o Banco Central de Cabo Verde tencionam implementar para alcançar estes objetivos.

O programa apoiado pela ECF proporcionará um quadro para a implementação das reformas previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) [2022-2026] do Governo, que visa desenvolver um turismo inclusivo, beneficiando todas as ilhas; transformar Cabo Verde num centro de transportes aéreos e num centro internacional de negócios; criar uma plataforma financeira internacional; desenvolver uma plataforma digital para a inovação tecnológica; criar uma zona económica especial para a economia marítima (economia azul); desenvolver energia das ondas e tecnologias de dessalinização e apoiar oportunidades de investimento desenvolvidas localmente ou pela diáspora.

O nosso programa económico e de reformas também visa salvaguardar a sustentabilidade da dívida pública e reforçar as finanças públicas; modernizar e reforçar o quadro da política monetária e manter um nível adequado de reservas internacionais; aumentar a resiliência do sistema financeiro; acelerar a reforma das empresas públicas; reforçar os mecanismos existentes para proteger os mais vulneráveis; e alargar as bases para uma melhor resiliência às alterações climáticas, catástrofes naturais, e outros choques exógenos.

A implementação do programa apoiado pela ECF será monitorizada através de critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais, tal como descrito no MPEF e no MTE. Haverá avaliações semestrais do programa realizadas pelo FMI para avaliar os progressos na implementação do programa. Acreditamos que as políticas estabelecidas neste MPEF são adequadas para alcançar os objetivos do programa apoiado pela ECF. No entanto, estamos prontos para adotar quaisquer medidas adicionais que se revelem necessárias para alcançar os resultados

esperados. Forneceremos ao FMI toda a informação solicitada para avaliar o progresso na implementação do programa.

Para alcançar os objetivos do programa, estamos prontos para tomar medidas adicionais, conforme apropriado. Consultaremos o corpo técnico do FMI antes da adoção destas medidas, antes de revisões às políticas constantes no presente MPEF ou antes de adotar novas medidas que se desviem das metas do programa, em conformidade com as políticas do FMI relativas a tais consultas.

Autorizamos a publicação desta carta de intenções, do MPEF e do MTE, em anexo, bem como do próximo relatório do corpo técnico para o pedido de um programa ao abrigo da ECF. Iremos também publicar estes documentos, incluindo as versões em português, na página web oficial do Governo.

Melhores cumprimentos,

_____/s/_____
Olavo Correia
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças

_____/s/_____
Óscar Santos
Governador do Banco de Cabo Verde

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2022–2025

Este memorando define os nossos compromissos de política económica e financeira para apoiar o pedido de um acordo de 36 meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do Fundo Monetário Internacional. O programa visará manter a estabilidade económica e financeira, reduzir as vulnerabilidades aos choques externos e reforçar as perspetivas de um maior crescimento, mais sustentável e inclusivo. Os principais objetivos do programa incluem: (i) o reforço das finanças públicas aumentar o espaço orçamental e promover o investimento em setores catalisadores, bem como promover a inclusão social e reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas, reforçando a sua gestão financeira e transparência; (ii) a modernização do quadro de política monetária e o reforço do sistema financeiro, e (iii) o aumento do potencial de crescimento e o reforço da resiliência a choques incluindo acontecimentos relacionados com o clima.

CONTEXTO E DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

- 1. Cabo Verde surge como um forte reformador e tem tido um dos melhores desempenhos na governação na África Subsaariana.** O forte historial de Cabo Verde foi melhorado durante o PCI, que foi concluído em 2021. O programa PCI que visava reforçar a estabilidade macroeconómica ajudou a apoiar os nossos objetivos a médio prazo para a sustentabilidade orçamental e da dívida, bem como uma agenda de reformas mais ampla no âmbito do nosso Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS). Verificaram-se progressos significativos antes da pandemia da Covid-19 no âmbito da agenda de reformas, particularmente em termos de melhorias dos processos orçamentais e regulatórios, da digitalização e do reforço do ambiente de negócios.
- 2. Cabo Verde atingiu taxas elevadas de crescimento económico durante o período pré-pandemia, a política orçamental era sã, a posição externa era forte e a inflação era moderada.** Impulsionado pelo setor do turismo em rápido crescimento, com a execução do PEDS, registou-se um crescimento médio anual de cerca de 4,7 por cento durante o período de 2016-2019. Políticas orçamentais sãs, apoiadas por reformas, resultaram numa melhoria gradual da situação orçamental e a dívida foi colocada numa trajetória descendente. A balança de pagamentos melhorou, à medida que o IDE no setor do turismo aumentou, as receitas do turismo melhoraram, e as remessas surgiram como uma fonte estável de divisas estrangeiras. Como resultado, as reservas oficiais brutas aumentaram para 9,0 meses de importações prospetivas até ao final de 2019.
- 3. Esta impressionante melhoria no desempenho económico foi adversamente afetada pela pandemia que enfraqueceu gravemente a atividade económica.** A produção sofreu uma contração de aproximadamente 15 por cento em 2020, a maior contração na história pós-colonial de Cabo Verde. Restrições de viagens rigorosas e outras medidas de contenção da Covid-19

reduziram a atividade nos setores críticos do turismo e dos transportes e provocaram repercussões negativas noutros setores nacionais. Tudo acompanhado por uma grande deterioração da contabilidade pública em parte devido ao aumento das despesas no âmbito da resposta à pandemia, fazendo com que o défice de 1,7 por cento do PIB em 2019 aumentasse para 9,1 por cento em 2020 e a dívida pública aumentasse para 142,6 por cento do PIB em 2020 – um aumento superior a 20 pontos percentuais em comparação com o ano anterior – muito embora uma parte significativa seja em condições altamente favoráveis. A conta corrente externa enfraqueceu acentuadamente para um défice de 15 por cento do PIB em 2020, não obstante o declínio das importações e das remessas estáveis, devido a uma contração muito acentuada e sem precedentes das receitas do turismo.

4. Os nossos fortes amortecedores de políticas permitiram uma resposta célere e abrangente para mitigar o impacto da pandemia global através da implementação de uma série de medidas de política orçamental e monetária. Nesse sentido, o nosso orçamento para 2020 foi revisto, para aumentar as despesas com de saúde e proteção social. O Governo também prestou apoio às empresas que foram fortemente afetadas pela pandemia através de: garantias de empréstimo no valor de 4 mil milhões de CVE; uma moratória no pagamento do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e o IVA; uma redução temporária para 10 por cento da taxa do IVA para o setor do turismo; e o cancelamento das contribuições para o fundo de pensões. O Banco Central também desempenhou um papel importante e implementou medidas para manter a liquidez no sistema bancário e apoiar a extensão do crédito, salvaguardando ao mesmo tempo a estabilidade financeira. As principais medidas políticas incluíram: a redução da taxa diretora; a redução das reservas mínimas obrigatórias; a redução da taxa de depósito *overnight* e da taxa de facilidade permanente; a criação de uma linha de crédito de financiamento a longo prazo para os bancos e uma moratória específica sobre os reembolsos dos empréstimos. Prevvia-se inicialmente que as intervenções de política orçamental e monetária terminassem no final de 2020, mas devido à duração da pandemia algumas medidas foram prorrogadas até junho de 2022.

5. As nossas intervenções políticas juntamente com um programa de vacinação altamente bem-sucedido ajudaram a mitigar o impacto adverso da pandemia e prepararam o caminho para uma forte recuperação. Como resultado, o crescimento económico recuperou-se para 7 por cento em 2021. A recuperação refletiu o efeito de base associado à reabertura da economia e melhorias no setor do turismo, em particular durante o quarto trimestre, ajudado por um dos mais rápidos lançamentos da vacina Covid-19 na África Subsaariana. Cerca de 98 por cento da população adulta recebeu pelo menos uma dose da vacina com taxas de vacinação próximas dos 100 por cento em algumas das ilhas turísticas e 84,5 por cento já está totalmente vacinada. A retoma da atividade económica foi ampla, uma vez que todos os setores registaram um aumento da atividade, com a construção a recuperar fortemente graças à continuação do IDE no setor do turismo e à implementação contínua do programa de investimento público. A inflação (homóloga) acelerou em 2021 para 5,4 por cento em dezembro devido ao aumento dos preços dos alimentos e

da energia, mas ficou abaixo da taxa de inflação registada por muitos países, nomeadamente de algumas economias avançadas.

6. A posição externa melhorou em 2021 à medida que as exportações recuperavam.

Estima-se que o défice da conta externa corrente tenha diminuído de 15 por cento do PIB em 2020 para 11,3 por cento do PIB em 2021, à medida que as exportações aumentavam e se recuperavam da contração registada em 2020. A forte recuperação das exportações mais do que compensou o aumento de 10 por cento nas importações de bens e serviços que apoiaram a recuperação económica. As reservas internacionais brutas aumentaram de 582,4 milhões de euros em 2020 para €591,3 milhões de euros em 2021 (cerca de 6,3 meses de importações prospetivas), apoiadas pela alocação de DES, pelos desembolsos de empréstimos externos, e pelos fluxos financeiros associados à recuperação das receitas do turismo.

7. O desempenho orçamental em 2021 foi melhor do que o previsto. As receitas totais diminuíram pra 0,2 por cento, uma vez que a pandemia continuou a ter impacto no consumo e nos rendimentos das empresas. No entanto, a execução prudente do programa de investimento público e a contenção das despesas correntes garantiram uma melhoria superior ao previsto no equilíbrio orçamental global. As despesas de investimento permaneceram relativamente estáveis em cerca de 2,6 por cento do PIB; 3,7 por cento do PIB abaixo do orçamentado, uma vez que o Governo se concentrou na implementação de projetos prioritários. A contenção das despesas correntes (sobretudo nos bens e serviços e nos salários) refletiu, em parte, o início da realização das despesas relacionadas com a Covid-19. Consequentemente, o défice orçamental global é estimado em 7,3 por cento do PIB em 2021 em comparação com 9,1 por cento do PIB em 2020, e cerca de [0,8] por cento do PIB abaixo do orçamento de 2021. O défice foi financiado através de uma combinação de desembolsos externos (cerca de 70 por cento) e do sistema financeiro interno (cerca de 30 por cento). O stock da dívida pública era de 143 por cento do PIB no final de 2021.

8. A execução das despesas relacionadas com a Covid-19 tem seguido rigorosamente as práticas de transparência e prestação de contas do Governo. O Governo tem publicado diariamente a execução das despesas relacionadas com a Covid-19 no site oficial do Ministério das Finanças (MdF) (www.mf.gov.cv/web/dnosp). Além disso, em conformidade com as diretrizes de gestão financeira pública, todas as despesas relacionadas com o combate à pandemia foram auditadas pelo Tribunal de Contas. Preparámos também um documento de políticas que orienta a utilização da recente alocação de DSE. Diversos projetos que representam uma parte substancial dos planos de desenvolvimento de Cabo Verde (Ambição Cabo Verde 2030) foram selecionados para financiamento a partir de recursos de DSE em 2022 e 2023. Os projetos situam-se nas grandes áreas da saúde, agricultura e ambiente, educação e cultura e infraestruturas, ordenamento do território e habitação com um valor total de CVE 3 mil milhões (cerca de 1,7 por cento do PIB). A transferência dos recursos de DSE do BCV para o governo foi concluída em 2021 e o montante já foi incluído na dívida pública. O Ministério das Finanças e o Banco de Cabo Verde (BCV) assinaram um memorando de entendimento (MdE) que detalha o quadro para a utilização dos DSE.

9. A evolução no setor monetário foi positiva. O crédito à economia aumentou 5,8 por cento em 2021. O aumento refletiu o impacto da moratória e o crescimento emergente do crédito ao setor privado, em particular ao turismo e à construção, à medida que a retoma ganhava ímpeto. Em 2021, os depósitos de migrantes aumentaram em relação a 2020, uma vez que a diáspora cabo-verdiana continuou a mostrar confiança no sistema financeiro.

10. A política monetária tem sido acomodatória desde o início da pandemia da Covid-19.

Na sequência da redução em 2020 da taxa diretora para 0,25 por cento, das reservas mínimas obrigatórias para 10 por cento, da taxa de depósito *overnight* para 0,05 por cento, e da taxa de facilidade permanente para 0,05 por cento, o Banco Central de Cabo Verde (BCV) manteve estas taxas até junho de 2022 em parte para ajudar a apoiar a recuperação. As taxas de juro dos depósitos, incluindo os depósitos de emigrantes, desceram para 0,7 por cento no final de 2021 (1,9 por cento no final de 2020), enquanto as taxas de empréstimo se mantiveram geralmente estáveis a um pouco menos de 9 por cento.

11. O sistema financeiro tem permanecido resiliente. Os dados relativos ao final de 2021 sugerem que o sistema financeiro é altamente líquido, rentável e está bem capitalizado. O setor bancário entrou na pandemia com robustas reservas de fundos próprios e melhorando a rentabilidade o que ajudou a conter os riscos. O capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco (CAR) era de 21,1 por cento no final de dezembro de 2021, bem acima do mínimo regulamentar de 12 por cento; e a rentabilidade dos ativos era de 1,5 por cento. O crédito malparado (NPLs, na sigla em língua inglesa) diminuiu de 9,5 por cento no final de 2020 para 7,2 por cento do total de empréstimos no final de dezembro de 2021 refletindo a moratória sobre o reembolso de empréstimos e o saneamento de créditos antigos.

PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS

12. A economia estava bem posicionada para manter a dinâmica de recuperação em 2022, mas a incerteza económica global devido à guerra na Ucrânia pesará fortemente nas perspetivas económicas. O crescimento real do PIB, que se esperava que se mantivesse robusto em 6 por cento em 2022, foi revisto em baixa para 4 por cento. Um reflexo dos efeitos da guerra na Ucrânia e das sanções contra a Rússia que provocaram um acentuado aumento dos preços internacionais da energia e dos alimentos e diminuíram as perspetivas de crescimento no mundo, inclusive na zona euro. Espera-se que estes desenvolvimentos tenham um certo impacto na recuperação no setor do turismo, e é provável que os preços mais elevados diminuam a procura interna. No entanto, espera-se que o crescimento a médio prazo regresse a níveis robustos graças à recuperação contínua do setor do turismo para níveis pré-pandemia e um aumento da capacidade de quartos de hotel. Para além disso, espera-se que a implementação bem-sucedida de programas chave no âmbito do PEDS (2022-2026) e de outras reformas estruturais, em particular do setor das empresas públicas, aumente o potencial de crescimento de Cabo Verde. A longo prazo, o

crescimento do PIB está projetado em cerca de 4,5 por cento, em grande medida em linha com o potencial crescimento. A inflação anual é projetada em cerca de 2 por cento, em média, após 2023, em grande medida em sintonia com a média da zona euro.

13. O saldo orçamental primário melhoraria cerca de 1 por cento do PIB por ano durante 2023-2026, refletindo os esforços de mobilização de receitas, bem como a racionalização das despesas. Espera-se que a consolidação orçamental planeada, uma reestruturação bem-sucedida das principais empresas públicas, e outras reformas estruturais conduzam a um crescimento mais rápido do crédito ao setor privado, aumentem a confiança dos investidores, acelerem o crescimento a médio prazo, e coloquem a dívida pública numa trajetória descendente sustentável. Projeta-se que o défice da conta corrente externa diminua para cerca de 4,2 por cento do PIB a médio - prazo, apoiado pela consolidação orçamental, pelo forte desempenho do turismo, e pelas remessas mais elevadas, refletindo as melhorias do mercado de trabalho nas economias avançadas. Com o apoio do financiamento do Fundo, melhores receitas do turismo e entrada de remessas as reservas internacionais permanecerão em cerca de 5 meses de importações prospetivas.

POLÍTICAS ECONÓMICAS E REFORMAS ESTRUTURAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA

A. Reforço das finanças públicas: Salvaguardar a sustentabilidade da dívida pública, expandir as redes de segurança social e reforçar o quadro orçamental

14. Uma das pedras angulares do nosso programa orçamental é um significativo ajustamento antecipado em 2022, seguido de um esforço de consolidação mais gradual, mas sustentado a médio prazo. O que será fundamental para colocar a dívida pública numa trajetória descendente sustentável, salvaguardar a sustentabilidade da dívida e reduzir o risco de sobreendividamento. Outras componentes da estratégia incluem o reforço do quadro orçamental e a aceleração das reformas no setor das empresas públicas. Globalmente, estas políticas resultariam numa melhoria do saldo orçamental primário, de um défice de 5,1 por cento do PIB em 2021 para um excedente de cerca de 1 por cento do PIB em 2027; o défice orçamental global diminuiria de 7,3 por cento do PIB em 2021 para cerca de 1 por cento do PIB durante o mesmo período. Uma grande componente do ajustamento em 2022 baseia-se na implementação de um conjunto criteriosamente selecionado de medidas do lado das receitas. A implementação do plano de consolidação orçamental estaria associada a uma redução dos níveis da dívida pública, com o rácio da dívida/PIB a diminuir de 143 por cento em 2021 para 109,6 por cento em 2027.

15. O orçamento de 2022 foi inicialmente elaborado para ser coerente com uma redução do défice orçamental primário de 5,1 por cento do PIB em 2021 para 4 por cento

do PIB em 2022. Este ajustamento seria alcançado através de uma combinação de mais receitas e menos despesas. No entanto, com a mudança nas perspetivas económicas a curto prazo e um pressuposto mais conservador sobre a provável entrada de outras receitas, a entrada de receitas global projetada foi revista para 25,4 por cento do PIB, ainda 3 por cento do PIB acima do de 2021, mas 1,8 por cento do PIB abaixo do valor orçamentado. Em relação aos resultados de 2021, esperam-se fortes ganhos nos impostos sobre bens e serviços e sobre rendimentos e lucros. As despesas correntes, que foram orçamentadas para aumentar em cerca de 1,3 por cento do PIB, estão agora projetadas para aumentar em 0,7 por cento do PIB. Prevê-se que os salários diminuam enquanto as despesas com programas sociais serão aumentadas em 0,3 por cento do PIB para ajudar a mitigar o impacto dos preços mais elevados nos mais vulneráveis. As despesas de investimento foram orçamentadas em 5 por cento do PIB, cerca de 2,4 por cento do PIB acima do resultado para 2021, mas de acordo com uma priorização mais rigorosa das despesas de investimento em conformidade com a capacidade de implementação, prevê-se agora que aumentem para 3,7 por cento do PIB. Devido a estas alterações, projeta-se agora uma melhoria do défice orçamental primário para 3,6 por cento do PIB em 2022.

16. As necessidades de financiamento orçamentadas, que se previa inicialmente que aumentassem em 2022 foram revistas em baixa. As necessidades de financiamento orçamentadas eram inicialmente 2,3 por cento do PIB inferiores aos resultados de 2021, mas prevê-se agora que aumentem em cerca de 1,7 por cento do PIB, em parte devido a menos receitas e à recapitalização das empresas públicas. O financiamento interno no orçamento de 2022 é superior às projeções revistas. As necessidades de financiamento interno revistas são acima do limite máximo de 3 por cento do PIB devido à suspensão da regra orçamental em 2022, de acordo com a cláusula de salvaguarda. O financiamento externo dependerá sobretudo de empréstimos concessionais e em parte de empréstimos semi-concessionais, principalmente de instituições multilaterais incluindo o Banco Mundial (1,3 por cento do PIB), o Banco Africano de Desenvolvimento (1 por cento do PIB), de um saque da recente alocação de DES (0,9 PIB) e de recursos disponibilizados ao abrigo do programa ECF e de credores oficiais.

B. Medidas do lado das receitas

17. Introduziremos um conjunto de medidas criteriosamente selecionadas do lado da política e da administração das receitas que se espera venham a gerar cerca de 1 por cento do PIB em 2022. As principais medidas de política fiscal incluem (i) a introdução da faturação eletrónica que deverá gerar 0,2 por cento do PIB; (ii) a imposição de um direito de importação de 5 por cento sobre bens anteriormente isentos, tais como mobiliário e equipamento de escritório, que deverá gerar um ganho de 0,2 por cento do PIB; e (iii) o aumento do imposto especial de consumo sobre o tabaco em 75 por cento, com ganhos de receitas de 0,2 por cento do PIB. Para além disso, prevê-se que a melhoria da administração das receitas gere mais 0,4 por cento de receitas, sobretudo através da cobrança de impostos em atraso e aumento da supervisão.

18. A curto e médio prazo, prosseguiremos os nossos esforços para melhorar a eficiência do sistema fiscal através de uma melhor administração das receitas. Os nossos esforços concentrar-se-ão na cobrança do IVA, bem como dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas em atraso. Estes esforços basear-se-ão na total digitalização de todo o processo de administração e cobrança de receitas e poderão potencialmente resultar em ganhos significativos de eficiência. Espera-se que a iniciativa em curso para a conclusão do sistema de faturação eletrónica seja concluída até ao final de 2023. A este respeito, no final de 2022, teremos em funcionamento um sistema de faturação eletrónica que abrangerá pelo menos 50 por cento dos contribuintes para o IVA (**indicador de referência estrutural**). O sistema integrado de segurança que alerta do não cumprimento do IVA e do imposto sobre o rendimento foi suspenso durante a pandemia, mas será agora reativado e alargado a outros impostos. Espera-se que estas reformas, inclusive através de um melhor cumprimento, gerem mais 2 por cento do PIB a médio prazo. Espera-se que a implementação da tarifa externa comum da CEDEAO gere cerca de 1 por cento do PIB em receitas adicionais. O governo apresentará à Assembleia Nacional o orçamento para 2023 que estará de acordo com os compromissos assumidos no âmbito do programa (**indicador de referência estrutural**).

C. Políticas do lado das despesas

19. Iremos dar continuidade à racionalização das despesas correntes e melhorar a execução das despesas de investimento. A curto prazo, as despesas correntes permanecerão globalmente estáveis, mas a médio prazo continuaremos a tentar obter ganhos de eficiência reduzindo as despesas com salários e o pagamento de juros, o que resultará numa diminuição gradual das despesas correntes em percentagem do PIB. Para apoiar a recuperação e as necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde, prevê-se um aumento em percentagem do PIB do programa de investimento público. No entanto, as despesas de investimento serão estritamente priorizadas.

20. Iremos rever e racionalizar os programas sociais para assegurar uma cobertura adequada, particularmente no contexto do aumento dos preços, que afeta desproporcionalmente os mais vulneráveis. O acentuado aumento dos preços internacionais da energia e dos alimentos que se repercutiu na inflação interna terá um impacto desproporcionado nos vulneráveis. Para proteger os pobres e vulneráveis, o Governo aumentará o financiamento de programas sociais em 0,2 por cento do PIB como forma de diminuir a pobreza extrema.

21. Reconhecemos que para alcançar os nossos objetivos orçamentais a médio prazo serão necessárias medidas políticas adicionais. Como resultado, o Governo continuará a implementar medidas para melhorar a mobilização de receitas e a gestão da despesa pública, bem como reformas contínuas das empresas públicas para garantir a sustentabilidade da dívida a médio prazo. No entanto, o ajustamento em baixa das despesas em percentagem do PIB a médio prazo não estaria associado a uma diminuição na prestação de serviços, uma vez que o Governo planeia

concentrar os seus esforços na melhoria da eficiência da despesa pública. O nosso objetivo a médio prazo é regressar aos níveis de despesa antes da pandemia.

D. Reformas orçamentais

22. O Governo está empenhado em melhorar a eficiência do quadro de investimento público.

O investimento público é uma componente crucial do nosso plano de desenvolvimento e desempenhará um papel fundamental no apoio à recuperação. De acordo com as recentes recomendações da AT (assistência técnica) do FMI elaboraremos um plano para a realização de melhores projetos a curto e médio prazo, o que seria simultaneamente viável bem como prático, o que envolveria os quatro passos seguintes: (i) a redefinição dos limiares existentes para reduzir o número de projetos elegíveis para uma avaliação mais pormenorizada em função da capacidade disponível; (ii) o desenvolvimento e implementação de um sistema aperfeiçoado de pré-triagem (pré-triagem+), um ponto de entrada único para todas as ideias de projeto independentemente da dimensão ou fonte de financiamento; (iii) o desenvolvimento e implementação de técnicas e matrizes de análise com critérios múltiplos (MCA, na sigla em língua inglesa) para a priorização e seleção; e (iv) a elaboração e implementação de uma lista de verificação de pré-implementação.

23. Basear-nos-emos nos recentes progressos feitos na gestão do fluxo de caixa que ajudaram o Ministério das Finanças a gerir os desafios criados pela Covid-19.

Nos últimos anos criamos uma Conta Única do Tesouro (CUT) em conformidade com as boas práticas internacionais, que beneficiou da nossa adoção precoce e bem-sucedida de um sistema moderno de gestão da informação financeira (SIGOF). Apesar dos ganhos que foram alcançados, serão tomadas outras medidas para melhorar a gestão do fluxo de caixa, incluindo a continuação do processo de introdução de todas as contas da administração pública na CUT; e a instituição de um comité de coordenação do fluxo de caixa para rever sistematicamente as previsões.

24. Avançaremos os planos de expansão da cobertura fiscal e assim permitir a preparação de contas do governo geral.

Vamos avançar com planos para alargar a cobertura orçamental de modo a permitir a preparação de contas ao nível do Estado. O que inclui a compilação e publicação da série histórica de estatísticas das finanças públicas para a administração pública (indicador de referência estrutural); e a publicação de relatórios anuais de execução orçamental para a administração pública (**indicador de referência estrutural**).

25. Intensificaremos os esforços para reduzir os riscos orçamentais decorrentes das empresas públicas.

A este respeito, será dada especial atenção à redinamização das reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas para reduzir os riscos orçamentais e, conseqüentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo. Será realizada uma análise trimestral das avaliações do risco orçamental utilizando a ferramenta do FMI de verificação do estado de saúde das empresas públicas, bem como um relatório de monitorização trimestral da execução orçamental das empresas

públicas (**indicador de referência estrutural**). Estas reformas também incluem a publicação das transações consolidadas e dos fluxos financeiros trimestrais entre o Governo e as empresas públicas numa base individual e agregada para ajudar a identificar o apoio indireto do Governo às empresas públicas. Além disso, o relatório anual sobre as empresas públicas será melhorado para incluir a comparação da execução em relação à projeção orçamental inicial, a avaliação do desempenho em relação aos planos a médio prazo, e os dados sobre as relações governamentais (**indicador de referência estrutural**).

26. A Cabo Verde Airlines (CVA) é uma prioridade chave e o Governo tenciona concluir a reorganização da CVA e retomar os esforços de privatização. O processo de privatização da CVA, que teve início em 2019, foi interrompido devido a preocupações com o parceiro estratégico, o que fez com que o Governo tivesse de assumir o controlo da companhia aérea. O Governo está num processo de reorganização da companhia aérea e em negociações com potenciais parceiros. Segundo o novo plano, a CVA começará a operar com duas aeronaves em 2022, com o número de aviões em funcionamento a aumentar para três em 2023. A companhia aérea voará para [quatro cidades internacionais] o que seria suficiente (com base nas nossas projeções) para chegar a uma situação de breakeven até março de 2023. O Governo disponibilizará o financiamento durante o processo de reorganização para cobrir o défice de financiamento projetado no valor de 30 milhões de euros (cerca de 1,7 por cento do PIB). Obteremos a aprovação do Governo (i) para a estrutura de menor custo para a CVA; e (ii) a estratégia a longo prazo que estabelece as opções para a CVA, em consulta com o Banco Mundial.

E. Dívida pública

27. Continuaremos a envidar esforços para aliviar o fardo da dívida de Cabo Verde. Já chegámos a acordo com Portugal para dar continuidade ao alívio do serviço da dívida em conformidade com o tratamento da ISSD durante o ano 2022, e continuaremos as conversações com outros parceiros credores.

28. Atualizaremos aspetos chave da Lei da Dívida, instituiremos o fundo de garantia e melhoraremos os relatórios e análises da dívida. A legislação em matéria da dívida será atualizada de acordo com a revisão de 2018, que forneceu orientações sobre o tipo de análises e relatórios que devem ser produzidos e serão tomadas medidas para identificar claramente os relatórios necessários. Será implementado o requisito na estratégia de gestão da dívida para a realização ao nível interno da análise de sustentabilidade da dívida (ASD). Funcionários do Ministério das Finanças já receberam a formação relevante e o ministério tenciona realizar a primeira ASD interna até janeiro de 2023, o que ajudará a fundamentar o orçamento desse ano. Além disso, o Governo levará a cabo uma revisão das leis que regem as garantias. A Lei das Garantias prevê a criação de um fundo a ser financiado pelos beneficiários das garantias, o que proporcionaria uma reserva em caso de não cumprimento dos termos da garantia. Durante 2022 este fundo será ativado e os regulamentos para as respetivas operações serão estabelecidos.

F. Fundo de estabilização macroeconómica

29. Como parte integrante da estratégia mais abrangente de reforço do quadro orçamental criaremos um fundo de estabilização macroeconómica. Cabo Verde é uma pequena economia aberta, altamente suscetível a choques externos. Tivemos de enfrentar uma seca interrupta desde 2017, o impacto económico devastador da pandemia e as repercussões da guerra na Ucrânia. Estes eventos sublinham a necessidade de criarmos amortecedores para ajudar a mitigar o efeito dos choques externos, incluindo o impacto das alterações climáticas, que geralmente piora a situação orçamental. A criação do Fundo de Estabilização Macroeconómica estabelece uma plataforma sobre a qual começaremos a acumular reservas para ajudar a atenuar o impacto de choques exógenos sobre a economia e as finanças públicas.

30. Cabo Verde é altamente vulnerável a inundações, secas, terremotos e erupções vulcânicas, o que impõe custos significativos à economia. Os danos económicos médios causados por catástrofes naturais, sobretudo inundações, foram estimados pelo Banco Mundial em USD18 milhões (1 por cento do PIB) ao ano. Níveis mais elevados de danos são prováveis no futuro devido ao impacto das alterações climáticas, o que seria ampliado pelo facto o país ser formado por várias ilhas.

31. A amplitude e magnitude dos choques mundiais tem tido um impacto severo em Cabo Verde. A este respeito, redobraremos os nossos esforços para implementar reformas de melhoria da nossa resiliência e garantia da sustentabilidade a longo prazo. Para o conseguir, asseguraremos que haja alinhamento estratégico, cooperação institucional e coordenação operacional a um nível intersectorial e multidisciplinar, por parte das entidades públicas envolvidas no processo.

G. Rebaseamento das contas nacionais

32. O Instituto Nacional de Estatística (INE) concluiu a grande tarefa de rebasear as contas nacionais. Com a AT do FMI, o INE concluiu o rebaseamento das estatísticas das contas nacionais para 2015 a partir de 2007. Os dados publicados indicam um PIB nominal de cerca de 10 por cento superior às estimativas anteriores, o que reflete sobretudo uma mensuração mais precisa do setor dos serviços. As contas nacionais rebaseadas melhorarão a elaboração de políticas graças a uma representação mais exata da economia de Cabo Verde.

H. Política monetária e estabilidade financeira

33. O regime de paridade fixa convencional continua a ser uma âncora estável para a política monetária. A política monetária continuará a centrar-se na salvaguarda da paridade fixa e no reforço do quadro da política monetária. Na sequência do novo choque externo devido à guerra na Ucrânia, prevê-se que as reservas internacionais diminuam drasticamente em 2022. A curto

prazo, o BCV acompanhará de perto a evolução económica na zona euro e estará pronto para adotar medidas corretivas se as pressões sobre as reservas se tornarem excessivas. O BCV estava no processo de implementação do estímulo da política monetária relacionada com a Covid-19 com o fortalecimento da retoma dada a continuação do excesso de liquidez no sistema bancário e a recente evolução positiva da pandemia. No entanto, o choque geopolítico justifica uma abordagem mais cautelosa. A médio prazo, para apoiar a paridade o BCV terá como objetivo ter reservas internacionais de 5 a 5,5 meses de importações prospetivas.

34. Continuaremos a adotar medidas para reforçar ainda mais o mecanismo de transmissão da política monetária e aumentar a nossa capacidade analítica para acompanhar a evolução da economia. O Banco Central tomará medidas para apoiar o desenvolvimento do mercado monetário, incluindo o anúncio prévio de um calendário dos leilões de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) e de Títulos de Regularização Monetária (TRM) (**indicador de referência estrutural**). A análise política será reforçada, nomeadamente através da introdução de indicadores compostos da atividade económica e do reforço das previsões a curto prazo (**indicador de referência estrutural**). O Banco Central também irá desenvolver um quadro para orientar a prestação de assistência de liquidez de emergência. O BCV e o Ministério das Finanças solicitaram a AT do Banco Mundial para realizar uma avaliação da economia digital e elaborar uma estratégia fintech nacional, que defina os pilares necessários para a utilização de tecnologias financeiras que abracem a inovação e a concorrência, e reduzam os custos de transação.

35. O BCV irá acompanhar de perto os riscos emergentes para o setor bancário. Os indicadores disponíveis indicam que o setor bancário está bem posicionado para resistir aos efeitos do aumento projetado do crédito malparado associado ao fim da moratória do crédito em junho de 2022. No entanto, o BCV realizará um estudo abrangente do risco de crédito e das provisões no termo da moratória do crédito em junho de 2022 (**indicador de referência estrutural**), encorajará e facilitará uma reestruturação prudente dos empréstimos, e dará proactivamente orientações sobre o tratamento prudencial das moratórias e estratégias de gestão do crédito malparado e desenvolverá um quadro comum para a resolução bancária. Além disso, encorajará o desenvolvimento de modelos de relatórios detalhados para os empréstimos reestruturados e reescalados e para o acompanhamento do impacto das medidas relacionadas com a Covid-19 na qualidade dos ativos dos bancos. Para apoiar estes esforços o BCV desenvolverá um quadro comum para a resolução do crédito malparado relacionado com a crise (**indicador de referência estrutural**). Melhorias recentes no quadro do CBC/FT, incluem a criação de um comité nacional de CBC/FT e a recente saída do país da lista de jurisdições não cooperantes da EU for fins fiscais, ajudaram a manter as relações com os bancos correspondentes.

36. Como parte do Plano de Desenvolvimento do Setor Financeiro, os nossos esforços concentrar-se-ão na modernização em curso do sistema financeiro. Reforçaremos os quadros regulamentar e de supervisão com o objetivo de reforçar o setor financeiro, nomeadamente para apoiar um crescimento inclusivo e sustentável, salvaguardando simultaneamente a estabilidade

financeira. Continuamos empenhados em assegurar um sistema bancário estável e bem capitalizado que possa continuar a apoiar a recuperação através de um controlo e supervisão eficazes da saúde do sistema financeiro. Para assegurar a eficácia do processo de supervisão, será aumentada a frequência dos testes de stress para pelo menos duas vezes por ano a partir de 2023. Além disso, a metodologia dos testes de stress será renovada para incluir dados bancários detalhados e a avaliação do risco de cibersegurança. A recente missão de avaliação de salvaguardas do FMI recomendou a alteração da Lei do BCV de modo a reforçar a estrutura de tomada de decisões, autonomia, responsabilidade e transparência do banco central. Com o apoio da assistência técnica do FMI, apresentaremos ao Ministério das Finanças projetos de emendas à Lei do BCV, que abordarão as lacunas identificadas (**indicador de referência estrutural**).

37. Vamos agilizar o trabalho para a adoção do Pilar I de Basileia II. Durante a primeira metade de 2023 será realizada uma avaliação da implementação dos princípios de Basileia através da Autoavaliação do BCP (mais detalhes a serem fornecidos pelo BCV).

38. Continuamos a melhorar a precisão das nossas estatísticas do setor monetário e financeiro. No ano passado, eliminámos as discrepâncias entre o inquérito do setor monetário e financeiro divulgado pelo BCV nas suas publicações e os dados enviados ao FMI, adotando a metodologia do inquérito do Banco Central compilado para o FMI, que se baseia em normas estatísticas internacionais (Manual e Guia de Compilação de Estatísticas Monetárias e Financeiras (MFSMCG na sigla em língua inglesa) do FMI de 2016). Este novo sistema de compilação permite corrigir as discrepâncias entre o inquérito das outras sociedades de depósito (OSD) divulgado pelo BCV nas suas publicações e nos dados enviados ao FMI. Outras melhorias continuarão este ano com o aperfeiçoamento dos dados sobre o crédito por atividade económica utilizando a classificação da atividade económica do INE.

I. Reformas estruturais: Apoio ao crescimento impulsionado pelo setor privado

39. As reformas estruturais terão como objetivo melhorar o ambiente de negócios, corrigir as ineficiências do mercado de trabalho, mediante a revisão de certas disposições do código do trabalho, e aumentar o acesso ao financiamento. Anova estratégia quinquenal (PEDS) baseia-se no plano de desenvolvimento a longo prazo recentemente concluído (Cabo Verde Ambição 2030). As principais áreas prioritárias incluem: (i) concluir as reformas das empresas públicas, incluindo a privatização e a melhoria da eficiência das empresas públicas; (ii) reduzir a informalidade; (iii) facilitar o acesso ao financiamento, particularmente para as pequenas e médias empresas; e (iv) melhorar o ambiente empresarial. Em apoio às reformas do nosso ambiente empresarial, analisaremos possíveis alterações ao Código Laboral com vista a aumentar os incentivos para tornar o mercado de trabalho mais dinâmico. A adaptação e mitigação das alterações climáticas, incluindo a consecução da meta de 30 por cento de energias renováveis até

2026 e 50 por cento até 2030, e a digitalização, incluindo o desenvolvimento de parques tecnológicos, são também duas prioridades-chave do Governo (Tabela 3).

40. Continuaremos a envidar esforços para diversificar a nossa economia. Os esforços de diversificação estão a ser desenvolvidos através de dois canais. Em primeiro lugar, no setor do turismo, estamos a avançar ativamente para projetos mais integrados de resorts anunciados pela presença de grandes marcas hoteleiras. Em segundo lugar, estamos a promover ativamente setores alternativos, tais como a economia azul, a economia digital, setor integrado nas cadeias de valor regional e mundial, e a modernização do setor agrícola utilizando água dessalinizada.

41. As ações judiciais das empresas serão mais fáceis, através de uma redução do tempo de espera, melhorando a ligação entre as empresas e os processos judiciais. Uma área de enfoque serão os títulos de propriedade, relativamente aos quais surgem frequentemente problemas devido a dúvidas sobre a propriedade devido a informação incompleta que pode causar atrasos nas decisões de investimento. Neste sentido, o Governo digitalizará a informação relevante para facilitar o acesso a todas as partes, o que facilitará uma resolução mais atempada dos litígios.

42. O Governo melhorará o apoio aos grupos vulneráveis através do reforço das redes de segurança social. Muito embora Cabo Verde tenha um desempenho muito bom nos indicadores sociais, a pobreza e o desemprego permanecem elevados, sobretudo nas zonas rurais, e estas tendências têm-se agravado devido à pandemia e provavelmente serão negativamente afetadas pelo aumento dos preços. As redes de segurança social serão reforçadas através de uma melhor orientação das despesas sociais. Em parceria com os nossos parceiros externos continuaremos a trabalhar de modo a alcançar uma melhor orientação dos programas sociais e assinaremos um pacto para a redução da pobreza tendo como objetivo eliminar a pobreza extrema até 2026. O Governo também aproveitará a oportunidade durante o período do programa para reformar o sistema nacional de segurança social para garantir que este evolui em conformidade com as melhores práticas e as necessidades em evolução do país.

43. Neste sentido, as políticas ao abrigo do programa ajudarão a salvaguardar as despesas com as redes de segurança social e a aumentar a nossa capacidade de expansão destas intervenções. Fizemos importantes investimentos nos sistemas de transferência para a proteção social, particularmente no registo social e no [RSI] programa de transferência de dinheiro. Estes ganhos serão protegidos durante a ECF apoiado pelo FMI, uma vez que o apoio aos mais vulneráveis e a ajuda para tirar as famílias da pobreza são objectivos-chave da nossa estratégia. Através de um programa de inclusão produtiva, o Governo garante empoderamento para as famílias mais vulneráveis, bem como a transferência de dinheiro para as famílias mais vulneráveis em Cabo Verde. O nosso método de apoio aos mais vulneráveis através de transferências em dinheiro é uma forma importante e eficiente de investir nas pessoas; contribuir para reforçar a sua resiliência e melhorar o seu capital humano de várias formas, inclusive através da garantia da segurança

alimentar e permitindo despesas relacionadas com a educação e saúde das crianças nestes agregados familiares, bem como formação para a inclusão no mercado de trabalho.

J. Riscos e contingências

44. A incerteza sobre a trajetória da pandemia da Covid-19 e a evolução do impacto das repercussões da guerra da Ucrânia continuarão a pesar nas perspectivas económicas. Se a evolução da Covid-19 se deteriorar ou o impacto negativo da Ucrânia se agravar em relação com a nossa linha de base, os resultados económicos agravar-se-ão. Contudo, acreditamos que o nosso forte empenho em implementar reformas juntamente com as políticas no âmbito do nosso programa ECF apoiado pelo FMI e o apoio contínuo dos parceiros de desenvolvimento proporciona uma plataforma forte para gerir estes desafios. Porém, se as perspectivas macroeconómicas se deteriorarem, comprometemo-nos a tomar medidas adicionais em consulta com o FMI.

K. Financiamento e monitorização do programa

45. O programa será monitorizado de perto através de critérios quantitativos de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais. O Memorando Técnico de Entendimento descreve as definições, bem como os requisitos de fornecimento de dados. A primeira e segunda avaliações do programa deverão estar concluídas até novembro de 2022 e maio de 2023 (com base nas datas de teste de final de junho e final de dezembro de 2022), respetivamente. Posteriormente, o programa continuará a ser monitorizado semestralmente pelo Conselho de Administração do FMI.

Tabela 1. Cabo Verde: Indicadores de referência estruturais para 2022-23 ao abrigo da ECF

Medidas	Data-limite	Objetivo
Reformas orçamentais		
Faturação eletrónica emitida por, pelo menos, 50% dos sujeitos passivos de IVA	Final de dezembro de 2022	Melhorar a arrecadação de receitas
Submeter ao Parlamento o orçamento de 2023, consentâneo com os compromissos assumidos no	Fim de dezembro de 2022	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida.
Compilar e publicar séries históricas de estatísticas financeiras governamentais da administração pública.	Final de março de 2023	Melhorar a transparência nas finanças públicas
Publicar relatórios anuais de execução orçamental da administração pública.	Final de setembro de 2023	Melhorar a transparência nas finanças públicas
Reformas das empresas públicas		
Conduzir uma análise trimestral da avaliação do risco orçamental utilizando a ferramenta do FMI para avaliar a solidez das empresas públicas.	Final de setembro de 2022	Melhorar o relato orçamental e reduzir o respetivo risco
Introduzir um relatório trimestral de monitorização da execução orçamental das empresas públicas	Final de setembro de 2022	Melhorar o relato orçamental e reduzir o respetivo risco
Melhorar o relatório anual das empresas públicas ao incluir uma comparação da execução com a projeção orçamental inicial, uma avaliação do desempenho em relação ao plano a médio prazo, dados sobre as relações governamentais (transferências e passivos).	Final de julho de 2023	Melhorar o relato orçamental e reduzir o respetivo risco
Reformas de política monetária		
Anunciar com antecedência um calendário para a realização de leilões de títulos de intervenção monetária e títulos de regularização monetária.	Final de junho de 2022	Apoiar o desenvolvimento do mercado monetário
Introdução de um indicador composto da atividade económica	Final de junho de 2023	Apoiar a análise da política monetária
Reformas do setor financeiro		
alteração da Lei do BCV, em conformidade com as recomendações do FMI, com vista a i) estabelecer um processo de supervisão independente e separado da direção executiva; ii) reforçar a autonomia individual e financeira do BCV; e iii) aumentar a transparência e os mecanismos de responsabilização	Final de dezembro de 2022	Reforçar o quadro institucional do BCV
Realizar um estudo exaustivo sobre as perdas e provisões de empréstimos no termo da moratória de crédito	Final de dezembro de 2022	Reforçar a estabilidade financeira
Desenvolver um quadro comum para a resolução dos créditos malparados relacionados com a crise	Final de dezembro de 2022	Reforçar a estabilidade financeira

Tabela 2. Cabo Verde: critérios quantitativos de desempenho ao abrigo da ECF, junho de 2022-junho de 2023¹
(Milhões de escudos, salvo indicação em contrário)

	2021		2022			2023
	fim de dezembro	fim de junho	fim de setembro	fim de dezembro	fim de março	fim de junho
	Atual	Metas	Metas	Metas	Metas	Metas
		quantitativas (MQ)	Indicativas (MI)	quantitativas (MQ)	Indicativas (MI)	quantitativas (MQ)
	<i>Crítérios cumulativos desde o início do ano civil</i>					
Metas quantitativas						
Saldo primário ²	-10.112	-4.635	-7.500	-7.750	-2.612,0	-4.141,0
Receitas fiscais, piso	33.542	16.916	27.161	38.215	9.550,1	19.095,0
Outros passivos líquidos, teto ³	-1.691	742	358	1.455	501,5	625,3
Financiamento interno líquido, teto	3.142	6.388	7.100	7.501	5.651	5.886
Não acumulação de atrasados internos ⁴	0	0	0	0	0	0
Não acumulação de atrasados de pagamentos externos ⁴	0	0	0	0	0	0
PV da nova dívida externa, teto (em milhões de dólares americanos)	109	61	84	94	46	60
Nível nominal da nova dívida externa não concessional do governo central, teto	0	0	0	0	0	0
Reservas internacionais líquidas, piso ²	591	560	557	491	554	572
Metas Indicativas						
Gastos sociais, piso	18.300	5.750	8.928	15.800	2.923	6.180
Metas contínuas não quantitativas						
Não imposição ou intensificação de restrições sobre pagamentos e transferências para fins de transações internacionais correntes						
Não introdução ou modificação de taxas de câmbio múltiplas						
Não imposição ou intensificação de restrições às importações por razões ligadas à balança de pagamentos						
Não conclusão de acordos de pagamentos bilaterais incompatíveis com o Artigo VIII						
<i>Por memória:</i>						
Empréstimos de retrocessão líquidos	1.181	515	1.530	2.790	4,9	101
Capitalização	838	1.363	1.763	2.151	300,0	765,3
Pressupostos do programa						
Donativos em apoio a projetos e ao orçamento	3.985	675	890	3.982	181,9	623,3
Serviço da dívida externa	5.906	5.665	9.281	11.226	3.664,8	6.445,4
Vendas de ativos	683	351	431	648	142,2	516,6
Empréstimos em apoio a projetos e ao orçamento	11.024	4.125	10.188	14.333	913,9	5.887,7

Fontes: Autoridades Caboverdeanas; estimações e projeções do FMI.

¹ Os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

² Os limites máximo (teto) ou mínimo (piso) serão ajustados conforme especificado no MTE.

³ Outros passivos líquidos incluem empréstimos de retrocessão líquidos, capitalização e outros ativos.

⁴ Contínuo.

Tabela 3. Cabo Verde: Outras reformas ao abrigo da ECF, 2022–2025

Reformas orçamentais

1. Compilar e publicar um balanço financeiro do governo geral.
2. Digitalizar toda a gestão de receitas e os processos de cobrança.
3. Redefinir os limites atuais para reduzir o número de projetos que exigem uma análise mais criteriosa, em conformidade com as capacidades disponíveis.
4. Desenvolver e implementar um sistema de pré-seleção melhorado (pré-seleção avançada) que servirá de ponto de partida único para todas as ideias de projeto, independentemente da sua dimensão ou fonte de financiamento.
5. Desenvolver e implementar técnicas de análise multicritérios e matrizes para a priorização e seleção de projetos de investimento.

Reformas das empresas públicas

6. Criar uma plataforma digital automática para monitorizar as empresas públicas e automatizar o modelo de análise da solidez financeira das empresas públicas.
7. Retomar a privatização das empresas públicas. Concluir o processo de privatização, nomeadamente da ASA, Cvhandling, Emprofac, Inpharma, TACV, Electra, Enapor, Cabvane, CASHIER e CVTelecom.

Reformas de política monetária

8. Realizar um estudo sobre as implicações da moeda digital do banco central (CBDC) para a política monetária e desenvolver um quadro jurídico para o CBDC.
9. Desenvolver um quadro que oriente as operações de cedência de liquidez de emergência.

Reformas do setor financeiro

10. Aumentar a frequência dos testes de stress para, pelo menos, duas vezes por ano.
11. Implementar uma metodologia reformulada de testes de stress, incorporando dados bancários detalhados e uma avaliação dos riscos de cibersegurança.
12. Proceder a uma avaliação da implementação dos princípios de Basileia através da autoavaliação dos princípios fundamentais do Acordo de Basileia durante o primeiro semestre de 2023.

Investimento do setor público e reformas digitais

13. Infraestrutura de chaves públicas – emitir certificados digitais para pessoas e entidades e alavancar a economia digital
14. Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV) – modernizar o sistema de emissão de documentos de identificação, bem como a gestão do seu ciclo de vida, reforçando os níveis
15. Portal consular para facilitar as relações com a diáspora cabo-verdiana e com as pessoas interessadas em Cabo Verde.
16. Nha Card – um certificado digital baseado na tecnologia Blockchain Plataforma Única de Criação de Empresas que permitirá a criação de empresa tanto presencialmente como com recurso a mecanismo de assinatura digital e autenticação digital.
17. Plataforma de investimento externo – um balcão único onde os investidores podem proceder ao registo dos seus investimentos e obter a autorização necessária.
18. SIMPLE – Plataforma Municipal Integrada que oferece um sistema de informação robusto com todas as funcionalidades necessárias e que cobre todas as áreas de gestão e ação das câmaras municipais.
19. Digitalização do Sistema Nacional de Saúde (cibersaúde), com registos médicos eletrónicos, prescrições eletrónicas, tele saúde e telemedicina.
20. Transformação digital do sistema de justiça (ciberjustiça). Reestruturação, adaptação e racionalização da operacionalização do atual Sistema de Informação da Justiça.
21. Implementação do Sistema Nacional de Investimento.
22. Implementação de um novo quadro de monitorização e avaliação.
23. Aprovação do plano de ação para a governação digital.

Reformas do quadro jurídico

24. Submissão ao Parlamento da Lei de bases do Emprego Público.
25. Revisão e implementação do quadro jurídico e das políticas de governação das empresas públicas e ERI.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades cabo-verdianas e o corpo técnico do FMI com respeito à definição das variáveis incluídas nas metas quantitativas e metas contínuas fixadas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), os principais pressupostos e os requisitos de relato do governo e do Banco de Cabo Verde ao longo dos três anos de vigência da linha de crédito ampliada (ECF).

TAXAS DE CÂMBIO DO PROGRAMA

1. **As taxas de câmbio do programa são utilizadas para formular e acompanhar os critérios quantitativos de desempenho.** Todos os ativos e passivos denominados em USD serão convertidos em escudos a uma taxa de câmbio do programa de CVE 98,8 por cada USD. Os ativos e passivos denominados em DES e em moedas estrangeiras que não em USD serão convertidos em USD às taxas de câmbio indicadas na Tabela 1:

Tabela 1. Cabo Verde: Taxas de câmbio do programa

Moeda	Taxas de câmbio do programa
CVE/USD	98,8
CVE/EUR	110,3
USD/GBP	1,34
USD/EUR	1,11
USD/JPY	0,01
SDR/USD	0,72

Fonte: Taxas de câmbio médias para o período de abril, WEO.

METAS QUANTITATIVAS E CONTÍNUAS

A. Limite mínimo do saldo primário do governo central

2. **O governo central engloba todas as unidades do governo central orçamental.** Não inclui o governo local (municípios), as unidades extraorçamentais, os fundos de segurança social e as empresas públicas.
3. **O saldo primário do governo central é definido como o total de receitas fiscais e não fiscais e donativos menos as despesas primárias,** e abrange as atividades governamentais líquidas de juros conforme especificado no orçamento. O saldo primário do governo central será medido como o fluxo acumulado no ano civil.

- As receitas são registadas quando os fundos são transferidos para uma conta de receitas do governo. As receitas fiscais são registadas líquidas das restituições de impostos.
- A despesa primária do governo central é registada em base de caixa e abrange as despesas correntes e de capital.

4. O limite mínimo do saldo primário será ajustado em sentido ascendente (descendente) pelo excedente (insuficiência) de desembolsos de donativos em relação à projeção de base.

Tabela 2. Cabo Verde: Donativos projetados no âmbito do programa (RIB)

Data	Donativos projetados no âmbito do programa e cumulativos desde o início do ano (em milhões de CVE)
30-Jun-22	675
30-Sep-22	890
31-Dec-22	3.982
31-Mar-23	182
30-Jun-23	623

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

5. Para fins de acompanhamento do programa, a Direção Nacional de Planeamento (DNP) do Ministério das Finanças transmitirá dados ao FMI mensalmente, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.

B. Limite mínimo acumulado das receitas fiscais do governo central

6. As receitas fiscais referem-se à arrecadação de impostos. Excluem todas as receitas da venda de ativos, os donativos e as receitas não fiscais. A fim de dimensionar o impacto das reformas de política fiscal e as melhorias na administração fiscal, o programa terá um limite mínimo para as receitas fiscais do governo central. A meta de receitas é calculada como o fluxo acumulado a partir do início do ano civil.

7. Para fins de acompanhamento do programa, a DNP do Ministério das Finanças transmitirá dados ao FMI mensalmente, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.

C. Limite máximo sobre outros passivos líquidos

8. Define-se os outros passivos líquidos como a soma dos depósitos do governo central, dos empréstimos às empresas públicas (EP) e municípios (reempréstimos), capitalização e outros ativos. O limite máximo dos outros passivos líquidos do governo central será medido como o montante acumulado no ano civil. Os depósitos são todos créditos, representados por

comprovantes de depósito, em instituições depositárias (inclusivamente o banco central). Os reempréstimos são definidos como os empréstimos internos e externos contraídos pelo governo central junto de outra instituição, cujo produto é reemprestado às empresas públicas. Os reempréstimos líquidos são definidos como o desembolso destes empréstimos menos o reembolso de empréstimos anteriores das empresas públicas ao governo central. A capitalização é definida como a injeção de capital ou a participação acionista pelo governo central em empresas, quando é prestado algum apoio financeiro para capitalizar ou recapitalizar estas empresas. Outros ativos incluem outras contas a receber/a pagar, como o crédito comercial e adiantamentos e outras rubricas diversas devidas a pagar ou a receber.

9. Para fins de acompanhamento do programa, a DNP do Ministério das Finanças transmitirá dados ao FMI mensalmente, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.

D. Não acumulação de atrasados de pagamentos internos

10. Como parte do programa, o governo não acumulará novos atrasados de pagamentos internos. Esta meta será acompanhada por intermédio da execução mensal do plano de tesouraria e a respetiva liberação das dotações orçamentais. Para fins de programação, considera-se que uma obrigação de pagamento interno junto a fornecedores esteja em atraso caso não tenha sido paga dentro do prazo normal de carência de 60 dias (30 dias no caso dos salários e do serviço da dívida) ou do prazo que tenha sido especificado na lei do orçamento ou no acordo firmado com o fornecedor, após a comprovação da entrega do bem ou serviço a acumulação, o pagamento, o reescalamento e a anulação dos atrasados de pagamentos internos durante o trimestre. Os dados serão fornecidos no prazo de seis semanas após o fim do trimestre.

11. Requisitos de relato. A DNP do Ministério das Finanças apresentará trimestralmente um mapa detalhado do stock dos atrasados de pagamentos internos, que também conterà dados sobre

E. Limite máximo do VA da nova dívida externa em condições concessionais do governo central

12. Contraída ou garantida pelo setor público com prazos de vencimento originais iguais ou superiores a um ano. O limite máximo aplica-se às dívidas contraídas ou garantidas cujo valor ainda não tenha sido recebido, incluindo a dívida privada para a qual tenham sido concedidas garantias públicas. A este limite aplica-se um ajustamento de até 5% do limite máximo da dívida externa fixado em termos de VA, caso os desvios em relação ao critério de desempenho do VA da nova dívida externa sejam motivados por uma alteração das condições de financiamento (juros, vencimento, período de carência, prazo de amortização, comissões iniciais, comissões de gestão) de uma dívida ou dívidas. O ajustamento não pode ser aplicado quando os desvios são motivados por

um aumento do montante nominal da dívida total contraída ou garantida.

13. A dívida pública externa (de curto, médio e longo prazo) é definida como a dívida para com não residentes contraída ou garantida pelo governo central. A dívida pública externa abrange a dívida externa do governo central e a dívida externa contraída pelas entidades do setor público oficial e empresas públicas e garantida pelo governo central.

14. A dívida será definida nos termos do parágrafo 8(a) das Diretrizes sobre a Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI que acompanham a Decisão n.º 15688-(14/107) do Conselho de Administração, adotada em 5 de dezembro de 2014.

a) Entende-se por “dívida” um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços em data(s) futura(s). Tais pagamentos quitarão passivos de capital e/ou juros decorrentes da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, sendo as principais:

(i) Empréstimos, ou seja, adiantamentos de dinheiro, ao devedor pelo credor com base num compromisso segundo o qual o devedor reembolsará os fundos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações, empréstimos comerciais e créditos ao comprador) e permutas temporárias de ativos equiparadas a empréstimos inteiramente garantidos, ao abrigo das quais o devedor tenha de pagar tais fundos e, normalmente, tenha de pagar juros, readquirindo a garantia ao comprador em data futura (como é o caso dos acordos de recompra e acordos oficiais de swap);

(ii) Créditos de fornecedor, ou seja, contratos através dos quais o fornecedor permite ao devedor diferir os pagamentos até uma data posterior à entrega dos bens ou à prestação dos serviços; e

(iii) Arrendamentos, ou seja, acordos através dos quais um locatário adquire o direito de uso de um imóvel por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do imóvel, enquanto o locador conserva o título do imóvel. Para efeitos destas orientações, a dívida é o valor atual (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos que devam ser feitos durante a vigência do acordo, excluindo os pagamentos referentes à operação, reparação ou manutenção do imóvel.

b) A definição de dívida apresentada neste parágrafo abrange também atrasados, multas e pagamentos de perdas e danos impostos por decisão judicial em razão do não cumprimento do pagamento ao abrigo de obrigações contratuais que constituem dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitui dívida segundo a definição utilizada (ou seja, pagamento contra entrega) não gera uma dívida.

15. Nos termos do programa, os limites máximos da dívida externa de médio e longo prazo, bem como da dívida externa de curto prazo em condições concessionais, constituem metas quantitativas. A cobertura do limite máximo da dívida externa em condições concessionais inclui empréstimos orçamentais, empréstimos a projetos e ao programa, bem como empréstimos de reempréstimo a empresas públicas, em conformidade com o programa orçamental. Para efeitos do programa, uma dívida é concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35% calculado da seguinte forma: o elemento de donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida¹. No caso de dívidas com um elemento de donativo igual ou inferior a zero, o VA será definido como equivalente ao valor nominal da dívida. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração. O reescalonamento e a reestruturação da dívida são excluídos dos limites à dívida externa concessional. A definição de dívida externa concessional de curto prazo exclui o financiamento normal de curto prazo (inferior a um ano) relacionado com as importações.

16. Para a dívida sujeita a uma taxa de juro variável na forma de uma taxa de juro de referência acrescida de um diferencial (spread) fixo, o VA da dívida será calculado com base numa taxa de referência do programa acrescida de um diferencial fixo (em pontos-base) especificado no contrato de dívida. A taxa de referência do programa para a LIBOR USD a seis meses é de 2,699% e permanecerá fixa pela duração do programa. O diferencial entre a Euro LIBOR a seis meses e a LIBOR USD é de -168 pontos-base. O diferencial entre a LIBOR GBP e a LIBOR USD a seis meses é de -80 pontos-base. Para as taxas de juro sobre as moedas que não o EUR, JPY e GBP, o diferencial em relação à LIBOR USD é de 100 pontos-base. Quando a taxa variável está indexada a uma taxa de juro de referência que não a LIBOR USD a seis meses, será acrescido um diferencial que reflete a diferença entre a taxa de referência e a LIBOR USD (arredondado para os 50 pontos base mais próximos). Tendo em conta a transição mundial prevista para o abandono da LIBOR, este MTE pode ser atualizado de modo a refletir as substituições relevantes do índice de referência (taxa de financiamento *overnight* garantida do USD – SOFR, média do índice *overnight* da libra esterlina – SONIA, EURIBOR e taxa média *overnight* do iene – TONAR) antes da eliminação completa, uma vez viável em termos operacionais.

17. Requisitos de relato. O governo de Cabo Verde consultará o corpo técnico do FMI antes de assumir quaisquer novas obrigações em circunstâncias em que haja incerteza sobre se o instrumento em questão se enquadra na meta quantitativa. Informações detalhadas sobre toda a dívida externa

¹O cálculo da concessionalidade tem em conta todos os aspetos do acordo de dívida, nomeadamente: vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissões iniciais e taxas administrativas.

nova (inclusive as garantias públicas), com indicação das condições e respetivos credores, serão transmitidas trimestralmente, o mais tardar seis semanas após o fim de cada trimestre.

F. Dívida externa em condições não concessionais contraída ou garantida pelo governo central

18. Nos termos do programa, os limites máximos da dívida externa de médio e longo prazo, bem como da dívida externa de curto prazo em condições não concessionais, constituem metas quantitativas. O limite máximo zero relativo à dívida externa em condições não concessionais é avaliado numa base contínua. Para efeitos do programa, uma dívida é não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35% calculado da seguinte forma: o elemento de donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. The PV of debt at the time of its contracting is calculated by discounting the future stream of payments of debt service due on this debt.¹ For debts with a grant element equal or below zero, the PV will be set equal to the nominal value of the debt. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração. O reescalamento e a reestruturação da dívida são excluídos dos limites à dívida externa em condições não concessionais. A meta quantitativa de nova dívida externa em condições não concessionais contraída ou garantida pelo governo central exclui os empréstimos do FMI. A definição de dívida externa em condições não concessionais exclui o financiamento normal de curto prazo (inferior a um ano) relacionado à importação. A linha de crédito preventiva do governo português (a “linha de crédito portuguesa”) de apoio à paridade cambial também é excluída da definição da dívida externa em condições não concessionais.

19. Requisitos de relato. O governo de Cabo Verde consultará o corpo técnico do FMI antes de assumir quaisquer novas obrigações em circunstâncias em que haja incerteza sobre se o instrumento em questão se enquadra na meta quantitativa. Informações detalhadas sobre toda a dívida externa nova (inclusive as garantias públicas), com indicação das condições e respetivos credores, serão transmitidas trimestralmente, o mais tardar seis semanas após o fim de cada trimestre.

G. Reservas internacionais brutas do banco central

20. O limite mínimo do stock de reservas internacionais brutas (RIB) do BCV é uma meta quantitativa no âmbito do programa. As RIB do BCV são definidas como as reservas internacionais brutas do BCV que incluem os ativos que estão prontamente disponíveis (ou seja, líquidas e comercializáveis, e livres de penhoras ou ónus) e são controladas e detidas pelo BCV para fins de atendimento das necessidades da balança de pagamentos e intervenção nos mercados cambiais. Incluem o ouro, detenções de DES, a posição de reserva no FMI, detenções de divisas e em cheques de viagem, depósitos à ordem e de curto prazo em bancos estrangeiros no estrangeiro, depósitos a

prazo fixo no estrangeiro que podem ser liquidados sem penalização, e as detenções de títulos com grau de investimento. Os limites mínimos do programa para as RIB serão ajustados para menos:

- Pelos desvios acumulados para mais no serviço da dívida externa relativamente aos pressupostos do programa.
- Pelo desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos a projetos e em apoio ao orçamento em relação aos pressupostos do programa. Para fins de cálculo dos fatores de correção do programa, esses fluxos serão avaliados às taxas de câmbio correntes.

21. Requisitos de relato. O BCV transmitirá mensalmente um mapa sobre as RIB, com um desfasamento máximo de quatro semanas.

Tabela 3. Cabo Verde: Serviço da dívida externa projetado no âmbito do programa (RIB)

Data	Serviço da dívida externa projetado no âmbito do programa e cumulativos desde o início do ano (em milhões de CVE)
30-Jun-22	5.665
30-Sep-22	9.281
31-Dec-22	11.226
31-Mar-23	3.665
30-Jun-23	6.445

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 4. Cabo Verde: Assistência financeira externa e empréstimos a projetos e em apoio ao orçamento projetados no âmbito do programa

Data	Assistência financeira externa e empréstimos a projetos e em apoio ao orçamento projetados no âmbito do programa e cumulativos desde o início do ano (em milhões de CVE)
30-Jun-22	4.800
30-Sep-22	11.078
31-Dec-22	18.315
31-Mar-23	1.096
30-Jun-23	6.511

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

H. Não acumulação de atrasados de pagamentos externos

22. Como parte do programa, o governo não acumulará novos atrasados de pagamentos externos. Esta será uma meta contínua no âmbito do programa. Esta meta será acompanhada por intermédio da execução mensal do plano de tesouraria e a respetiva liberação das dotações orçamentais.

23. Os atrasados de pagamentos externos para fins de monitoramento do programa são definidos como o valor do serviço da dívida externa devida e não pago dentro do prazo contratualmente acordado, sujeito a qualquer período de carência aplicável, incluindo juros contratuais e atrasados. Os atrasos resultantes do não pagamento do serviço da dívida para os quais tenha sido acordado um quadro de apuramento ou um acordo de reescalonamento são excluídos desta definição.

24. Requisitos de relato. A DNP do Ministério das Finanças transmitirá trimestralmente dados sobre: i) os pagamentos do serviço da dívida e ii) a acumulação e o pagamento de atrasados externos, o mais tardar no prazo de seis semanas após o fim de cada trimestre. Além disso, o governo informará o FMI imediatamente de qualquer acumulação de atrasados externos.

I. Limite mínimo das despesas sociais do governo central

25. O limite mínimo das despesas sociais do governo central é uma meta indicativa ao abrigo do programa. O limite mínimo aplica-se apenas às despesas incorridas pelo governo central com os planos e projetos descritos a seguir, cujo objetivo é gerar um impacto positivo na educação, a saúde e a proteção social, excluindo a componente ordenados e salários.

26. Para o acompanhamento do programa, os dados serão apurados em bases cumulativas ao longo do exercício e serão transmitidos trimestralmente pela DNP, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.

OUTROS REQUISITOS EM MATÉRIA DE DADOS E AVALIAÇÃO DA REALIZAÇÃO DAS METAS DE REFORMA

27. Os dados sobre os volumes e preços das exportações e importações, compilados pela Direção das Alfândegas e pelo BCV, serão transmitidos numa base trimestral, o mais tardar cinco semanas após o fim de cada trimestre. Uma balança de pagamentos preliminar trimestral, compilada pelo BCV, será transmitida o mais tardar seis semanas após o fim de cada trimestre.

28. Os ganhos/perdas de detenção obtidos durante o exercício anterior com a ASA, Electra, EMPROFAC, ENAPOR, e IFH e registados na Demonstração de Outros Fluxos Económicos, conforme definido nas edições de 2001 ou de 2014 do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas

do FMI, serão reportados anualmente, o mais tardar três meses após o fim do ano seguinte (15 meses após a data de encerramento).

29. O balanço consolidado da ASA, Electra, EMPROFAC, ENAPOR e IFH em relação ao exercício anterior será transmitido anualmente, o mais tardar três meses após o final do ano seguinte (15 meses após a data de encerramento).

30. Anúncio prévio de um calendário para a meta de reforma dos leilões de TIM e de TRM. Esta meta de reforma será avaliada como cumprida quando os anúncios prévios forem publicados no sítio Web do banco central.

31. Introdução de um indicador composto da meta da reforma da atividade económica. Esta meta de reforma será avaliada como cumprida quando o banco central tiver publicado o indicador composto.

32. Realização de um estudo exaustivo sobre as perdas e provisões de empréstimos no termo da moratória de crédito, em junho de 2022. Esta meta de reforma será avaliada quando o estudo estiver concluído e publicado.

33. Desenvolvimento de um quadro comum para a resolução dos créditos mal parados relacionados com a crise. Esta meta de reforma será avaliada como cumprida quando o quadro comum estiver concluído e publicado. O quadro comum está a ser desenvolvido em conjunto pelo BCV e pelo Banco Mundial.



CABO VERDE

PEDIDO DE UM ACORDO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO AMPLIADA – ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

3 de junho de 2022

Aprovada por
**Costas Christou (AFR) e
Johannes Wiegand (SPR),
Marcello Estevão e Abebe
Adujna (AID)**

Elaborada pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento

Cabo Verde: Análise conjunta da sustentabilidade da dívida Banco Mundial-FMI	
Risco de sobre-endividamento externo	Moderado
Risco de sobre-endividamento global	Alto
Granularidade na notação do risco	Sustentável
Aplicação de julgamento	Não

O risco de sobre-endividamento global permanece elevado, mantendo-se inalterado em relação à Análise Conjunta da Sustentabilidade da Dívida (ASD) do Banco Mundial/FMI de outubro de 2020.¹ Por seu turno, o risco de sobre-endividamento externo é moderado, o que constitui uma melhoria face à última ASD. O rácio entre o valor atual (VA) da dívida externa pública e com garantia pública (PGP) e o PIB infringe o seu limiar apenas em 2022 no cenário de base e de forma prolongada nos cenários de teste de stress. A infração no cenário de base dura menos do que na última ASD devido ao rebaseamento do PIB. Os indicadores de liquidez (os rácios serviço da dívida/receitas e serviço da dívida/exportações) mantêm-se bem abaixo dos respetivos limiares no cenário de base, refletindo a natureza bastante concessional da dívida externa de Cabo Verde. O rácio VA da dívida pública total/PIB deverá infringir o limiar durante 2022–28 no cenário de base e nos cenários de teste de stress; ao mesmo tempo, considera-se que as perspetivas para a dívida externa e dívida global são sustentáveis e assentam em vários pressupostos, incluindo a continuação da recuperação da atividade económica em 2022, o regresso à trajetória de consolidação orçamental que se verificava antes da pandemia, assim como a retoma das reformas estruturais, nomeadamente a reestruturação das empresas públicas a fim de reduzir os riscos orçamentais (incluindo aqueles decorrentes dos passivos contingentes) e melhorar o ambiente de negócios. Para assegurar a sustentabilidade da dinâmica da dívida ao longo do tempo são essenciais políticas prudentes de endividamento através da contração sobretudo de empréstimos externos concessionais e do reforço da gestão da dívida, assim como medidas para melhorar o funcionamento do mercado de títulos do Tesouro. Tendo em conta a vulnerabilidade de Cabo Verde a choques exógenos, também é necessário continuar a realizar progressos em matéria de diversificação das exportações e do produto para garantir a sustentabilidade da dívida a longo prazo.

¹Cabo Verde apresenta uma capacidade de endividamento “forte” tal como na última ASD com uma pontuação do índice composto de 3,23, com base no WEO de outubro de 2021 e na CPIA de 2020.

PERÍMETRO DA DÍVIDA PÚBLICA

1. O perímetro da dívida pública está em linha com a ASD anterior (Tabela 1). Em conformidade com as contas orçamentais, os fundos da segurança social e os governos locais não estão incluídos na ASD, enquanto a cobertura dos fundos extraorçamentais se centra no apoio do governo às empresas públicas através de empréstimos de retrocessão e operações de capitalização. As garantias do Estado associadas a financiamento externo das empresas públicas estão incluídas no stock da dívida no cenário de base, mas a dívida interna com garantia pública e a dívida sem garantia das empresas públicas não estão incluídas. Prosseguem os esforços para alargar o perímetro da dívida do setor público, incluindo ao abrigo de um projeto do Banco Mundial centrado nas empresas públicas.² A dívida externa é definida com base no critério de residência.

2. Os esforços recentes para melhorar a qualidade e a cobertura dos dados da dívida pública surtiram efeito. No âmbito do programa apoiado pelo FMI, as autoridades introduziram um novo sistema para o registo e a monitorização da dívida, que possibilitou a divulgação de informações sobre a dívida pública de forma mais rigorosa e atempada. Tal deve ajudar a melhorar a qualidade e a prontidão dos dados disponíveis para as autoridades para fins de planeamento e gestão da dívida.

3. O teste de stress do passivo contingente é alterado para refletir as lacunas no perímetro da dívida acima referidas (Tabela 1). Em primeiro lugar, o choque padrão de 0% do PIB para as componentes do governo geral não captadas no stock da dívida do cenário de base sobre para 0,2% do PIB para ter em conta a dimensão da dívida interna dos governos locais com garantia pública. O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) apresenta uma situação financeira robusta, com um risco orçamental mínimo, e o teste de stress do passivo contingente não carece de ajustamentos para a sua exclusão. Em segundo lugar, o choque padrão de 2% do PIB para a dívida das empresas públicas sobe para 26,4% do PIB para refletir as vulnerabilidades associadas ao³ financiamento interno com garantia pública das empresas ELECTRA, TACV, IFH, ENAPOR, NEWCO, CERMI que se cifra em 20,8 mil milhões de CVE no final de 2021 (10,4% do PIB); e à dívida interna sem garantia das empresas públicas deficitárias que totaliza 34,3 mil milhões de CVE (cerca de 16% do PIB).⁴ Em terceiro lugar, o choque padrão de 1,1% do PIB mantém-se para as parcerias público-privadas (PPP). Em quarto lugar, tendo em conta que a maioria dos bancos são detidos por estrangeiros e estão bem capitalizados, o setor financeiro de Cabo Verde não apresenta vulnerabilidades significativas que justifiquem um ajustamento em alta do valor mínimo padrão de 5% do PIB para o choque do mercado financeiro.

²O Banco Mundial, através de medidas de desempenho e política, ao abrigo do Quadro de Financiamento Sustentável, apoia os esforços para expandir o perímetro da dívida. Mais especificamente, o perímetro do boletim trimestral sobre a dívida será alargado a fim de incluir a dívida das empresas públicas, o fundo de previdência social e a dívida garantida dos municípios.

³Os empréstimos com garantia do Estado contraídos pelos municípios junto do sistema bancário ascenderam a 359 milhões de CVE no final de dezembro de 2021 (Ver Tabela 2 do texto para mais detalhes).

⁴O stock total de dívida pública não garantida ascendeu a 80,0 mil milhões de CVE no final de 2019, do qual 34,3 mil milhões de CVE representavam empréstimos contraídos por oito empresas públicas que tinham registado resultados negativos em 2019 (ELECTRA, TACV, ICV, SCS, FIC, EHTCV, APN e LEC). Ainda não estão disponíveis os dados para 2020 e 2021.

Tabela 1. Cabo Verde: Perímetro da dívida do setor público e desenho do teste de stress de passivos contingentes

Subsetores do setor público	Subsetores abrangidos
1 Governo central	X
2 Governos estaduais e locais	
3 Outros elementos na administração pública	
4 d/q: Fundo da segurança social	
5 d/q: Fundos extra-orçamentais	X
6 Garantias (a outras entidades nos setores público e privado, incl. empresas públicas)	X
7 Banco central (empréstimos contraídos em nome do Governo)	X
8 Dívida não garantida das empresas públicas	

Perímetro da dívida pública e magnitude do teste de stress personalizado sobre passivos contingentes

1 Cobertura da dívida pública do país	Governo central, fundos extra-orçamentais, banco central e dívida com garantia pública		
	Padrão	Usado para a análise	Razões para desvios às definições padrão
2 Outros elementos da administração pública não captados em 1.	0 % do PIB	0,2	Para refletir as vulnerabilidades associadas à dívida interna com garantia e sem garantia.
3 Dívida de empresas públicas (garantida e não garantida pelo governo) 1/	2 % do PIB	26,4	
4 Parcerias público-privadas (PPP)	35 % do stock de PPP	1,1	
5 Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)	5 % do PIB	5	
Total (2+3+4+5) (em percentagem do PIB)		32,7	

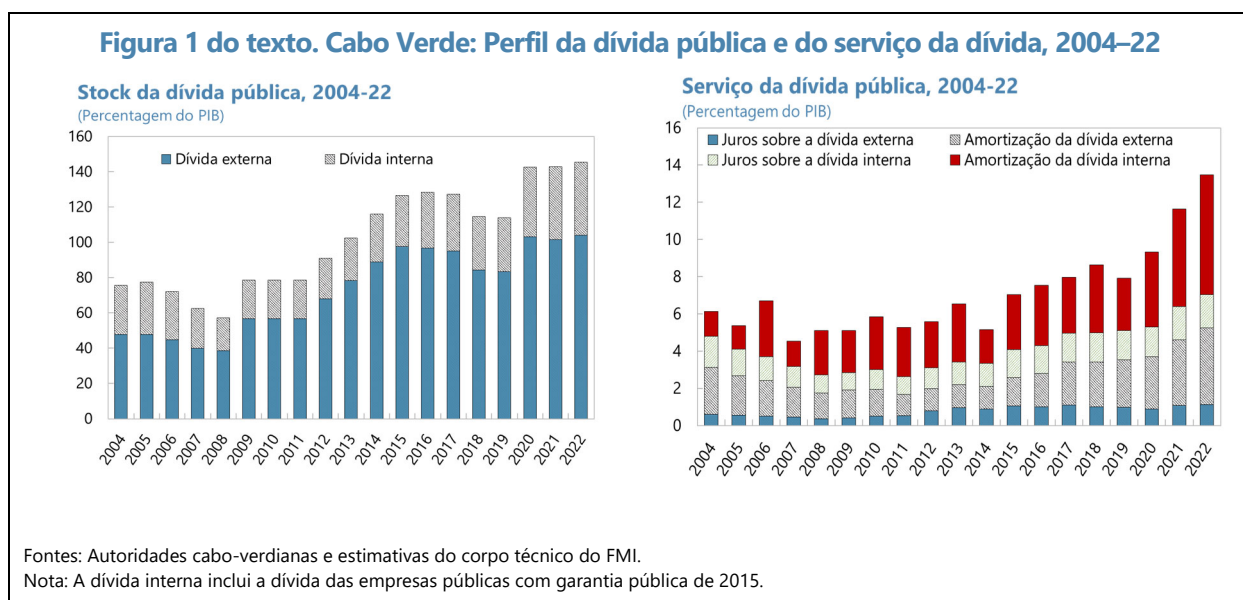
1/ O choque padrão de 2% do PIB será acionado no caso de países cuja dívida com garantia pública não seja totalmente capturada pela definição de dívida pública do país (1.). Se já estiver incluída na dívida do governo (1.) e os riscos associados à dívida das empresas públicas sem garantia pública forem avaliados como desprezíveis, a equipa responsável pelo país poderá reduzir este valor para 0%.

CONTEXTO

A. Evolução e composição da dívida pública

4. Antes da crise da Covid-19, Cabo Verde registou um crescimento robusto impulsionado pelo dinamismo do setor do turismo e beneficiou de reformas estruturais, sobretudo no setor das empresas públicas. Entre 2016 e 2019, o PIB cresceu, em média, 4,7% (3,4% em termos *per capita*). As condições mundiais favoráveis, associadas a importantes reformas estruturais, centradas sobretudo no setor das empresas públicas, apoiaram o crescimento. Os esforços de privatização do Governo contribuíram para o aumento da confiança dos investidores e consumidores. A dívida pública diminuiu do seu valor máximo de 128,4% do PIB em 2016 para 115% em 2019. Em 2019, a taxa de pobreza era 10,2% (usando a referência de 3,2 USD por dia, PPC de 2011).

5. A pandemia da Covid-19 contribuiu para um aumento considerável dos níveis da dívida pública externa e global. O total da dívida do setor público atingiu 143% do PIB no final de 2021, o que constitui uma subida face a 114% em 2019 (Figura 1 do texto). O grande incremento no rácio da dívida refletiu o declínio considerável no nível do produto e um maior défice do setor público de 7,3% do PIB, financiado, em grande parte, por via de um aumento dos empréstimos concessionais externos sobretudo junto de instituições multilaterais, a fim de atenuar as consequências económicas da pandemia. Reconhecendo a gravidade da crise e não obstante os limitados amortecedores de política, as autoridades implementaram, de forma célere, medidas para conter e atenuar o impacto da pandemia, entre as quais, uma ampla campanha de vacinação. À data de abril de 2022, o país tinha uma das taxas de vacinação mais altas em África.⁵ A retoma da atividade económica em 2021 resultou numa diminuição da taxa de pobreza para 12,3%.



⁵Aproximadamente 74% da população adulta elegível recebeu duas doses, cerca de 77% dos jovens elegíveis receberam pelo menos uma dose e 15,8% dos adultos elegíveis receberam doses de reforço.

6. A dívida pública externa de Cabo Verde é altamente concessional (Tabela 1 do texto). As instituições multilaterais são os principais credores, sendo que o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento representam cerca de 27,3% da dívida pública externa, ao passo que Portugal é o principal credor bilateral.⁶ O custo do serviço da dívida é modesto com uma taxa de juro média de cerca de 1% e uma maturidade média de cerca de 30 anos. O risco cambial é baixo graças ao regime de paridade cambial, com a avaliação externa a indicar uma subvalorização e uma posição confortável das reservas cambiais.

Tabela 1 do texto. Cabo Verde: Perfil da dívida externa por tipo de credor, 2021

	Percentagem do PIB	Percentagem da dívida externa	Maturidade média (em anos)	Taxa de juro média
Multilateral	55	54,2	27,9	0,94%
Bilateral	20,8	20,5	18,9	1,01%
Comercial	25,9	25,3	20,0	1,59%

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

7. A dívida interna é composta sobretudo por títulos do Tesouro de médio e longo prazo. No final de 2021, a dívida interna representava 29% do total da dívida pública (Figura 1 do texto), sendo composta principalmente por obrigações do Tesouro (98%) com uma maturidade média e uma taxa de juro média de cerca de 7 anos e 4,5% respetivamente. Os bancos comerciais detêm 53,6% dos títulos do Tesouro público, com as sociedades não bancárias a deterem 46,4% dos quais o Instituto Nacional de Previdência Social representa 22%.

8. O serviço da dívida externa e da dívida pública total parece controlável. O rácio do serviço da dívida pública externa em relação às exportações atingiu 18,6% em 2021, refletindo o declínio nas exportações devido ao choque da Covid-19. O rácio deverá aumentar em 2022 e, depois, iniciar uma trajetória descendente em linha com a recuperação da atividade económica. O rácio serviço da dívida pública externa/receitas subiu para 16% em 2020 e aumentou ainda mais para 22% em 2021, sendo que deverá situar-se, em média, em 18% a médio prazo e diminuir daí em diante. O serviço da dívida pública total absorveu cerca de 41% das receitas e donativos em 2022 e este valor deverá subir para aproximadamente 49% em 2024 para depois diminuir constantemente.

9. A dívida com garantia pública ascendeu a 23,3 mil milhões de CVE (11,9% do PIB) no final de 2021 (Tabela 2 do texto). A garantia estatal é concedida principalmente para a dívida interna das empresas públicas. Relativamente a 2021, o stock da dívida interna com garantia pública consiste sobretudo em passivos da ELECTRA, ENAPOR, IFH, TACV, NEWCO e CERMI perante o sistema bancário nacional e em empréstimos contraídos por alguns municípios.⁷ Após 2019, a TACV e a NEWCO são as maiores beneficiárias de garantias.⁸

⁶Os empréstimos comerciais dizem respeito, sobretudo, a dívida contraída junto do banco português Caixa Geral de Depósitos (CGD) em condições favoráveis: uma maturidade média de 20 anos e uma taxa de juro média de 1,55%.

⁷O Decreto-lei n.º 42 de 29 de junho de 2018, que clarificou as entidades que podem beneficiar de garantias e sob que condições, rege a emissão e a gestão das garantias do Estado. Também reduziu a burocracia ao dar competência ao Ministério das Finanças para autorizar garantias até ao montante de 50 milhões de CVE.

⁸Calcula-se que as necessidades de financiamento anual da TACV, após a sua nacionalização em julho de 2021, sejam de 1% do PIB e têm sido supridas através de operações de capitalização direta e empréstimos internos com garantia do Estado.

Tabela 2 do texto. Cabo Verde: Dívida com garantia pública, 2018–2021

	2018			2019			2020			2021		
	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida
Dívida externa (A)	1.674	0,8	100,0	395	0,2	100,0	1.913	1,1	100,0	2.502	1,3	100,0
contraída por empresas públicas	1.674	0,8	100,0	395	0,2	100,0	1.913	1,1	100,0	2.502	1,3	100,0
contraída por entidades privadas	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0	0,0
Dívida interna (B)	11.077	5,5	100,0	13.843	6,5	100,0	15.369	8,5	100,0	20.832,4	10,6	100,0
contraída por governos locais	396	0,2	3,6	363	0,2	2,6	356	0,2	2,3	359	0,2	1,7
contraída por empresas públicas	10.681	5,3	96,4	13.473	6,3	97,3	15.004	8,3	97,6	20.474	10,4	98,3
contraída por entidades privadas	0	0,0	0,0	8	0,0	0,1	9	0,0	0,1	0	0,0	0,0
Dívida total com garantia pública (A+B)	12.751	6,3		14.238	6,7		17.283	9,6		23.335	11,9	

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e cálculos do corpo técnico do FMI.

10. A série histórica da dívida externa privada derivada dos dados da posição de investimento internacional (PII) indica um stock de cerca de 15,3% do PIB no final de 2021.

A dívida privada inclui tanto a dívida externa bancária como não bancária.

11. Cabo Verde participou na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla inglesa) do G-20. A DSSI é um exercício neutro em termos de valor atual líquido (VAL) que se destina a providenciar aos países elegíveis alívio em matéria de liquidez, entre maio de 2020 e dezembro de 2021, para que possam redirecionar os recursos no contexto da resposta à pandemia da Covid-19. A DSSI concedeu cerca de 15,4 milhões de USD em alívio do serviço da dívida, incluindo 2,9 milhões de USD em juros em 2020. O G-20 prolongou a DSSI até ao final de 2021, o que proporcionou um alívio adicional do serviço da dívida no valor de 45,9 milhões de USD. Portugal concordou em conceder um alívio do serviço da dívida complementar em 2022 no valor de 1,3 milhões de USD. O alívio do serviço da dívida decorrente da DSSI está captado no cenário de base. Os reembolsos para assegurar a neutralidade do VAL irão ocorrer ao longo do período 2022-25, cifrando-se, em média, em cerca de 15 milhões de USD por ano.

B. Perspetivas e principais pressupostos macroeconómicos

12. Em comparação com a última ASD (outubro de 2020), os pressupostos macroeconómicos subjacentes às projeções foram ajustados a fim de refletir os efeitos persistentes da pandemia e o impacto da crise entre a Ucrânia e a Rússia. A guerra na Ucrânia aumentou as pressões inflacionistas e reduziu as perspetivas de crescimento em 2022, evidenciando a vulnerabilidade estrutural do país a choques externos. Os principais canais de transmissão são o aumento dos preços do petróleo e dos produtos alimentares a nível internacional. Como Cabo Verde importa cerca de 80% dos produtos de consumo, os preços no mercado interno aumentaram em linha com a evolução internacional. As autoridades anunciaram um pacote de medidas para ajudar a atenuar o impacto do aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares junto da população mais vulnerável. Entre estas medidas estão a redução do IVA na eletricidade de 15% para 8% e o aumento da tarifa social de energia de 30% para 50% que beneficia as famílias pobres.

13. O nível do PIB foi revisto em linha com a conclusão do rebaseamento das estatísticas das contas nacionais de 2007 para 2015. Os dados publicados indicam um PIB nominal cerca de 10% superior às estimativas anteriores, o que reflete uma avaliação mais rigorosa do setor dos serviços.

14. As projeções do crescimento do PIB real a médio e longo prazo deverão ser inferiores em comparação com aquelas incluídas na última ASD publicada (Relatório Nacional do FMI n.º 20/297) (Tabela 3 do texto). O crescimento do PIB real contraiu 14,8% em 2020 devido ao impacto da pandemia da Covid-19. Calcula-se que o crescimento económico tenha recuperado para 7% em 2021. A economia deverá crescer 4% em 2022 (uma revisão em baixa face à projeção anterior de 6% em virtude do impacto da guerra na Ucrânia) e, a partir daí, deverá estabilizar em torno do potencial para refletir a recuperação mais gradual do produto perdido com a pandemia (Tabela 3 do texto). Ao crescimento económico relativamente tímido no curto prazo deverá seguir-se uma atividade económica mais robusta a médio prazo sustentada pela recuperação do setor do turismo à medida que o impacto da pandemia se dissipa gradualmente e que a cobertura da vacinação reforça a confiança na capacidade de Cabo Verde sair da pandemia.

15. O crescimento a médio e longo prazo será apoiado pela implementação bem-sucedida das reformas estruturais destinadas a melhorar a eficiência do setor público, o ambiente de negócios e o acesso a financiamento. As autoridades encontram-se a elaborar uma nova estratégia de desenvolvimento quinquenal baseada no plano de desenvolvimento a longo prazo recentemente completado (Cabo Verde Ambição 2030). Entre as áreas prioritárias incluem-se: i) concluir as reformas do setor empresarial do Estado, incluindo por via da privatização e da melhoria da eficiência das empresas públicas; ii) promover a diversificação aproveitando o potencial da economia azul; iii) reduzir a informalidade; e iv) facilitar o acesso a financiamento, sobretudo às pequenas e médias empresas. A implementação das principais reformas será apoiada tanto por assistência técnica e investimento do Banco Mundial como pelo novo acordo da ECF.

Tabela 3 do texto. Cabo Verde: Pressupostos para os principais indicadores económicos, 2022–42

	2022	2023	2024	2025	2026	2027-31	2032-42
	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Crescimento do PIB real							
ASD atual	4,0	4,8	5,7	5,5	5,0	4,5	4,5
2ª avaliação do PCI de 2020	4,8	5,7	6,0	6,2	5,5	5,5	5,5
Deflator do PIB							
ASD atual	4,5	2,6	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
2ª avaliação do PCI de 2020	1,4	1,5	1,6	1,7	1,8	1,8	2,0
Saldo orçamental (incl. donativos)							
ASD atual	-6,3	-5,6	-4,0	-2,1	-0,9	-1,1	-2,9
2ª avaliação do PCI de 2020	-3,7	-1,8	-0,8	0,0	-0,2	0,1	0,3
Necessidades de financiamento gerais (incl. empréstimos de retrocessão)							
ASD atual	-7,0	-6,1	-4,1	-2,3	-1,1	-1,1	-2,9
2ª avaliação do PCI de 2020	-3,9	-2,0	-1,0	-0,2	-0,2	0,1	0,3
Saldo da conta corrente (incl. donativos)							
ASD atual	-14,1	-6,2	-5,9	-4,7	-4,6	-3,8	-3,4
2ª avaliação do PCI de 2020	-6,4	-4,1	-2,1	-1,8	-1,4	-0,9	-0,9
Rácio dívida total/PIB							
ASD atual	145,9	139,7	132,5	124,0	116,2	98,9	76,1
2ª avaliação do PCI de 2020	130,0	122,8	114,9	106,3	98,9	79,4	46,1
Taxa de câmbio Cv\$/USD (final do ano)							
ASD atual	98,5	96,9	95,8	95,0	94,5	94,2	94,2
2ª avaliação do PCI de 2020	93,1	93,0	93,0	93,1	93,1	93,1	93,1

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

- *Crescimento do PIB real.* O crescimento do PIB real de Cabo Verde deverá situar-se em 4% em 2022 e 4,8% em 2023. O produto real deverá convergir para o nível anterior à pandemia em 2024, ao passo que a taxa de crescimento deverá descer para cerca de 5% até 2027. A longo prazo, o crescimento do PIB real deverá estabilizar nos 4,5%.⁹
- *Serviços turísticos.* O quadro assume uma recuperação gradual inicial do setor do turismo de forma a atingir o nível anterior à pandemia em 2029. O impacto da crise entre a Rússia e a Ucrânia deverá abalar o ritmo da recuperação no curto prazo. Porém, o recente aumento da capacidade hoteleira decorrente da abertura de novos hotéis irá apoiar um crescimento sustentado nas chegadas de turistas a médio e longo prazo.
- *Inflação.* A inflação deverá subir para 6,5% em 2022 em linha com o recente aumento dos preços dos combustíveis e das matérias-primas, devido ao impacto da crise entre a Rússia e a Ucrânia. Relativamente ao resto do período de projeção, a inflação deverá diminuir gradualmente para chegar a 2% em 2024, em linha com as previsões da área do euro.
- *Défice do setor público.* O atual quadro inscreve-se numa trajetória de consolidação orçamental ligeiramente mais demorada, mas ainda assim ambiciosa e firme. Calcula-se que o défice orçamental global tenha melhorado ligeiramente passando de 9,1% do PIB em 2020 para 7,3% do PIB em 2021, sendo que deverá diminuir ainda mais para 6,3% do PIB em 2022. A posição orçamental deverá melhorar gradualmente para um excedente de cerca de 1% do PIB em 2027. Pressupõe-se que, no curto e médio prazo, o esforço orçamental seja sustentado pelo reforço da mobilização das receitas internas e pela contenção da despesa com a eliminação gradual das despesas relacionadas com a Covid-19. Várias medidas do lado da receita, o alargamento da fatura eletrónica a, pelo menos, 50% dos contribuintes de IVA, o aumento do imposto sobre o tabaco e a concessão do serviço público aeroportuário deverão impulsionar a arrecadação de receitas. O ajustamento orçamental será implementado com salvaguardas para proteger e alargar o apoio aos mais vulneráveis. A melhoria esperada no saldo primário que passa de um défice de 5,1% do PIB em 2021 para um excedente de cerca de 1% do PIB até 2026, conjugada com a redução do apoio financeiro do Estado às empresas públicas refletindo os esforços contínuos de reforma trariam o financiamento total para cerca de 1,2% do PIB até 2026.
- *Défice de conta corrente.* Por comparação com a ASD anterior, o défice de conta corrente externa deverá situar-se acima de 3% do PIB entre 2022 e 2026. O cenário de base assume um défice de conta corrente de 14,1% em 2022 e 6,2% em 2023. Tal reflete o impacto prolongado da pandemia, o efeito do aumento dos preços dos combustíveis e das matérias-primas, assim como os consideráveis investimentos em curso no setor do turismo. O défice de conta corrente deverá descer para cerca de 4,2% do PIB em 2027, sustentado pela continuação da recuperação pujante do setor do turismo e pelo crescimento constante das remessas. O forte desempenho das exportações e o incremento das remessas, juntamente com o aumento das entradas de IDE e de financiamento do FMI ao abrigo da ECF contribuiriam para manter as reservas internacionais em cerca de 5 meses de importações projetadas.

⁹A taxa histórica média de crescimento a longo prazo (1980-2000) foi 4,7% e 5,2% caso se exclua o ano de 2020, enquanto a taxa média de crescimento nos cinco anos anteriores à pandemia se situou em 4%.

16. A ASD assume uma matriz de financiamento coerente com uma estratégia de endividamento prudente, que incide, a curto prazo, no financiamento externo em termos concessionais, com a proporção da dívida interna a manter-se, em geral, estável representando cerca de 30% da dívida total. O financiamento para o orçamento de Estado retificativo de 2022 será obtido principalmente por via de donativos e empréstimos concessionais e semi-concessionais, sobretudo junto de instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, outros parceiros bilaterais e por meio da utilização da recente alocação de DSE. Em 2022, o financiamento multilateral e bilateral a título de apoio orçamental deverá ascender a 43,8 milhões de USD, ou seja, 2,2% do PIB. A ASD tem como premissa a continuação do apoio externo em termos concessionais no curto e médio prazo, mas assume uma mudança muito gradual para recursos menos concessionais no longo prazo, incluindo empréstimos semi-concessionais (com um elemento de donativo inferior a 35%) e empréstimos não concessionais limitados, em linha com o estatuto de Cabo Verde na qualidade de país de rendimento médio. O perfil da dívida interna assume emissões de obrigações com maturidades, no mínimo, de 4 anos que representariam 96% do stock da dívida interna no médio prazo, em linha com o perfil da carteira de dívida interna no final de 2021. A taxa de juro média é 1% para os bilhetes do Tesouro e 4% e 5% para as obrigações de curto prazo e as obrigações de médio e longo prazo, respetivamente. Estas projeções estão sujeitas a riscos associados a um endurecimento da política monetária para conter as pressões inflacionistas que poderá afetar toda a curva de rendimentos. Por fim, as autoridades utilizaram 32 milhões de USD (1,5% do PIB) da recente alocação de DSE para financiar os orçamentos de 2022 e 2023.

17. As ferramentas para avaliar o realismo do cenário de base sinalizam alguns desvios da tendência histórica, que são explicados em seguida.

- As ferramentas de realismo indicam que a trajetória de ajustamento orçamental é ambiciosa, mas o corpo técnico considera que é exequível através de um conjunto de medidas que incluem o reforço da mobilização das receitas internas, a contenção da despesa e a redução das despesas relacionadas com a Covid-19 de 1,8% do PIB em 2021 para 1,6% do PIB em 2022. A trajetória proposta de ajustamento do saldo primário de cerca de 3,6% do PIB ao longo do período 2022-2024 encontra-se no quartil superior da distribuição histórica para os países de baixos rendimentos. Contudo, as autoridades identificaram várias medidas de política que, de acordo com os seus cálculos, podem gerar quase 1% do PIB em receitas adicionais (explicado ao pormenor no pedido da ECF). A aplicação das medidas de política de uma só vez estabelece uma base sólida para o governo central alcançar o seu objetivo de redução do défice orçamental para 4% do PIB até 2024. O ajustamento será sustentado por um crescimento relativamente robusto no curto prazo, superior à média histórica anterior à pandemia, uma vez que o quadro antecipa uma recuperação constante e forte da pandemia da Covid-19. As ferramentas de realismo da ASD não identificam quaisquer outros sinais de otimismo excessivo em termos de grandes variações no investimento ou nas contribuições para o crescimento por comparação com as ASD anteriores (Figura 4). As ferramentas para avaliar o realismo do cenário de base não sinalizam desvios significativos e sistemáticos da tendência histórica.
- Vetores da dinâmica da dívida (Figura 3). Os contributos dos fluxos geradores de dívida anteriores e projetados para a dinâmica da dívida externa e total PGP diferem. As taxas de juro

deverão contribuir positivamente para a acumulação de dívida externa PGP, em linha com a tendência histórica, enquanto as variações nos preços e na taxa de câmbio deverão exercer uma pressão descendente sobre a acumulação da dívida, também em linha com a tendência histórica. Relativamente à dívida pública total, a contribuição projetada do crescimento do PIB real para a redução da dívida pública é consideravelmente superior quando comparada com a evolução histórica a cinco anos, refletindo uma previsão de recuperação dos efeitos da Covid-19 mais forte no curto prazo. A prossecução dos esforços de consolidação orçamental e a reestruturação das empresas públicas irão limitar o contributo do défice primário para a acumulação de dívida pública em relação à tendência observada nos últimos cinco anos. As evoluções imprevistas na conta corrente/preços e taxas de câmbio foram as principais justificações para os anteriores erros de previsão das dinâmicas da dívida.

- Coerência entre o ajustamento orçamental e o crescimento (Figura 4). A trajetória prevista de crescimento para 2022 e 2023 está em linha com as projeções baseadas nos multiplicadores. O realismo do ajustamento esperado depende do compromisso das autoridades para com a prossecução da consolidação orçamental e a reestruturação do setor empresarial do Estado. Também é sustentado por uma forte recuperação inicial na atividade económica dos efeitos da pandemia, em virtude de uma atividade pujante nos setores do turismo e dos transportes. De igual modo, as reformas que visam transformar Cabo Verde numa plataforma para os transportes aéreos e marítimos a médio prazo, tal como previsto no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS), deverão impulsionar ainda mais o crescimento.
- Coerência entre o investimento público e o crescimento (Figura 4). A ferramenta de realismo mostra que, à semelhança dos números históricos, a contribuição do investimento público para o crescimento do PIB real continua a ser irrelevante tanto nas ASD anterior como na atual, refletindo, sobretudo, um baixo multiplicador para o investimento público em linha com o elevado conteúdo de elementos importados nas despesas de investimento. O investimento público deverá gravitar em torno de 4% do PIB a médio prazo, em grande medida semelhante à ASD anterior, enquanto o investimento privado deverá permanecer, em termos médios, em cerca de 40% do PIB no período 2022-26.

C. Classificação do país e determinação dos cenários do teste de stress

18. Cabo Verde apresenta uma “forte” capacidade de endividamento tal como indicado na ASD de outubro de 2020 no âmbito da segunda avaliação do PCI (Tabela 4 do texto). A capacidade de endividamento é determinada pelo indicador composto (IC) que combina a Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, as condições externas captadas pelo crescimento económico mundial e fatores específicos do país. A metodologia baseia-se nos dados do relatório WEO de outubro de 2021 e na CPIA de 2020. A pontuação do indicador composto para Cabo Verde é 3,23, um valor ligeiramente acima do limiar de 3,05 aplicável a uma classificação “forte”, e reflete contributos positivos da CPIA (45%), reservas internacionais (32%), crescimento mundial (13%), remessas (7%) e taxa de crescimento real do país (3%) que estão, de uma forma geral, em linha com a última ASD. Os limiares da carga da dívida associados à forte capacidade de endividamento ao abrigo do quadro estão resumidos na Tabela 5 do texto.

Tabela 4 do texto. Cabo Verde: Tabela de síntese da pontuação do indicador composto

Componentes	Coefficientes (A)	Médias a 10 anos (B)	Componentes da pontuação do IC (A*B) = (C)	Contributo dos componentes
CPIA	0,385	3,776	1,45	45%
Taxa de crescimento real (em percentagem)	2,719	4,119	0,11	3%
Cobertura das importações pelas reservas (em percentagem)	4,052	53,614	2,17	67%
Cobertura das importações pelas reservas ² (em percentagem)	-3,990	28,745	-1,15	-35%
Remessas (em percentagem)	2,022	10,705	0,22	7%
Crescimento económico mundial (em percentagem)	13,520	3,137	0,42	13%
Pontuação do IC			3,23	100%
Classificação do IC			Forte	

Tabela 5 do texto. Cabo Verde: Limiares de endividamento num contexto de forte capacidade de endividamento

Limiares da carga da dívida EXTERNA	Fraca	Média	Forte
VA da dívida em % de			
Exportações	140	180	240
PIB	30	40	55
Serviço da dívida em % de			
Exportações	10	15	21
Receitas	14	18	23

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

19. Além das projeções do cenário de base, a análise da sustentabilidade da dívida assenta em seis testes de stress padronizados e no teste de stress do passivo contingente. Enquanto os primeiros usam as configurações padrão, este último é adaptado para atender às potenciais vulnerabilidades decorrentes de uma cobertura incompleta da dívida do setor público, tal como explicado no parágrafo 2. Nenhum dos testes de stress adaptados é ativado para Cabo Verde.

A. Dívida pública externa

20. No cenário de base, o rácio VA da dívida externa PGP/PIB infringe o seu limiar apenas em 2022, fixando-se abaixo do limiar para o resto do período de projeção (Figura 1, Tabelas 2 e 4). A infração no cenário de base dura menos do que na última ASD devido ao rebaseamento do PIB. O risco da dívida externa é avaliado como moderado, o que constitui uma melhoria face à ASD anterior que concluía que havia um relevado risco de sobre-endividamento externo. Os restantes indicadores do peso da dívida externa permanecem bem abaixo dos limiares prescritos no cenário de base ao longo do horizonte da ASD. Os rácios do VA da dívida externa PGP em relação

ao PIB e às exportações deverão diminuir de forma constante ao longo do tempo. Tanto o rácio do serviço da dívida/exportações como o do serviço da dívida/receitas apresentam padrões similares, com o primeiro a atingir um pico em 2022 e o segundo em 2023 à medida que Cabo Verde inicia o reembolso do capital dos empréstimos obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos (CGD) portuguesa, diminuindo gradualmente daí em diante.

21. O rácio VA da dívida externa PGP/PIB também infringe o seu limiar por um período prolongado nos cenários de teste de stress (Figura 1, Tabelas 2 e 4). Ao abrigo do choque mais extremo – choque nas exportações – sobe para perto de 80% em 2024, antes de descer gradualmente, mas continua acima do limiar de 55% do PIB até 2032. O limiar também é infringido nos restantes cinco testes-limite padronizados, embora em diferentes graus, e no teste do passivo contingente combinado personalizado no período 2022-2031.

22. O rácio VA da dívida externa PGP/exportações e o rácio serviço da dívida/exportações excede os respetivos limiares no período 2023-2032 no cenário do teste de stress das exportações. As trajetórias projetadas dos indicadores da carga da dívida externa PGP parecem vulneráveis a choques nas exportações e no crescimento e a um choque de desvalorização pontual, realçando o potencial impacto adverso da exposição de Cabo Verde a choques negativos devido à elevada concentração da atividade económica e das exportações no setor do turismo.

B. Dívida pública total

23. O rácio VA da dívida pública total/PIB também infringe o seu limiar de 70% até 2028 no cenário de base (Figura 2, Tabelas 3 e 5). Este limiar também é infringido até 2029 nos seis testes-limite padronizados e no teste do passivo contingente combinado adaptado, sendo que o choque do passivo contingente combinado é o mais severo. Além disso, as perspetivas da dívida, tal como patente nos outros indicadores da ASD, estão particularmente vulneráveis a choques do crescimento e do passivo contingente associados à dívida das empresas públicas, que se configuram como o choque mais extremo.

C. Classificação de risco e vulnerabilidades

24. Cabo Verde apresenta um risco “moderado” de sobre-endividamento externo. O rácio VA da dívida externa PGP/PIB infringe o seu limiar em 2022 no cenário de base, assim sinalizando um risco moderado de sobre-endividamento externo e é particularmente sensível a choques nas exportações e no crescimento. Contudo, prevê-se que, a partir de 2023, diminua para um nível inferior ao limiar de 55%. O indicador do serviço da dívida externa/receitas é sensível a uma desvalorização pontual que iria resultar num pico inicial do rácio.

25. A dívida pública global de Cabo Verde é sustentável, mas continua em elevado risco de sobre-endividamento. O valor atual da dívida pública em relação ao PIB continua acima do respetivo limiar ao abrigo do cenário de base até 2028, o que sugere um elevado risco de sobre-endividamento. Prevê-se que o serviço da dívida se situe, em média, em 43% das receitas ao longo dos próximos cinco anos, o que representa uma grande proporção das futuras receitas orçamentais.

Os testes de stress indicam que Cabo Verde encontra-se mais vulnerável a um choque no crescimento. Em tal cenário, os três indicadores da dívida pública entrariam numa trajetória explosiva. O risco de sobre-endividamento é atenuado, em parte, pelo apoio de Portugal, o principal credor bilateral.

26. O aumento da incerteza em torno das perspetivas económicas mundiais sugere a necessidade de uma abordagem prudente que coloque a tónica na estabilidade macroeconómica, em especial, na disciplina orçamental. Os altos níveis de endividamento reduzem o espaço para a realização de despesa pública que apoie uma recuperação económica robusta e inclusiva. As autoridades devem dar prioridade a novos esforços com vista à mobilização de receitas complementares e devem prosseguir a estratégia de contração de empréstimos apenas em termos concessionais.

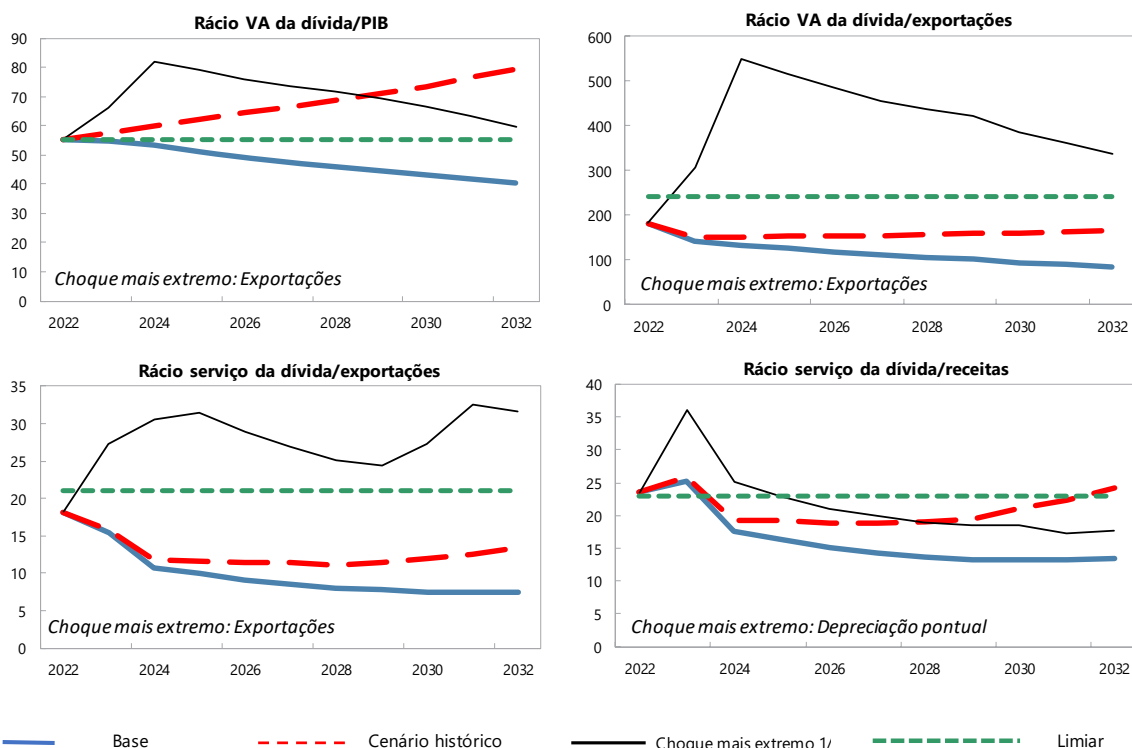
27. A avaliação comporta riscos significativos. As perspetivas dependem principalmente do ritmo de contenção da pandemia da Covid-19 a nível nacional e internacional, assim como da capacidade de Cabo Verde resistir aos efeitos da guerra na Ucrânia. De igual modo, o aumento dos preços do petróleo e as sistemáticas perturbações na cadeia de abastecimento podem travar a recuperação económica. Porém, o compromisso impressionante e forte de Cabo Verde para com a boa governação e a transparência, complementado por uma campanha de vacinação muito bem-sucedida, deverá possibilitar uma retoma gradual da atividade no setor do turismo. A sustentabilidade da dívida a médio e longo prazo deverá assentar na implementação firme de reformas estruturais geradoras de crescimento, em especial ações para reduzir o risco orçamental das empresas públicas e suprir as lacunas em termos de infraestruturas críticas. As medidas para desenvolver o mercado de títulos do Tesouro e reduzir os custos dos empréstimos contraídos internamente também serão fundamentais.

D. Opinião das autoridades

28. As autoridades concordaram com os resultados da ASD e sublinharam os desafios associados à redução do stock da dívida tendo em conta a frequência e a dimensão dos choques externos. A pandemia da Covid-19 afetou gravemente a trajetória de consolidação orçamental prevista que teria resultado numa diminuição acentuada do stock da dívida. A pandemia expôs os desafios estruturais com os quais a economia se depara, incluindo uma elevada dependência do turismo e a vulnerabilidade a choques exógenos, que foram ainda mais agudizados pelas repercussões da guerra na Ucrânia e da seca prolongada. As autoridades indicaram que a crise sanitária veio consumir um espaço orçamental já de si reduzido, com a necessidade de introduzir medidas para apoiar a economia. Destacaram o impacto dos recentes aumentos dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis despoletados pela guerra na Ucrânia, que afetam as famílias vulneráveis e obrigam a mais medidas para atenuar o impacto. No entanto, as autoridades reafirmaram o seu compromisso para com a consolidação orçamental a fim de preservar a sustentabilidade da dívida e reduzir o risco de sobre-endividamento global. Nesse âmbito, observaram que as políticas acordadas ao abrigo da nova Linha de Crédito Ampliada e o apoio contínuo por parte dos outros parceiros de desenvolvimento, nomeadamente o Banco Mundial, são essenciais para o sucesso da agenda de reformas económicas. Destacaram o grande grau de

incerteza que paira sobre os pressupostos macroeconómicos, em especial tendo em conta a guerra na Ucrânia, e saúdam um envolvimento mais direto com o FMI sobre as opções de política disponíveis. Ao mesmo tempo, as autoridades referiram que continuam empenhadas em adotar políticas de endividamento prudente e irão dar passos com vista ao reforço das práticas de gestão da dívida e à melhoria do funcionamento do mercado de títulos do Tesouro, a fim de aumentar a sustentabilidade da dívida a longo prazo.

Figura 1. Cabo Verde: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2022–32



Customização da configuração padrão			Pressupostos de endividamento para os testes de stress*		
	Dimensão	Interações		Padrão	Definidos pelo utilizador
Testes padronizados		Sim	Quotas da dívida marginal		
Testes adaptados			Dívida externa PGP de médio/longo prazo	100%	
PC combinados	Sim		Termos da dívida marginal		
Catástrofes naturais	n.a.	n.a.	Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1,9%	1,9%
Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	Taxa de desconto em USD	5,0%	5,0%
Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	Maturidade média (incl. período de graça)	21	21
			Período de graça médio	6	6

Nota: "Sim" indica qualquer variação na dimensão ou nas interações das definições padrão para os testes de stress. "n.a." indica que o teste de stress não se aplica.

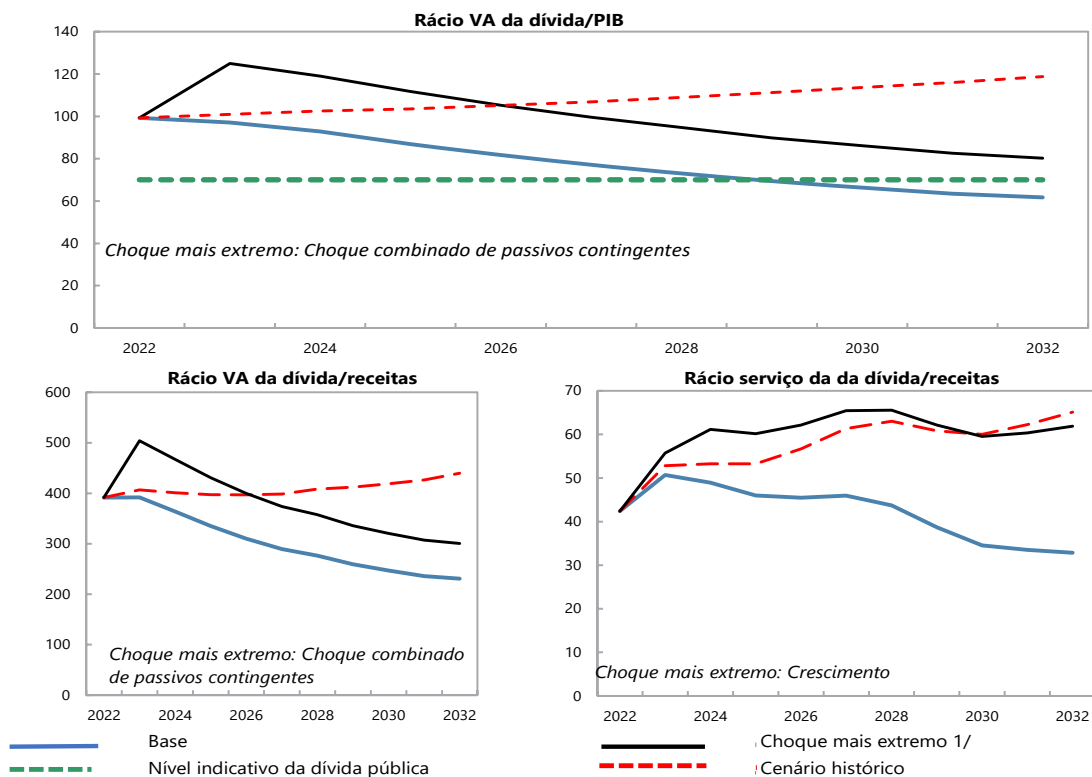
* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress são cobertas pela dívida externa PGP de médio e longo prazo na ASD externa. As condições padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2032. Os testes de stress com quebras pontuais também são apresentados (se existirem), mas tais quebras são descartadas para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual é o choque mais extremo, mesmo após se ignorar tal quebra, apenas esse teste de stress (com uma quebra pontual) é apresentado.

2/ A magnitude dos choques usados para o teste de stress do choque nos preços das matérias-primas baseia-se nas perspectivas para os preços das matérias-primas elaboradas pelo Departamento de Estudos do FMI.

Figura 2. Cabo Verde: Indicadores de Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2022–32



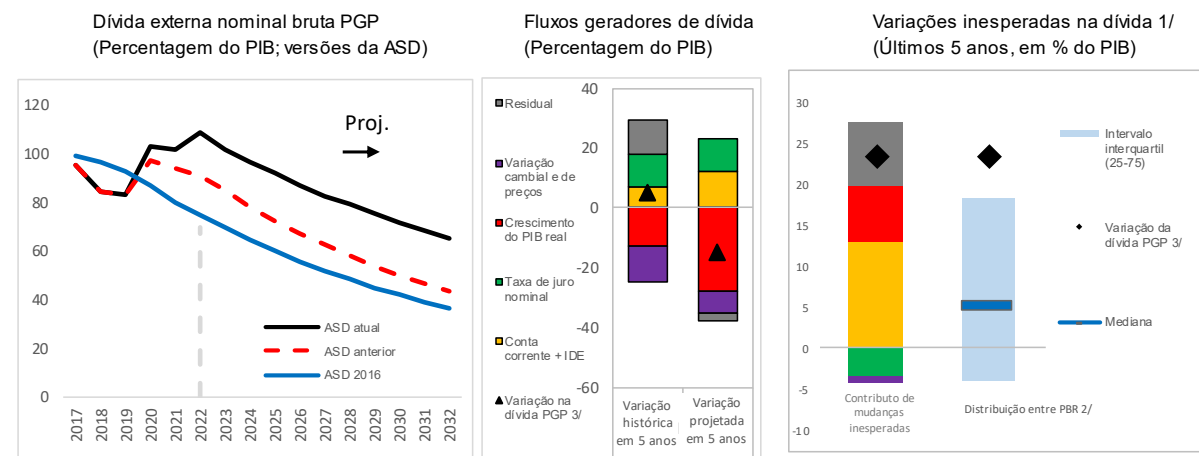
Pressupostos de endividamento para os testes de stress*	Padrão	Definido pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de médio e longo prazo	44%	44%
Dívida interna de médio e longo prazo	55%	55%
Dívida interna de curto prazo	1%	1%
Termos da dívida marginal		
Dívida externa de médio e longo prazo		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.9%	1.9%
Maturidade média (incl. período de graça)	21	21
Período de graça médio	6	6
Dívida interna de médio e longo prazo		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	2.9%	2.9%
Maturidade média (incl. período de graça)	6	6
Período de graça médio	0	0
Dívida interna de curto prazo		
Taxa de juro real média	-1%	-1.0%

* Nota: A ASD pública permite o financiamento interno para cobrir as necessidades de financiamento adicionais geradas pelos choques no contexto dos testes de stress na ASD pública. Os termos padrão da dívida marginal baseiam-se nas projeções a 10 anos no cenário de base.

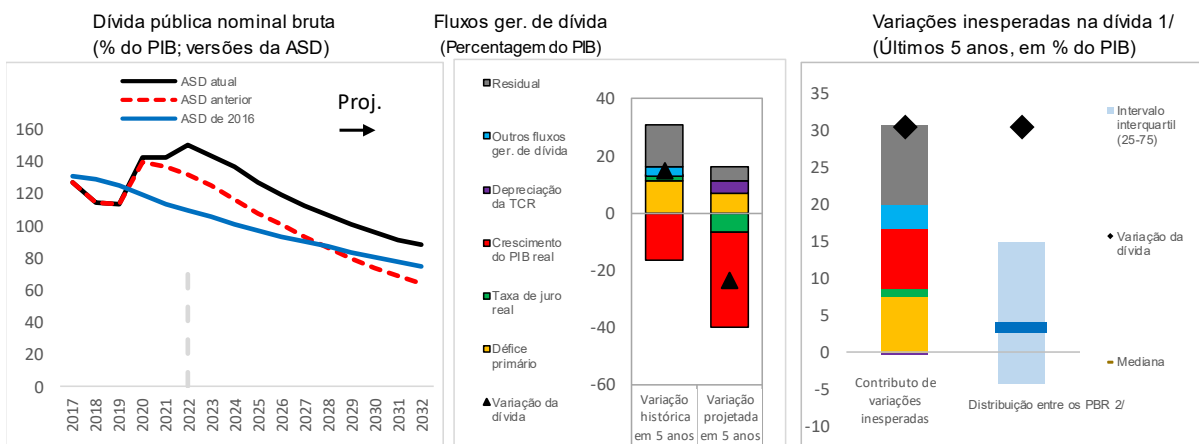
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2032. Os testes de stress com quebras pontuais também são apresentados (se existirem), mas tais quebras são descartadas para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual é o choque mais extremo, mesmo após se ignorar tal quebra, apenas esse teste de stress (com uma quebra pontual) é apresentado.

Figura 3. Cabo Verde: Determinantes da Dinâmica da Dívida - Cenário de Base



Dívida pública



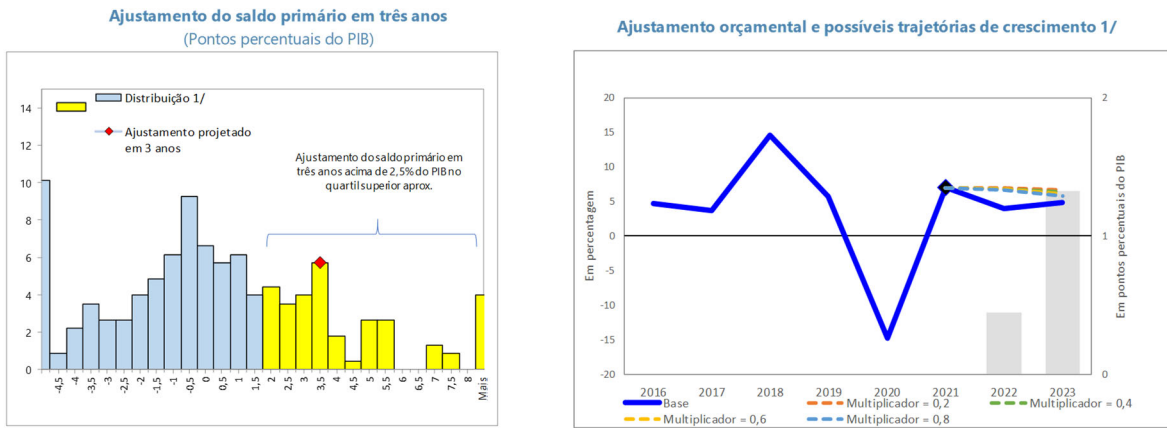
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ A diferença entre os contributos previstos e efetivos para os rácios da dívida.

2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa na média dos países de baixo rendimento, uma variação percentual na dívida externa PGP deve ser largamente explicada pelos determinantes da equação da dinâmica da dívida externa.

Figura 4. Cabo Verde: Ferramentas de Realismo



1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI para os PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. A dimensão do ajustamento de 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal; a percentagem da amostra encontra-se no eixo vertical.

1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda).

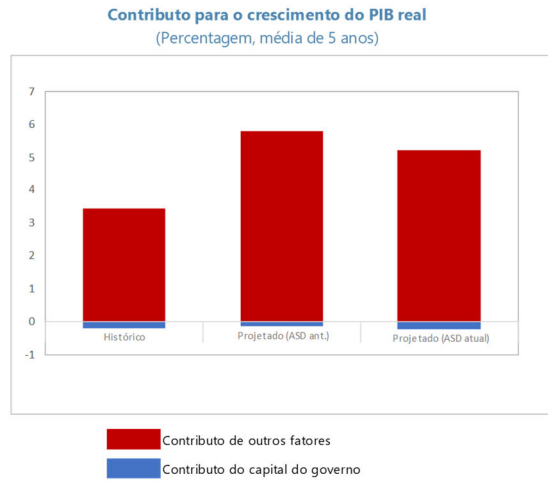
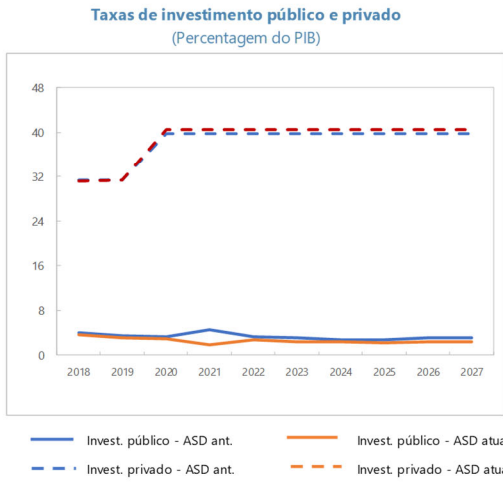
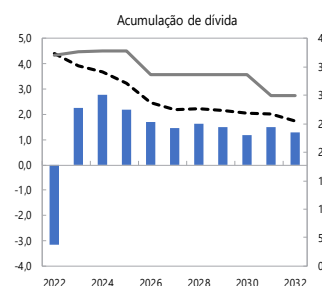


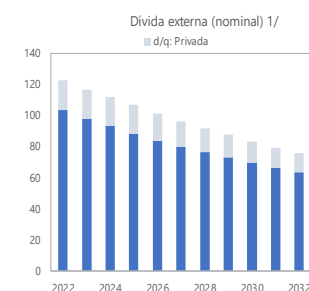
Tabela 2. Cabo Verde: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2021–42
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efeito		Projeções							Média 8/	
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2032	2042	Histórica	Projeções
Dívida externa (nominal) 1/	119,4	122,4	116,6	111,7	106,8	101,1	96,1	75,7	40,6	103,9	97,5
d/q: pública e com garantia pública (PGP)	101,5	103,6	97,7	93,1	88,4	83,7	79,6	63,4	40,6	89,7	81,3
Variação da dívida externa	-4,0	2,9	-5,8	-4,8	-4,9	-5,7	-5,0	-3,8	-3,3		
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	-6,3	5,6	-4,5	-4,1	-5,4	-4,5	-3,2	-3,2	0,1	1,0	-2,9
Défice da conta corrente excluindo juros	8,8	11,7	3,6	3,8	2,6	2,6	2,2	1,3	2,8	4,9	3,2
Défice da balança de bens e serviços	26,0	28,3	20,4	19,0	17,7	17,1	16,0	12,7	11,9	19,9	17,1
Exportações	29,0	29,7	36,6	37,7	38,4	39,1	40,1	44,2	50,8		
Importações	55,0	57,9	57,0	56,7	56,1	56,2	56,1	56,9	62,7		
Transferências correntes líquidas (sinal negativo = entrada)	-18,0	-16,6	-16,8	-15,9	-15,7	-15,2	-14,4	-11,9	-9,5	-16,0	-14,4
d/q: oficial ^{2/}	-2,9	-2,1	-1,9	-1,3	-1,1	-1,0	-0,9	-0,7	0,0		
Outros fluxos de conta corrente (sinal negativo = entrada liq.)	0,9	0,1	0,0	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,3	1,0	0,5
IDE líquido (sinal negativo = entrada)	-3,5	-3,8	-5,3	-3,9	-4,4	-4,2	-3,1	-3,1	-2,3	-4,9	-3,7
Dinâmica endógena da dívida 2/	-11,7	-2,3	-2,8	-4,0	-3,6	-2,9	-2,2	-1,5	-0,3		
Contributo da taxa de juro nominal	2,4	2,4	2,5	2,1	2,1	2,1	2,0	1,9	1,5		
Contributo do crescimento do PIB real	-7,7	-4,7	-5,3	-6,1	-5,7	-5,0	-4,3	-3,4	-1,9		
Contributo das variações de preços e da taxa de câmbio	-6,5		
Valor residual 3/	2,3	-2,6	-1,3	-0,7	0,5	-1,2	-1,9	-0,5	-3,4	4,1	-1,0
d/q: financiamento excecional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Indicadores de sustentabilidade											
Rácio VA da dívida externa PGP/PIB	60,3	55,9	53,4	51,4	49,3	47,3	45,6	38,8	25,8		
Rácio VA da dívida externa PGP/exportações	208,1	188,4	145,8	136,3	128,4	121,0	113,7	87,9	50,7		
Rácio serviço da dívida PGP/exportações	13,4	17,7	14,7	11,0	10,3	9,5	9,0	7,8	5,5		
Rácio serviço da dívida PGP/receitas	18,9	22,3	22,9	17,1	15,9	14,7	14,0	13,2	10,4		
Necessidade bruta de financiamento externo (em milhões de USD)	227,7	314,1	119,5	137,4	97,2	101,5	125,3	123,0	345,2		
Principais pressupostos macroeconómicos											
Crescimento do PIB real (em %)	7,0	4,0	4,8	5,7	5,5	5,0	4,5	4,5	4,5	2,4	4,7
Deflator do PIB em USD (variação percentual)	5,5	-1,6	4,1	3,4	3,0	2,7	2,3	2,0	1,9	-0,7	2,2
Taxa de juro efetiva (em %) 4/	2,2	2,0	2,3	2,0	2,0	2,1	2,2	2,5	3,7	2,5	2,2
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, em %)	44,5	4,7	34,5	12,5	10,7	9,8	9,7	8,5	8,6	1,9	11,4
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em %)	15,1	7,8	7,3	8,6	7,4	8,1	6,8	7,6	7,7	-0,5	7,3
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em %)	...	37,1	37,7	37,9	37,9	33,6	33,6	30,0	30,1	...	34,4
Receitas públicas (excluindo donativos, em % do PIB)	20,6	23,5	23,6	24,4	24,9	25,4	25,7	26,0	26,9	22,8	25,1
Fluxos de ajuda (em milhões de USD) 5/	174,2	188,9	197,9	204,3	191,0	151,2	144,7	162,1	275,0		
Financiamento equivalente a donativos (em % do PIB) 6/	...	4,4	3,9	3,7	3,2	2,4	2,2	1,7	1,6	...	2,7
Financ. equivalente a donativos (em % do financ. externo) 6/	...	50,5	46,7	46,4	47,1	44,7	44,6	39,1	40,3	...	45,1
PIB nominal (em milhões de USD)	2.112	2.161	2.356	2.574	2.796	3.015	3.224	4.447	8.424		
Crescimento do PIB nominal (USD)	12,9	2,3	9,0	9,3	8,6	7,8	7,0	6,6	6,4	1,8	7,0
Por memória:											
VA da dívida externa 7/	78,3	74,7	72,2	70,0	67,7	64,7	62,1	51,1	25,8		
Em % das exportações	269,9	251,6	197,1	185,7	176,3	165,4	154,8	115,7	50,7		
Rácio total do serviço da dívida externa/exportações	18,6	22,4	18,5	14,6	13,7	12,8	12,1	10,3	7,2		
VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)	1274,7	1208,5	1257,3	1322,4	1378,7	1426,6	1470,0	1727,3	2171,5		
(VA-VA(-1))/PIB(-1) (em %)	...	-3,1	2,3	2,8	2,2	1,7	1,4	1,3	-0,9		
Défice da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	12,9	8,8	9,4	8,6	7,5	8,3	7,2	5,1	6,1		

Definição da dívida externa/interna	Base de residência
Existe alguma diferença material entre os dois critérios?	Não



— Taxa de acumulação de dívida
 - - - - Financ. equiv. a donativos (% do PIB)
 — Elem. concess. dos novos empr. (% à dir)



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui tanto a dívida externa do setor público como do setor privado.

2/ Derivada como $[r - g - \rho(1+g) + E\alpha(1+r)] / (1+g+\rho+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal, g = taxa de crescimento do PIB real, ρ = taxa de crescimento do deflator do PIB em USD, $E\alpha$ = valorização nominal da moeda local e α = proporção da dívida externa denominada em moeda local no total da dívida externa.

3/ Inclui o financiamento excecional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida), variações de ativos externos brutos e ajustamentos de valorização. Para as projeções, inclui também o contributo das variações de preços e de taxa de câmbio.

4/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

5/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

6/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

7/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.

8/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

Tabela 3. Cabo Verde: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2021–42
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo		Projeções							Média 6/	
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2032	2042	Histórica	Projeções
Dívida do setor público 1/	143,0	145,9	139,7	132,5	124,0	116,2	109,6	86,2	66,3	120,6	112,6
d/q: dívida externa	101,5	103,6	97,7	93,1	88,4	83,7	79,6	63,4	40,6	89,7	81,3
Variação da dívida do setor público	0,4	2,9	-6,1	-7,2	-8,5	-7,8	-6,6	-3,1	-2,7		
Fluxos geradores de dívida identificados	2,3	-3,6	-5,4	-6,9	-8,3	-7,6	-6,4	-3,0	-0,9	4,8	-5,5
Déficit primário	4,8	4,3	3,1	1,2	-0,4	-1,0	-1,0	0,8	1,6	3,6	0,5
Receitas e donativos	22,6	25,4	24,8	25,5	25,9	26,3	26,5	26,5	27,5	25,4	26,1
d/q: donativos	2,0	1,9	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,6	0,6		
Despesa primária (excluindo juros)	27,5	29,7	27,9	26,7	25,5	25,3	25,5	27,3	29,2	29,0	26,6
Dinâmica automática da dívida	-1,7	-8,0	-8,5	-8,1	-7,9	-6,6	-5,4	-3,8	-2,5		
Contributo do diferencial entre taxa de juro/crescimento	-11,2	-10,7	-7,4	-7,5	-7,2	-6,1	-5,2	-3,8	-2,5		
d/q: contributo da taxa de juro real média	-1,9	-5,2	-0,8	0,0	-0,3	-0,2	-0,2	0,1	0,4		
d/q: contributo do crescimento do PIB real	-9,3	-5,5	-6,6	-7,5	-6,9	-5,9	-5,0	-3,8	-3,0		
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	9,5		
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0
Receitas de privatização (sinal negativo)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Reconhecimento de passivos contingentes (por ex., recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Alívio da dívida (HIPC e outros)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outros fluxos geradores ou redutores de dívida (especificar)	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Valor residual	-1,9	9,2	-1,9	-0,9	-0,9	-0,6	-0,5	-0,2	-1,8	1,7	0,3
Indicadores de sustentabilidade											
Rácio VA da dívida pública/PIB 2/	104,7	97,9	95,0	90,5	84,7	79,7	75,5	61,5	51,4		
Rácio VA da dívida pública/receitas e donativos	462,6	385,8	383,2	355,2	326,4	302,4	285,3	231,7	186,9		
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos 3/	41,0	41,3	48,5	48,0	45,1	44,7	45,5	33,6	32,3		
Necessidade bruta de financiamento 4/	14,1	14,6	14,7	13,4	11,2	10,7	11,0	9,7	10,5		
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais											
Crescimento do PIB real (em %)	7,0	4,0	4,8	5,7	5,5	5,0	4,5	4,5	4,5	2,4	4,7
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	1,0	1,0	1,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,2	1,6	1,2	1,1
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	2,8	-0,4	1,9	3,0	1,4	1,5	1,6	2,0	2,3	4,5	1,7
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	10,2	2,8	...
Taxa de inflação (deflator do PIB, em %)	1,8	4,5	2,6	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	0,7	2,3
Crescimento da despesa primária real (deflacionado pelo deflator do PIB, em %)	-5,2	12,5	-1,7	1,1	0,8	4,3	5,1	7,4	3,0	0,9	4,7
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	4,5	1,5	9,3	8,4	8,1	6,8	5,6	3,9	4,3	-5,9	5,6
VA dos passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	0,0 #	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Perímetro da dívida: O governo central mais fundos extraorçamentais, banco central, dívida com garantia do Estado. A dívida externa é definida com base na residência.

2/ O rácio subjacente VA da dívida externa/PIB na ASD pública difere da ASD externa; a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.

3/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de curto, médio e longo prazo.

4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior e outros fluxos geradores/redutores de dívida.

5/ Definido como o déficit primário menos uma variação do rácio da dívida pública/PIB (-): um excedente primário, que estabilizaria o rácio da dívida apenas no ano em questão.

6/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

Definição da dívida externa/interna	Base de residência
Existe alguma diferença material entre os dois critérios?	Não

Dívida do setor público 1/

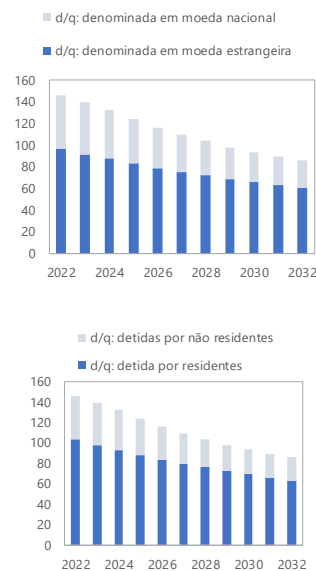


Tabela 4. Cabo Verde: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2022–32
(Em percentagem)

	Projeções										
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	56	53	51	49	47	46	44	43	41	40	39
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	56	58	60	63	65	66	69	71	73	76	78
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	56	59	63	60	58	56	54	53	51	49	48
B2. Saldo primário	56	55	55	53	51	49	48	47	46	45	43
B3. Exportações	56	65	79	76	73	70	69	67	64	61	58
B4. Outros fluxos 2/	56	56	56	54	51	50	48	47	45	43	42
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	56	75	67	64	62	59	58	56	54	52	51
B6. Combinação de B1-B5	56	69	71	68	66	63	62	60	57	55	53
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	56	64	62	61	59	59	58	58	56	55	54
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Rácio VA da dívida/exportações											
Base	188	146	136	128	121	114	109	105	97	92	88
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	188	159	159	163	166	166	169	172	170	174	177
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	188	146	136	128	121	114	109	105	97	92	88
B2. Saldo primário	188	149	145	137	130	123	119	115	107	103	98
B3. Exportações	188	319	571	538	508	479	460	443	407	382	355
B4. Outros fluxos 2/	188	154	148	139	131	124	119	114	105	100	95
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	188	146	126	119	112	105	101	97	89	86	82
B6. Combinação de B1-B5	188	270	167	305	288	271	260	250	229	217	204
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	188	174	165	158	152	146	143	140	131	127	122
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240
Rácio serviço da dívida/exportações											
Base	18	15	11	10	10	9	8	8	8	8	8
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	18	16	13	13	13	12	12	13	13	13	14
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	18	15	11	10	10	9	8	8	8	8	8
B2. Saldo primário	18	15	11	11	10	9	9	8	8	8	8
B3. Exportações	18	27	32	33	31	29	27	26	29	34	33
B4. Outros fluxos 2/	18	15	11	11	10	9	9	8	8	9	8
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	18	15	11	10	9	9	8	8	8	7	7
B6. Combinação de B1-B5	18	22	23	22	20	19	17	17	19	19	19
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	18	15	12	11	10	10	9	9	9	9	9
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21
Rácio serviço da dívida/receitas											
Cenário de base	22	23	17	16	15	14	13	13	13	13	13
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	22	25	20	20	19	19	20	20	22	23	24
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	22	25	21	19	18	17	16	16	16	16	16
B2. Saldo primário	22	23	17	16	15	14	14	13	14	14	14
B3. Exportações	22	23	18	19	17	16	16	15	18	21	21
B4. Outros fluxos 2/	22	23	17	16	15	14	14	13	14	14	14
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	22	32	24	22	20	19	18	18	18	17	17
B6. Combinação de B1-B5	22	24	21	19	18	17	16	16	19	18	18
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	22	23	18	17	16	15	15	14	14	14	15
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Tabela 5. Cabo Verde: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2022–32
(Em percentagem)

	Projeções										
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Rácio VA da dívida/PIB											
Cenário de base	98	95	91	85	80	75	72	68	66	63	61
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	98	99	100	101	103	105	107	109	112	114	117
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	98	106	117	115	113	112	112	111	112	113	114
B2. Saldo primário	98	98	98	92	86	82	78	74	71	68	66
B3. Exportações	98	106	118	111	105	100	96	92	88	84	80
B4. Outros fluxos 2/	98	98	95	89	84	79	76	72	69	66	64
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	98	118	111	103	97	92	87	83	79	76	74
B6. Combinação de B1-B5	98	102	106	100	96	93	90	87	85	83	81
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	98	123	117	110	103	98	93	89	85	82	80
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Indicador de referência da dívida pública	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
Rácio VA da dívida/receitas											
Cenário de base	386	383	355	326	302	285	273	257	246	236	232
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	386	397	391	387	388	393	404	408	415	423	437
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	386	427	456	438	425	420	422	416	417	418	429
B2. Saldo primário	386	395	384	353	327	309	296	278	266	254	250
B3. Exportações	386	429	463	428	399	379	366	346	331	313	302
B4. Outros fluxos 2/	386	395	372	343	318	300	288	271	259	248	243
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	386	476	435	398	367	346	331	311	297	284	279
B6. Combinação de B1-B5	386	412	412	385	364	350	341	326	317	308	306
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	386	496	458	422	392	370	355	335	321	308	302
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rácio serviço da dívida/receitas											
Cenário de base	41	49	48	45	45	46	44	39	35	34	34
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2022-2042 1/	41	51	52	52	56	61	63	61	60	63	66
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	41	53	60	59	61	65	66	63	60	61	63
B2. Saldo primário	41	49	50	50	49	50	49	44	39	38	37
B3. Exportações	41	49	49	48	47	48	46	41	39	42	41
B4. Outros fluxos 2/	41	49	48	46	45	46	44	39	36	35	35
B6. Desvalorização nominal pontual de 30%	41	54	56	54	54	55	54	50	47	46	47
B6. Combinação de B1-B5	41	51	54	53	54	56	56	52	49	49	49
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	41	49	65	61	60	61	60	55	45	43	42
C2. Catástrofe natural	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o deflator do PIB e o saldo primário expresso em percentagem do PIB.

2/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

**Declaração de Afonso Bevilaqua, Administrador do FMI para Cabo Verde,
Ricardo Velloso e Carla Cruz, Conselheiros do Administrador**

**Reunião do Conselho de Administração
Quarta-feira, 15 de junho de 2022**

Em nome das nossas autoridades cabo-verdianas, agradecemos à equipa liderada pelo Sr. Alex Segura-Ubiergo pela elaboração de um relatório exaustivo e esclarecedor. As autoridades gostariam também de manifestar o seu apreço pela dedicação e incessantes esforços envidados pelo corpo técnico em atividades virtuais ou presenciais nestes tempos difíceis. A missão levada a cabo na capital do país, Praia, contribuiu para o estabelecimento de um diálogo sobre políticas ainda mais estreito e construtivo, que beneficiou da proximidade da realidade no terreno e da disponibilidade suplementar dos representantes governamentais e de outras partes interessadas.

Apesar do reconhecido sucesso do Governo no combate à pandemia, o país permanece vulnerável a choques externos. As incertezas mundiais associadas à pandemia e às suas sequelas, amplificadas pelos efeitos da guerra na Ucrânia, particularmente nos preços dos bens alimentares e dos combustíveis, pesam sobre as perspetivas de Cabo Verde, uma economia pequena e aberta, que depende fortemente do turismo e das importações.

Neste contexto, as autoridades solicitam o apoio do Conselho de Administração para a aprovação de um acordo de três anos ao abrigo da Linha de Crédito Ampliado (ECF, na sua sigla em inglês) no valor de 45,03 milhões de DSE, um montante equivalente a 190% da quota. Esse acordo será fundamental para ajudar a preservar a estabilidade macroeconómica e financeira do país, bem como para manter a sustentabilidade da dívida soberana e apoiar com firmeza a implementação da agenda de reformas estruturais do país prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2022–2026) do Governo. As autoridades estão gratas pela positiva conclusão das discussões sobre o programa levadas a cabo com o corpo técnico do FMI, bem como pela apreciação atempada pelo Conselho de Administração do pedido de um programa da ECF.

Contexto

Cabo Verde tinha alcançado um período impressionante de crescimento sustentável e inclusivo antes do início da crise provocada pela pandemia. O Governo que tomou posse em 2016 estabeleceu um ambicioso programa de desenvolvimento para o período 2017–2021, com o objetivo principal de fazer de Cabo Verde uma economia de circulação no Atlântico Médio. Em 2019, o país celebrou a avaliação bem-sucedida do Plano Estratégico de

Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017–2021). A economia estava a crescer a um ritmo acelerado, atingindo 5,7% em 2019 e mantendo uma média anual próxima de 5% entre 2016 e 2019. Esse forte desempenho foi sustentado por condições macroeconómicas favoráveis apoiadas por políticas monetárias e financeiras adequadas, que continuaram a proteger a paridade cambial com o euro e a manter a inflação baixa e estável, bem como por um forte enquadramento da política orçamental. O crescimento robusto e a consolidação orçamental implementada durante esse período colocaram o rácio da dívida pública face ao PIB numa clara tendência decrescente. Também foi implementado um conjunto abrangente de reformas estruturais, que permitiram reforçar o clima de investimento e melhorar a diversificação e inclusão económicas com a criação de emprego e a produção de sólidos resultados sociais.

Em 2019, as autoridades cabo-verdianas reforçaram o seu envolvimento com o FMI, solicitando uma assistência de 18 meses ao abrigo do Instrumento de Coordenação das Políticas (PCI). Na altura, não havia necessidades atuais ou previstas de financiar a balança de pagamentos e, por conseguinte, o PCI era o instrumento ideal para reforçar o quadro de política monetária, assinalar o empenho em políticas prudentes e reformas estruturais, e catalisar o financiamento externo de outros parceiros de desenvolvimento bilaterais e multilaterais.

No entanto, em 2020, a pandemia afetou particularmente a economia dos pequenos Estados insulares como Cabo Verde, interrompendo a ambiciosa agenda de reformas do Governo devido à necessidade de focar os seus esforços na proteção da população que viu a sua saúde e meios de subsistência ameaçados pela pandemia. Em resposta à COVID-19, o Governo deu prioridade ao reforço do sistema de saúde e à proteção dos mais afetados pela deslocação económica desencadeada pela pandemia. Apesar das medidas céleres implementadas pelo Governo, a economia sofreu uma contração histórica de quase 15% em 2020.

A pandemia criou necessidades significativas de financiamento da balança de pagamentos, obrigando as autoridades a solicitar, em Abril de 2020, apoio financeiro ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês). Este apoio atempado, no valor de 23,7 milhões de DSE (100% da quota), foi fundamental para ajudar as autoridades a implementar o seu plano de resposta à COVID-19 e a reduzir os défices de financiamento externo e orçamental. Também permitiu ao país catalisar apoio financeiro adicional, incluindo do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. Importa salientar que a execução das despesas relacionadas com a COVID-19 seguiu rigorosamente as práticas de transparência e responsabilização do Governo. Estas incluem a publicação diária no website do Ministério das Finanças de todas as despesas relacionadas com o combate à pandemia e, em conformidade com as diretrizes em

matéria de gestão das finanças públicas, a auditoria atempada dessas despesas pelo Tribunal de Contas.

Foi aprovado um orçamento revisto em 2021 para melhor alinhar as prioridades de despesa com a evolução da pandemia e acelerar a campanha de vacinação. Graças a esta abordagem, a 22 de Maio de 2022, cerca de 98% da população-alvo tinha recebido a primeira dose da vacina e 85% tinha recebido duas doses. As vacinas foram mobilizadas com o apoio de vários parceiros de desenvolvimento e foi implementado um sistema logístico bem organizado, que facilitou o acesso às vacinas, inclusive nas áreas mais remotas que caracterizam a geografia do arquipélago do país. O programa de vacinação levado a cabo em Cabo Verde é considerado um dos mais notáveis da África Subariana.

Evolução económica recente e perspetivas

Graças, em grande parte, à resposta assertiva das autoridades à pandemia, está em curso uma recuperação robusta. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB real aumentou 13,2% no quarto trimestre de 2021 (em comparação com o mesmo trimestre de 2020) e 7%, em média, em 2021, devido sobretudo a uma recuperação do consumo e das exportações. Esta recuperação reflete o impacto positivo do programa de vacinação, que o país implementou de forma eficiente, reforçando a posição de Cabo Verde como um destino turístico seguro. Isto traduziu-se num forte aumento das chegadas de turistas, particularmente nos últimos meses do ano passado, bem como na retoma do investimento direto estrangeiro em construções relacionadas com o sector do turismo. Além disso, os investimentos públicos estratégicos contribuíram para a recuperação da economia, nomeadamente em áreas-chave como o setor digital (parques tecnológicos), dos transportes e da agricultura, bem como da água e da energia, permitindo mitigar o impacto das secas prolongadas.

No entanto, a guerra na Ucrânia aumenta os riscos que pesam sobre esta perspetiva de outro modo positiva. Para além das incertezas relacionadas com as novas variantes da COVID-19, a guerra na Ucrânia exacerbou as pressões inflacionistas mundiais devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis. Sendo Cabo Verde altamente dependente da importação de matérias-primas e podendo a recuperação do turismo ser negativamente afetada pela desaceleração da economia mundial, a projeção de crescimento do PIB real para Cabo Verde, em 2022, foi cuidadosamente revista em baixa, passando de 6% para 4%.

Política orçamental

O desempenho orçamental registado em 2021 superou as expectativas e as autoridades cabo-verdianas estão firmemente empenhadas em avançar com uma consolidação

orçamental gradual. A definição de prioridades em termos de despesa pública, baseada na execução rigorosa dos principais projetos de investimento público selecionados e na racionalização das despesas correntes, contribuiu para melhorar a posição orçamental do país no ano passado. O desempenho relativo à cobrança de receitas, contudo, foi na mesma afetado pelo impacto continuado da pandemia no consumo e no rendimento das empresas. Além disso, as medidas de apoio aos contribuintes implementadas (como o diferimento do pagamento de obrigações fiscais), permitiram aliviar a carga fiscal dos contribuintes num contexto de fraca atividade económica. No entanto, com a recuperação da economia em curso, o Governo irá implementar medidas de mobilização de receitas que, combinadas com uma maior racionalização da despesa pública, deverão contribuir para a melhoria constante do saldo orçamental primário ao longo do tempo. As medidas relativas à mobilização de receitas incluem a melhoria da administração fiscal e aduaneira, bem como a introdução da faturação eletrónica, a imposição de impostos de importação sobre mercadorias anteriormente isentas, o aumento dos impostos especiais de consumo e a aplicação da tarifa externa comum da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Preservar a sustentabilidade da dívida pública é uma das principais prioridades das autoridades. O recente rebaseamento das contas nacionais realizado pelo INE, com a assistência técnica do FMI, apontou para um aumento do PIB nominal de cerca de 10% em comparação com as estimativas anteriores, levando a uma importante redução do rácio da dívida pública face ao PIB. As autoridades, contudo, reconhecem que a dívida de Cabo Verde permanece elevada, contribuindo para a perceção de que existe um risco elevado de sobre-endividamento. Porém, os indicadores de liquidez permanecem confortavelmente abaixo dos seus respetivos limiares de sustentabilidade no cenário de base, refletindo o elevado nível de concessionalidade da dívida externa, conforme ilustrado na análise de sustentabilidade da dívida atualizada. Para continuar a assegurar a sustentabilidade da dívida pública, as autoridades irão melhorar ainda mais a eficiência do quadro de investimento público e implementar políticas de empréstimo prudentes, de preferência através de financiamento externo concessional. Além disso, serão também levadas a cabo práticas consolidadas de gestão da dívida, incluindo para melhorar o mercado de títulos de dívida pública, e discussões com alguns credores sobre o alívio voluntário do serviço da dívida (tal como a conversão de parte da dívida em projetos de investimento catalisadores). Ademais, o Governo continuará a mitigar os riscos orçamentais relacionados com as empresas públicas. A este respeito, o programa de privatização deverá ser retomado a curto prazo, tendo como prioridade o processo de privatização da Cabo Verde Airlines (CVA).

Políticas monetária e financeira

A política monetária continuará a apoiar a estabilidade macroeconómica. Foi necessário adotar uma política monetária acomodatória no contexto da pandemia para travar a recessão e estimular a recuperação, protegendo ao mesmo tempo a paridade cambial do escudo cabo-verdiano com o euro. Embora algumas medidas de apoio tenham sido prolongadas até Junho de 2022 devido ao choque externo desencadeado pela guerra na Ucrânia, as autoridades estão empenhadas em eliminar gradualmente essas medidas. O Banco de Cabo Verde (BCV) acompanhará de perto a evolução mundial e interna e, se necessário, serão consideradas medidas corretivas para reforçar ainda mais o mecanismo de transmissão da política monetária. Apesar da redução projetada das reservas internacionais em 2022, estas deverão permanecer no intervalo recomendado de 5 meses de potenciais importações a médio prazo.

O BCV permanecerá vigilante aos riscos emergentes para o setor bancário tomando simultaneamente medidas para modernizar o sistema financeiro. Com o fim da moratória do serviço da dívida previsto para junho de 2022, o BCV prepara-se para emitir diretrizes detalhadas sobre o tratamento prudencial da moratória e as estratégias de gestão de crédito malparado, desenvolvendo também um quadro para a resolução de crédito malparado relacionado com a crise sanitária. O BCV continua empenhado em reforçar os quadros regulamentares e de supervisão, e em assegurar um sistema bancário estável e bem capitalizado para salvaguardar a estabilidade financeira. Entre as medidas adicionais introduzidas contam-se a alteração da Lei do BCV para reforçar a autonomia, responsabilidade e transparência do banco central, o prosseguimento da implementação do Acordo da Basileia II e a melhoria das estatísticas monetárias e do sector financeiro com a assistência técnica prestada pelo FMI.

Reformas estruturais

As autoridades estão envolvidas numa agenda abrangente de reformas estruturais que visam apoiar um crescimento mais rápido, sustentável e inclusivo. As principais áreas e políticas prioritárias para o desenvolvimento do país são identificadas no PEDS 2022–2026, que está alinhado com o exercício “Cabo Verde Ambição 2030” e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do país. Um dos principais objetivos é apoiar as reformas do ambiente empresarial, facilitando o acesso ao financiamento às micro, pequenas e médias empresas, melhorando o funcionamento do mercado de trabalho, facilitando os procedimentos legais, reduzindo a burocracia e agilizando os processos judiciais. Atrair investimentos do sector privado não só para os sectores já bem estabelecidos do turismo e dos transportes, mas também para outros sectores das economias digital, verde e azul, da água e do saneamento, e das energias renováveis, é fundamental para o futuro de Cabo Verde.

O Governo pretende também criar um fundo de estabilização macroeconómica tendo em conta a elevada vulnerabilidade e exposição a choques de Cabo Verde. Para além do grave impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia, Cabo Verde tem sido continuamente afetado por períodos de seca desde 2017. A constituição de reservas para mitigar os efeitos dos choques externos e climáticos, que se estão a tornar mais frequentes devido às alterações climáticas, ajudará a melhorar a resiliência da economia.

As redes de segurança social serão reforçadas através de uma melhor orientação das despesas sociais. Cabo Verde tem um excelente historial de resultados sociais positivos, especialmente quando comparado com os seus homólogos regionais. No entanto, a pobreza e o desemprego permanecem elevados e irão provavelmente deteriorar-se com o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade e as sequelas deixadas pela pandemia. Por conseguinte, e por forma a proteger os mais vulneráveis, o Governo irá reforçar e orientar melhor os programas sociais, incluindo o programa nacional de rendimento de inclusão. Para além da reforma do sistema nacional de segurança social, o Governo assinará um pacto, estabelecido em parceria com as principais instituições e parceiros de desenvolvimento, para eliminar a pobreza extrema até 2026.

Conclusão

As autoridades estão plenamente empenhadas no programa apoiado pelo FMI. Estamos confiantes de que o apoio prestado pelo FMI através do acordo de três anos celebrado ao abrigo da ECF permitirá a Cabo Verde cobrir parte das suas necessidades de financiamento, assegurando assim o prosseguimento da recuperação gradual da economia afetada pela pandemia, apesar do novo choque externo desencadeado pela guerra na Ucrânia, preservando simultaneamente a estabilidade macroeconómica e financeira e protegendo os mais vulneráveis. O programa do FMI deverá também apoiar o plano de consolidação orçamental e os objetivos de sustentabilidade da dívida das autoridades, bem como a implementação da sua agenda de reformas estruturais, conforme previsto no PEDS 2022–2026.